

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL  
*STRICTO SENSU***

**GRACIELI CRISTIANI SCHROEDER CASTILHO**

**REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR EM INTERFACE  
COM A AGROECOLOGIA**

**LARANJEIRAS DO SUL/PR**

**2024**

**GRACIELI CRISTIANI SCHROEDER CASTILHO**

**REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR EM INTERFACE  
COM A AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Liria Ângela Andrioli

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosângela Angelin

**LARANJEIRAS DO SUL/PR**

**2024**

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Castilho, Gracieli Cristiani Schroeder  
REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR EM  
INTERFACE COM A AGROECOLOGIA / Gracieli Cristiani  
Schroeder Castilho. -- 2024.  
115 f.:il.

Orientadora: Doutora Liria Ângela Andrioli  
Co-orientadora: Doutora Rosângela Angelin  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em  
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,  
Laranjeiras do Sul, PR, 2024.

1. Agroecologia. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3.  
Feminismo. 4. Igualdade de gênero. 5. Movimento de  
Mulheres Camponesas. I. Andrioli, Liria Ângela, orient.  
II. Angelin, Rosângela, co-orient. III. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**GRACIELI CRISTIANI SCHROEDER CASTILHO**

**REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR EM INTERFACE  
COM A AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 28/05/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



**LIRIA ANGELA ANDRIOLI**  
Data: 22/08/2024 11:32:35-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Liria Ângela Andrioli**  
Presidente/Orientadora

Documento assinado digitalmente



**LIRIA ANGELA ANDRIOLI**  
Data: 22/08/2024 11:34:08-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosângela Angelin**  
Coorientadora

Documento assinado digitalmente



**LIRIA ANGELA ANDRIOLI**  
Data: 22/08/2024 11:35:36-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Renata Evangelista de Oliveira**  
1º Membro

Documento assinado digitalmente



**LIRIA ANGELA ANDRIOLI**  
Data: 22/08/2024 11:36:58-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Josimeire Aparecida Leandrini**  
2º Membro

Dedico este trabalho aos camponeses e camponesas que, com seu trabalho árduo e dedicação à terra, inspiram a busca por práticas agrícolas mais sustentáveis e respeitosas ao meio ambiente. Que este trabalho contribua de alguma forma para o fortalecimento da Agroecologia e para a construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por guiar meus passos e iluminar meu caminho durante toda a jornada acadêmica, fortalecendo minha fé e proporcionando forças nos momentos mais desafiadores.

À minha família, pilar fundamental em minha vida, agradeço o amor incondicional, apoio inabalável e compreensão durante todo o período de realização deste trabalho. Cada gesto de carinho, incentivo e compreensão foi fundamental para minha motivação e perseverança.

À minha orientadora Liria Ângela Andrioli sou grata pela dedicação, paciência e orientação precisa ao longo dessa jornada. Seu conhecimento, experiência e sabedoria foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico e profissional.

À coorientadora Rosângela Angelin agradeço as valiosas contribuições.

Agradeço também a todos os professores e colaboradores que contribuíram de alguma forma para a realização deste estudo, bem como aos colegas de curso que compartilharam suas experiências e conhecimentos.

Que esta pesquisa possa contribuir de forma significativa para o avanço do conhecimento na área da Agroecologia e para a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e respeitadas ao meio ambiente.

“A gente só existe porque a terra deixa a gente viver. Ela dá vida pra gente. Não tem outra coisa que dá a vida, por isso a gente a chama de Mãe Terra”.

Ailton Krenak

## RESUMO

A Agroecologia como projeto de transformação social tem sido fortalecida pelas ações das mulheres camponesas, que estão na vanguarda da defesa do meio ambiente mesmo, muitas vezes, invisibilizadas. O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um dos protagonistas dessa mobilização no Brasil, pois promove o desenvolvimento sustentável e combate a violência de gênero e a desigualdade na distribuição da terra. Esta dissertação se propôs a fazer uma reflexão do feminismo camponês e popular em interface com a Agroecologia a partir das ações do MMC. A metodologia utilizada é de pesquisa bibliográfica e o trabalho se ampara em uma análise qualitativa a partir de cartilhas, livros e do próprio MMC. O problema de pesquisa reside na necessidade de compreender de que forma a Agroecologia está presente no feminismo popular e camponês do referido movimento. Os capítulos da pesquisa abordam a Agroecologia nos aspectos conceituais e sua abrangência social, a história e a relação das mulheres camponesas com a terra e o papel do feminismo camponês e popular nas ações agroecológicas do MMC. Pode-se concluir que as ações do movimento nesse período fortaleceram a Agroecologia como uma prática social e cultural, destacando o feminismo camponês e popular como essencial para a sustentabilidade ambiental e social. O movimento tem dado visibilidade ao trabalho das mulheres, reconhecendo-as como protagonistas do desenvolvimento agroecológico. A pesquisa assume relevância ao evidenciar o papel das mulheres camponesas na preservação ambiental e na busca por equidade, contribuindo para a transformação social.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Desenvolvimento Sustentável. Feminismo. Igualdade de gênero. Movimento de Mulheres Camponesas.

## ABSTRACT

Agroecology as a project for social transformation has been strengthened by the actions of peasant women, who are at the forefront of defending the environment even though they are often made invisible. The Peasant Women's Movement (MMC) is one of the protagonists of this mobilization in Brazil, as it promotes sustainable development and combats gender-based violence and inequality in land distribution. This dissertation proposed to reflect on peasant and popular feminism in interface with Agroecology based on the actions of the MMC. The methodology used is bibliographical research and the work is based on a qualitative analysis based on booklets, books and the MMC itself. The research problem lies in the need to understand how Agroecology is present in the popular and peasant feminism of the aforementioned movement. The research chapters address Agroecology in conceptual aspects and its social scope, the history and relationship of peasant women with the land and the role of peasant and popular feminism in the MMC's agroecological actions. It can be concluded that the movement's actions during this period strengthened Agroecology as a social and cultural practice, highlighting peasant and popular feminism as essential for environmental and social sustainability. The movement has given visibility to women's work, recognizing them as protagonists of agroecological development. The research assumes relevance by highlighting the role of peasant women in environmental preservation and the search for equity, contributing to social transformation.

**Keywords:** Agroecology. Sustainable development. Feminism. Gender equality. Peasant Women's Movement.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AIMTR-SUL	Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Cloc	Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo
FIPSS	Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMA	Organização de Mulheres Agricultoras
PIB	Produto Interno Bruto
PPGADR	Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
SOF	Sempre Viva Organização Feminista

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Linha do tempo da trajetória do Movimento de Mulheres Camponesas.....	69
Figura 2 — 1º Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais.....	70
Figura 3 — Marcha das Margaridas no ano de 2000.....	71
Figura 4 — Congresso Nacional de Consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas.....	72
Figura 5 — I Encontro Nacional das Mulheres Camponesas.....	73
Figura 6 — II Seminário Internacional de Feminismo Camponês e Popular.....	73
Figura 7 — III Seminário Internacional de Feminismo Camponês e Popular.....	74
Figura 8 — Seminário Nacional sobre Sementes Crioulas .....	76
Figura 9 — Evento alusivo à comemoração dos 40 anos do Movimento de Mulheres Camponesas realizado em Chapecó/SC/Grupo de mulheres camponesas do Paraná.....	77
Figura 10 — Mapa brasileiro das regiões com atuações do Movimento de Mulheres Camponesas.....	95
Figura 11 — Nuvem de palavras com as principais práticas e ações do Movimento de Mulheres Camponesas.....	96
Figura 12 — Quintais produtivos.....	97
Figura 13 — Sementes crioulas.....	98
Figura 14 — Cadernetas agroecológicas.....	99
Figura 15 — Mística durante atividade no Centro de Formação Maria Rosa.....	100
Figura 16 — Feira de orgânicos no passeio público de Curitiba/PR.....	101
Figura 17 — Agricultura feminina.....	103

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
2 A AGROECOLOGIA E A RELAÇÃO DAS MULHERES COM A NATUREZA.....	19
2.1 COMPREENDENDO A AGROECOLOGIA.....	19
2.2 MULHERES E NATUREZA: UMA RELAÇÃO PRÓXIMA E AGROECOLÓGICA .....	31
2.2.1 FORTALECENDO REDES E CONSTRUINDO FUTUROS SUSTENTÁVEIS: O PAPEL VITAL DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA...36	
2.2.2 EMPODERAMENTO E RESILIÊNCIA: IMPACTO DAS MULHERES NA TRANSFORMAÇÃO AGROECOLÓGICA .....	39
3 MOVIMENTO DE MULHERES NO CAMPO E SUA RELAÇÃO COM A MÃE TERRA .....	42
3.1 PONDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NO CAMPO .....	42
3.1.1 MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS.....	51
3.2 RELAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS COM A MÃE TERRA.....	53
3.2.1 CONCEITO DE ECOFEMINISMO .....	54
3.2.2 MÍSTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E QUESTÕES AMBIENTAIS.....	55
3.2.3 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS E FEMINISMO POPULAR: O IMPACTO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL .....	59
3.3 PRINCIPAIS AÇÕES DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS .....	64
4 FEMINISMO POPULAR E CAMPONÊS: UM OLHAR SOBRE ATUAÇÕES AGROECOLÓGICAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL .....	77
4.1 FEMINISMO POPULAR E CAMPONÊS: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE ....	78
4.1.1 A PRÁTICA FEMINISTA DAS CAMPONESAS .....	81
4.1.2 BEM-VIVER, ECOFEMINISMO E MÃE TERRA.....	84
4.2 RELAÇÃO ENTRE FEMINISMO POPULAR E CAMPONÊS COM ATUAÇÕES AGROECOLÓGICAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL .....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	104
REFERÊNCIAS.....	107

## 1 INTRODUÇÃO

A Agroecologia, como projeto de transformação social de vários movimentos sociais, está presente nas ações de mulheres camponesas e se fortalece com a sua prática cotidiana agroecológica, ou seja, as mulheres historicamente estão à frente na defesa do meio ambiente e, muitas vezes, não reconhecidas, buscam seu espaço por meio de laços de solidariedade e mobilização social (Rocha, 2019). É uma prática transformadora que integra a luta pela sustentabilidade ambiental e de gênero, justiça social e valorização de saberes tradicionais, promovendo autonomia, empoderamento e valorização das mulheres camponesas por meio das práticas agrícolas sustentáveis com base em princípios ecológicos, biodiversidade, uso eficiente dos recursos naturais e resiliência dos sistemas agrícolas são impulsionados. Essas práticas contrastam com o modelo de agricultura convencional, que frequentemente leva à degradação dos recursos naturais.

As transformações do paradigma civilizatório requerem novas narrativas e estratégias alternativas à ordem constituída que considerem as mulheres como sujeitas políticas atuantes com voz e vez dentro do cenário societário as quais, por inúmeras vezes, são apenas coadjuvantes sendo caladas, oprimidas por um sistema patriarcal capitalista dominante que detém a forma de poder (Piovesan, 2021).

A Agroecologia, ao promover práticas agrícolas sustentáveis, também valoriza o conhecimento e o trabalho das mulheres no campo. Esse reconhecimento é crucial para a justiça de gênero e para a promoção de um desenvolvimento rural inclusivo (Rodrigues, 2018).

De acordo com Silva (2019), por meio desse modo de produção, as mulheres podem alcançar maior autonomia econômica e social. A produção de alimentos diversificados e a manutenção de sementes tradicionais são práticas que fortalecem a soberania alimentar das comunidades, nas quais as mulheres desempenham um papel central.

O feminismo popular e camponês surge da necessidade de abordar e transformar as condições de vida das mulheres camponesas e das classes populares, que enfrentam desafios específicos e são marginalizadas com frequência, tanto nas políticas de gênero quanto nas de desenvolvimento rural. Esse movimento tem uma perspectiva interseccional, considerando não apenas o gênero, mas também as questões de classe, etnia e território (Muraca, 2015).

O feminismo camponês e popular enfatiza a luta contra as formas de opressão e exploração, busca a emancipação das mulheres por meio de práticas agroecológicas que respeitam o meio ambiente, sendo fundamental na preservação ambiental e na luta por justiça social (Calaça, 2021).

É reconhecido que as mulheres rurais e das classes populares enfrentam uma dupla opressão: de gênero e de classe, elas lidam com condições adversas como a falta de acesso a recursos, infraestrutura inadequada, e discriminação tanto no âmbito doméstico quanto no da esfera pública. O feminismo camponês e popular valoriza os conhecimentos tradicionais e a sabedoria ancestral das mulheres que, muitas vezes, são desconsiderados pelas políticas de desenvolvimento convencionais. É um movimento vital para transformar as condições de vida das mulheres rurais e das classes populares, abordando sua dupla opressão e valorizando seus conhecimentos e sabedoria ancestrais. Ao promover a inclusão, o empoderamento e a valorização das práticas tradicionais, esse movimento não apenas melhora as condições de vida dessas mulheres, mas também contribui para a sustentabilidade e resiliência das comunidades rurais.

As mulheres camponesas são vistas como guardiãs das sementes e da biodiversidade agrícola. O feminismo camponês promove a soberania alimentar, defendendo o direito das comunidades de decidir sobre suas práticas agrícolas e sistemas alimentares (Pinheiro, 2019). Esse movimento enfatiza a importância da organização coletiva e da resistência comunitária. As mulheres camponesas e populares se unem em cooperativas, associações e movimentos sociais para lutar por seus direitos, compartilhar conhecimentos e recursos, e construir alternativas ao modelo de desenvolvimento neoliberal (Pinheiro, 2019).

A Agroecologia, como uma prática agrícola sustentável, oferece um caminho viável para a promoção do feminismo camponês e popular. A interseção dessas duas abordagens pode ser vista em vários aspectos. A Agroecologia promove práticas que aumentam a resiliência dos sistemas agrícolas às mudanças climáticas e outros estresses ambientais. As mulheres, com seus conhecimentos e práticas tradicionais, são fundamentais para a implementação de estratégias agroecológicas (Siliprandi, 2015).

A Agroecologia está alinhada com os princípios da economia solidária, que valorizam a cooperação, a justiça social e a sustentabilidade. As mulheres podem se beneficiar de iniciativas de economia solidária que oferecem apoio mútuo e acesso a

mercados justos. Para que a integração entre feminismo camponês e Agroecologia seja bem-sucedida, é crucial o desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam e apoiem as contribuições das mulheres. Isso inclui a promoção de acesso equitativo à terra, ao crédito, à formação e à assistência técnica (Rodrigues, 2018).

O feminismo popular e camponês, em interface com a Agroecologia, representa uma abordagem transformadora para a promoção de justiça social e ambiental nas áreas rurais. Esse movimento não só empodera as mulheres e valoriza seus conhecimentos, mas também promove práticas agrícolas sustentáveis que são essenciais para a resiliência das comunidades e a preservação do meio ambiente. Para avançar é necessário um compromisso com a igualdade de gênero, a sustentabilidade e a solidariedade, tanto nas políticas públicas quanto nas práticas comunitárias (Calaça, 2021).

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um dos responsáveis pela mobilização ao desenvolvimento sustentável no Brasil, trazendo para o debate o combate à violência contra a mulher, a equidade na distribuição da terra, a visibilidade ao trabalho feminino no campo, entre outras pautas que fazem uma reflexão sobre a inserção das mulheres em um contexto histórico social cultural da sociedade (Paula, 2022).

A abordagem desta dissertação faz uma reflexão sobre o feminismo camponês e popular em interface com a Agroecologia e traz como problemática essa abordagem e suas formas de manifestação no feminismo popular e camponês do MMC. Trabalha-se a hipótese de que as mulheres camponesas aproximam a Agroecologia à sua materialidade de vida e, a partir de suas práticas cotidianas, contribuem com a promoção da saúde e fortalecem os laços na luta por um mundo mais justo e igualitário nas relações humanas (Pinheiro, 2019).

As mulheres camponesas, por meio de suas práticas cotidianas, incorporam a Agroecologia em suas vidas, contribuindo não só para a promoção da saúde, mas também fortalecendo os laços de luta por um mundo mais justo e igualitário. Dessa maneira, a Agroecologia se fortalece e torna-se um sistema de produção agrícola que destaca e dá visibilidade às mulheres camponesas.

Esta pesquisa se propõe a compreender a Agroecologia nos aspectos conceituais e sua abrangência no contexto social, vislumbrando a presença das mulheres nesses processos, a explanar e refletir sobre os movimentos de mulheres no campo, seu desenvolvimento e sua relação com a mãe Terra, a demonstrar como

o feminismo popular e camponês está presente nas ações e atuações agroecológicas do MMC.

O percurso metodológico deste estudo se ampara em uma pesquisa bibliográfica tendo por base o *site* do MMC, artigos, cartilhas e livros. Os materiais já publicados permitem ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada de forma direta para analisar com profundidade e assegurar as condições em que os dados foram obtidos (Gil, 2022).

Dessa forma, a pesquisa é uma metodologia de investigação que consiste em coletar e analisar referências teóricas previamente publicadas em meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de *websites*. Esse tipo de pesquisa é fundamental para qualquer trabalho científico, pois permite ao pesquisador compreender o que já foi estudado e publicado sobre determinado tema.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica é essencial tanto como uma fase preliminar de outros tipos de pesquisa quanto como uma abordagem independente, dedicada a compilar e analisar o conhecimento teórico disponível sobre um assunto específico.

Para realizar a busca de dados no *site* do MMC, foi utilizada uma abordagem metódica para garantir a coleta eficiente e precisa das informações. O processo se iniciou com acesso ao *site* oficial do MMC, cujo endereço pode ser encontrado em buscas na *web* pelos termos "Movimento de Mulheres Camponesas *site* oficial" ou "MMC Brasil". O *site* oferece uma estrutura de navegação por diferentes seções, como "Quem Somos", "História", "Atividades", "Notícias", "Publicações" e "Contato".

Foram visitadas seções específicas, como "Quem Somos" e "História" para obter um entendimento profundo sobre o Movimento, seus objetivos, histórico e estrutura organizacional. A seção "Atividades" ou "Projetos" foi crucial para encontrar informações sobre as ações e iniciativas em andamento ou planejadas pelo MMC, assim como a leitura das notícias atualizadas. A seção de "Notícias" ou "Blog" foi

conferida para obter informações atualizadas sobre eventos recentes, campanhas, declarações públicas e outras atividades relevantes do Movimento. O *site* oferece a seção “Publicações”, que leva ao acesso de relatórios, artigos, estudos, e outros documentos publicados, o que ajudou a entender melhor as perspectivas, pesquisas e dados produzidos pelo MMC e representou uma ferramenta para análise.

Por meio da seção "Contato", foram obtidas informações sobre como entrar em contato diretamente com a organização, além disso, foram explorados *links* para suas redes sociais que, muitas vezes, são atualizadas com informações importantes e eventos recentes.

As informações relevantes foram organizadas e compiladas de maneira clara, o que inclui a anotação das fontes e dados importantes para referência futura. Isso envolveu salvar *links* diretos para páginas específicas e fazer anotações detalhadas sobre os conteúdos encontrados. Foi feita uma reflexão sobre a credibilidade das informações, verificando a data de publicação e a fonte dentro do *site* e garantido que os dados coletados fossem atualizados e provenientes de seções oficiais do *site*. Esse processo metódico garantiu uma busca abrangente e eficiente, resultando em uma compreensão clara e detalhada das atividades, história e impacto do MMC.

O *site* do MMC é sustentado por uma base teórica e ideológica que pode ser associada a vários autores e teóricos que tratam de temas como feminismo, Agroecologia, direitos humanos, justiça social, e questões agrárias. Embora o *site* específico do MMC possa não listar diretamente todos os autores que fundamentam suas ideias, é possível identificar algumas figuras influentes e correntes de pensamento que geralmente embasam movimentos sociais e de mulheres no campo.

Pode-se citar alguns autores, como Paulo Freire, conhecido por sua pedagogia crítica e suas teorias sobre educação e conscientização. Freire enfatiza a importância da educação como um processo de libertação e *empowerment*, conceitos que são centrais para muitos movimentos sociais, incluindo o MMC. Vandana Shiva, ativista e autora indiana que escreve sobre ecofeminismo, soberania alimentar e os direitos das mulheres camponesas. Seu trabalho sobre a conexão entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza é relevante para a filosofia do MMC. Clara Zetkin, figura importante no movimento feminista e socialista, conhecida por seu trabalho sobre a emancipação das mulheres trabalhadoras e sua luta por direitos iguais. Suas ideias sobre a intersecção entre gênero e classe podem influenciar movimentos de mulheres camponesas. Amartya Sen, economista e filósofo cujas teorias sobre

desenvolvimento humano, capacidades e justiça social podem fundamentar as ideias do MMC sobre a importância do desenvolvimento rural sustentável e a equidade.

As contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels, suas teorias sobre luta de classes, exploração e modos de produção, e Silvia Federici, com a teoria feminista e com seu trabalho sobre reprodução social e a importância do trabalho não remunerado, particularmente o trabalho das mulheres no contexto da agricultura e do cuidado, podem ser base para a compreensão das condições estruturais que afetam as mulheres camponesas. Esses autores e suas ideias contribuem para a formação do pensamento crítico e a base teórica que orienta o MMC.

Trata-se de uma pesquisa que assume relevância social e ambiental, porque suscita uma análise das ações empreendidas pelas mulheres, dando visibilidade ao trabalho feito por elas. A análise da luta camponesa pela preservação do meio em que vivem como condição de vida, exige uma reflexão da totalidade das relações sociais e culturais do campo.

O interesse da autora em pesquisar sobre esse tema surge da sua formação acadêmica em História, história das mulheres camponesas, suas lutas pela preservação do meio ambiente e pela equidade, oportunizando a transformação da consciência social pelo trabalho desempenhado pelas mulheres camponesas que visibilizam a sua atuação como protagonistas junto aos homens na Agroecologia.

A prática docente da autora como professora da rede pública de ensino também estimulou a pesquisa pela necessidade de dar a visibilidade às mulheres camponesas no contexto histórico em que as aulas acontecem e contribuir com a educação ambiental tratando-se da Agroecologia que já está presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um componente de ensino básico, além das aulas no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR) e a vinculação direta com a Linha de Pesquisa Dinâmicas Socioambientais, que contribuíram para a escolha do tema com um amplo debate sobre gênero que a instiga enquanto mulher a compreender melhor as questões de gênero na luta pela equidade.

Sendo assim, a pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro ocupa-se em compreender a Agroecologia nos aspectos conceituais e sua abrangência no contexto social, vislumbrando a presença das mulheres nesses processos. O segundo capítulo dedica-se a explanar e a refletir sobre os movimentos de mulheres no campo, seu desenvolvimento e sua relação com a Mãe Terra. Por fim, o terceiro demonstra

como o feminismo popular e camponês está presente nas ações e atuações agroecológicas do MMC.

## 2 A AGROECOLOGIA E A RELAÇÃO DAS MULHERES COM A NATUREZA

Este capítulo busca compreender a Agroecologia nos aspectos conceituais e a sua abrangência no contexto social, vislumbrando a presença das mulheres nesses processos, a influência do capitalismo, da Revolução Verde e da globalização na sociedade e seus impactos no meio ambiente, nas relações sociais, culturais entre o ser humano e a natureza e a proximidade existente das mulheres com o meio ambiente natural, aqui entendida como natureza. Discute a Agroecologia como uma abordagem que vai além das práticas agrícolas, aprofundando suas dimensões conceituais, sociais e ambientais.

### 2.1 COMPREENDENDO A AGROECOLOGIA

Vive-se em uma sociedade em que a lógica capitalista dita constantemente as formas de agir e viver em sociedade. Isso faz com que a competição e o individualismo imperem e os indivíduos fiquem fechados em um pensamento único<sup>1</sup>, “onde a globalização capitalista passa a regular “os processos econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade” (Andrioli; Soares, 2013, p. 52).

A demanda de uma sociedade capitalista pelo acúmulo de capital com base na oferta de produtos e serviços extrapola as relações sociais, com normas preestabelecidas moldadas na busca incessante pelo lucro e acúmulo de riquezas, impulsionando, assim, as desigualdades sociais e econômicas. A lógica capitalista molda muitos aspectos da vida humana e isso pode levar ao predomínio da competição e do individualismo em dano do bem-estar coletivo (Silva, 2019).

Segundo Piovesan (2021), na sociedade capitalista, as pessoas são incentivadas a competir entre si pelo acesso a recursos e pelo sucesso financeiro, deixando de lado, muitas vezes, valores éticos e morais, afetando a forma de trabalho, de consumo e o relacionamento de uns com os outros.

Por meio dessa forma de regular a sociedade, o sistema capitalista vai incutindo um pensamento liberal, uma cultura voltada exclusivamente ao consumo, com o objetivo principal de acumular bens materiais e obter lucros a todo custo. Dá-se ênfase ao individualismo como uma forma de agir e viver tornando isso algo natural de uma

---

<sup>1</sup> Expressão utilizada por Milton Santos (2010).

sociedade. Ademais, traz a competição como uma aliada ao processo econômico para elevar a produtividade, o aumento de lucros acima de tudo, sem considerar valores ou preocupações sociais e ambientais (Piovesan, 2021).

Segundo Santos (2010, p. 9), a sociedade está diante de um novo “encantamento do mundo”, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim:

[...] já que a informação atual tem dois rostos um pelo qual ela busca instruir, e o outro pelo que ela busca convencer. Com isso, ditam-se as regras do mercado e junto com a informação reforça-se essa técnica dominante, aquela mais eficiente em produzir e aumentar a produção e o acúmulo de capital.

Essa influência da informação na lógica do mercado é apontada por Santos (2010, p. 39-40), quando fala sobre a publicidade:

[...] a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção. [...] Há uma relação carnal entre o mundo e o mundo da produção da notícia e o mundo da produção das coisas e das normas. A publicidade tem hoje, uma penetração muito grande em todas as atividades [...] como na profissão médica, ou na educação. Hoje, propaga-se tudo, e na política é, em grande parte subordinada a suas regras.

Com isso, ampliam-se as necessidades de consumo, criam-se expectativas de algo novo antes mesmo de ser produzido, estimulando o pensamento que vai suprir uma demanda antecipada de produtos e serviços. Essa é a estratégia fundamental de uma sociedade capitalista (Santos; Marques; Leandrini, 2023).

Ao se estabelecer a ideologia capitalista como única alternativa de desenvolvimento econômico e material para a sociedade, ela se torna dominante, trazendo diversos mecanismos que vão influenciar direta ou indiretamente a vida e o pensamento das pessoas no mundo globalizado. A globalização capitalista com seus artifícios regula os processos sociais, econômicos, culturais e políticos na sociedade. “A globalização torna-se assim uma fábrica de perversidades: desemprego crescente, diminuição da qualidade de vida, aumento do número de pobres (a pobreza é tratada com naturalidade).” (Andrioli; Soares, 2013, p. 57).

Nessa perspectiva, o ser humano é considerado uma mercadoria que está a serviço do patrão para gerar cada vez mais lucro (mais valia), sendo uma consequência negativa da globalização.

Preconiza-se, assim, cada vez mais a competitividade e o individualismo. Para Duarte (2019, p. 86):

O Capitalismo só se mantém porque, ao mesmo tempo em que controla a riqueza material, se constitui em hegemonia cultural, definindo objetivos, metas, valores, filosofias, conhecimentos e modalidades de convivência, como válidos para o cotidiano e o futuro de cada indivíduo. Ou seja, normalmente constrói as subjetividades fraturadas com relação à objetividade, à coletividade e à universalidade: o individualismo.

Sobre essa perspectiva crítica, o capitalismo não apenas influencia as relações econômicas, mas também desempenha uma função importante na construção da cultura e na mentalidade das pessoas.

Apesar de todas as críticas frequentes apontadas, é importante notar que há defensores desse sistema capitalista argumentando que ele pode incentivar a inovação e o desenvolvimento econômico. No entanto, é importante observar que o debate em torno do capitalismo é complexo e envolve considerações éticas, sociais e ambientais. Muitas críticas a esse sistema se concentram em questões como a desigualdade de renda, exploração dos trabalhadores, degradação ambiental e busca incessante ao lucro, portanto, enquanto há argumentos a favor, existem críticas abrangentes sobre o seu impacto na sociedade (Barbosa; Lerrer, 2018).

Siliprandi (2015) aponta em seus escritos críticas ao sistema capitalista, sinalizando que é necessário haver mudanças urgentes de modo que não haja a exploração de trabalhadores e a concentração de riquezas nas mãos de poucos que geram desigualdades sociais e consequências catastróficas como, por exemplo, uma crise social econômica e ambiental.

O desenvolvimento do capitalismo no campo com base na concentração da propriedade e da renda tem sido excludente socialmente, totalmente ofensivo ao meio ambiente e dependente economicamente de grandes capitais transacionais. Com isso, o predomínio da lógica capitalista pode restringir à diversidade de ideias e abordagens na sociedade, levando a um pensamento único que coloca o crescimento econômico como a principal medida de sucesso e desenvolvimento (Siliprandi, 2015).

Essa mentalidade pode dificultar a busca de soluções mais holísticas e inclusivas para os desafios sociais, políticos e ambientais enfrentados. Contudo, as consequências desenfreadas do capitalismo se manifestam cada vez mais com força em meio à sociedade. O agronegócio, por exemplo, um expoente desse sistema, se

alastra com muita intensidade e avança em todas as áreas da sociedade (Barbosa; Lerrer, 2018).

No Brasil, o agronegócio traz em seu discurso a imagem de uma agricultura moderna e acessível a todos os agricultores brasileiros de modo que não há fome e pobreza no campo. Silva (2019, p. 17) destaca que:

[...] o agronegócio é a expressão hegemônica do capital na agricultura brasileira, tendo em vista que a produção de produtos, voltada para o mercado internacional, tem modificado a paisagem natural, afetando cada vez mais a vida dos camponeses, que se desestimulam em permanecer no campo, de modo que eles buscam superar o modelo imposto pelo grande capital ou resistem a ele.

É perceptível, desse modo, que o agronegócio se apresenta a partir de modelo dominante de produção e negócios no setor agrário com intensificação da produção, uso desenfreado de tecnologia, acúmulo de riqueza e exploração de bens naturais que reproduzem o sistema capitalista (Barbosa; Lerrer, 2018). Em outras palavras, esse modo de produção maximiza a expansão dos lucros em curto prazo sem considerar a sustentabilidade ambiental e social em longo prazo. Com isso, há a modificação da paisagem rural e todo o desequilíbrio do Planeta (Chã, 2018, p. 41).

A partir do final dos 2000, o agronegócio se expande fortemente. O setor se internacionaliza cada vez mais, com a injeção de capital internacional e também com a crescente compra de terras por estrangeiros, mesmo com uma legislação proibitiva. Investe na verticalização com o monopólio das cadeias produtivas pelas empresas desde a produção de sementes e controle da tecnologia à comercialização dos produtos e busca a permanente abertura de novas fronteiras agrícolas, em especial no Centro-Oeste e Amazônia como forma de consolidar grandes extensões de terra, seja para monocultivo, seja para especulação.

Portanto, é essencial reconhecer que o agronegócio não é a única abordagem para a agricultura no Brasil e que é importante considerar alternativas como a Agroecologia e a agricultura familiar, que priorizam a sustentabilidade, a inclusão social e a diversidade agrícola. Para além desse modo de produção, é importante mencionar o processo desencadeado pela Revolução Verde (Silva, 2019, p. 16):

No Brasil, a “Revolução Verde” contou com forte apoio do Estado em parceria com os Estados Unidos da América, sendo introduzidas as novas técnicas,

de maneira uniforme, sem considerar as diferentes realidades do país, tanto no que se refere aos biomas, à cultura e às diferenças regionais.

No entanto, o processo foi aplicado de maneira uniforme, sem levar em consideração as diversas realidades do Brasil, que possui uma imensa diversidade de biomas, culturas regionais e condições socioeconômicas distintas, o que significa que as necessidades e desafios agrícolas variam significativamente de uma região para outra (Silva, 2019).

Nessa perspectiva, a Revolução Verde passou a ser vista como uma transformação na agricultura, elevando o uso de técnicas que facilitavam o processo agrícola e a pecuária com o incentivo do governo para a disseminação de novas tecnologias nesse meio (Barros, 2018). Silva (2019) aponta que, apesar de ter sido importante para o aumento da produção agrícola, esse processo de transformação também trouxe consequências negativas, com a intensificação do uso de agroquímicos, fertilizantes e máquinas pesadas que tornaram a agricultura dependente de recursos externos e resultaram em mudanças significativas no meio ambiente e na saúde humana.

A discussão sobre a Revolução Verde é um exemplo de como as intervenções na agricultura podem ter impactos mistos, com benefícios notáveis em termos de produção de alimentos, mas também com desafios significativos relacionados a sustentabilidade ambiental, saúde humana e segurança alimentar em longo prazo (Silva, 2019). Com isso, percebe-se um sério problema ambiental e social em que havia uma promessa de acabar com a fome, pelo qual se justificava a sua implantação, no entanto, isso não se efetivou (Caporal, 2009).

A Agroecologia surge como um contraponto a essa lógica, pois tem a preocupação com a preservação ambiental, valoriza o sujeito como um todo, os modos de vida, o saber popular, a alimentação saudável e de práticas sociais que caminham na perspectiva de uma intencionalidade emancipadora (Chã, 2018). É um campo de estudos que busca soluções para promover um sistema de produção agrícola mais sustentável e equilibrado em termos ambientais, sociais e econômicos, aproximando o cuidado com os recursos naturais ao processo de produção agrícola (Barbosa; Lerrer, 2018).

Segundo Caporal (2009, p. 7-8), a “agroecologia se constitui num campo do conhecimento que reúne várias reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de

distintas disciplinas.” Visto que busca o desenvolvimento da agricultura sustentável, exige uma nova postura e um novo tipo de atuação, já que vem se constituindo como um novo paradigma de desenvolvimento rural. A Agroecologia

[...] busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (Caporal, 2009, p. 4).

A abordagem mencionada busca promover uma agricultura mais sustentável e voltada para o desenvolvimento rural por meio da integração de saberes históricos dos agricultores com conhecimentos científicos de diversas disciplinas. Esse processo de integração busca compreender, analisar e criticar o atual modelo de desenvolvimento e de agricultura que, muitas vezes, se mostra insustentável, e também propor novas estratégias que levem a uma agricultura mais equilibrada e ecologicamente viável.

Analisando pelo viés etimológico, a palavra, “Agroecologia” não apresenta um conceito fechado, é uma expressão com mais de uma definição em constante prática e desenvolvimento, abrange dimensões da Agroecologia social, política, ambiental, técnico-produtiva, em escala, econômica (Altieri, 2004).

De acordo com Altieri (2004, p. 23), a Agroecologia:

[...] fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional — genética, agronomia, edafologia — incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais.

Altieri (2004) destaca que a Agroecologia incentiva os pesquisadores a se aprofundarem no conhecimento e na técnica dos camponeses em promover um agroecossistema que não tenha dependência de agrotóxicos e insumos energéticos externos. Com base em estudos metodológicos dos agroecossistemas, Altieri (2004) defende que a Agroecologia compreende também cuidados inerentes e específicos ao meio ambiente e às questões sociais que o envolvem, além da produção de

alimentos, as causas sociais e a sustentabilidade ecológica dos meios de produção e dos modos de vida.

Nessa abordagem, enfatiza-se que a Agroecologia não se limita a uma perspectiva técnica, mas incorpora valores éticos, ambientais e sociais, busca um equilíbrio entre a produção dos alimentos, a saúde do ecossistema e o bem-estar das comunidades rurais. A Agroecologia abrange várias dimensões interligadas, social, política, ambiental, técnico-produtiva, de escala e econômica, dimensões que não podem ser consideradas isoladamente, mas sim, como parte de um sistema complexo que busca sustentabilidade agrícola e o bem-estar das comunidades. Com isso, essa visão ampla e integrada permite que ela seja adaptada às diferentes realidades e necessidades locais (Altieri, 2004).

Portanto, a Agroecologia é mais do que um conjunto permanente de práticas agrícolas, é uma abordagem que busca uma transformação mais profunda na forma de concepção e prática da agricultura. É um modo de produção que busca integrar princípios ecológicos na agricultura, mas a sua definição exata e a aplicação prática podem variar de acordo com diferentes perspectivas e contextos (Caporal, 2009).

A Agroecologia é considerada por muitos como uma alternativa mais sustentável e resiliente ao modelo de agricultura convencional intensiva que, com frequência, depende do uso de insumos químicos e industriais. É uma abordagem que vai além de uma simples técnica agrícola; é um campo de estudo e prática que busca transformar a forma de como a agricultura é concebida e praticada, com base em princípios ecológicos, sociais e econômicos para alcançar sistemas agrícolas mais sustentáveis, resilientes e justos de modelos de agricultura em uma perspectiva sustentável (Silva, 2016).

Nessa perspectiva, Hecht (2002, p. 26) argumenta que a Agroecologia “é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção.” Está em constante prática e desenvolvimento, evoluindo com base nas experiências e conhecimentos acumulados ao longo do tempo, enfatizando a importância do aprendizado contínuo às mudanças ambientais, sociais, econômicas para criar sistemas agrícolas mais resilientes e sustentáveis (Hecht, 2002).

A preservação ambiental pode ser viabilizada por meio da Agroecologia, além de minimizar os impactos negativos da agricultura, é possível reverter danos já

causados com práticas de recuperação de áreas degradadas, como a recomposição de matas ciliares e a implementação de sistemas agroflorestais. Dessa forma, a Agroecologia pode contribuir para a conservação da biodiversidade e a recuperação de ecossistemas importantes (Silva, 2016).

A produção agroecológica é uma alternativa que pode ser viável economicamente, socialmente justa e ambientalmente correta. A implementação de sistemas agroecológicos pode gerar empregos e renda, fortalecer a agricultura familiar e promover a soberania alimentar. Tudo isso sem comprometer a qualidade do solo, da água e do ar (Caporal; Costabeber, 2004). É uma abordagem que privilegia a harmonia entre a sociedade e o meio ambiente e que vem ganhando cada vez mais espaço em um mundo que clama por mudanças sustentáveis.

Ainda, destacam-se os princípios da Agroecologia e o potencial técnico-científico já conhecido que são capazes de impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura e que servem como base para reorientar ações em uma perspectiva que assegure a sustentabilidade socioambiental econômica para diferentes agrossistemas (Gliessman, 2000).

A Agroecologia tem um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e no combate à fome, valoriza a diversidade gastronômica das culturas locais e incentiva o uso de alimentos nutritivos e de qualidade. A necessidade de redução de danos ao meio ambiente e à saúde e na produção de alimentos saudáveis é emergente, assim como a luta pela transição agroecológica que, aos poucos, vai substituindo o modelo de agricultura agroquímica pela agricultura ecológica (Gliessman, 2000).

É importante destacar que a Agroecologia se contrapõe ao modelo tradicional de agricultura que, muitas vezes, utiliza práticas invasivas e prejudiciais ao solo e aos recursos naturais, e tem como um de seus principais pilares a sustentabilidade, e busca formas de produção que mantenham a integridade do ambiente e das comunidades rurais.

Para Petersen *et al.* (2009), a Agroecologia como uma ciência busca estabelecer conexão entre o saber popular e o conhecimento científico. Essa integração é essencial para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis e para a criação de agrossistemas que estejam em harmonia com ecossistemas naturais. Sendo uma ciência emergente que valoriza o diálogo entre o saber popular e o científico, a Agroecologia integra diferentes formas de conhecimento para

promover sustentabilidade e inovação local nos sistemas agrícolas. Essa abordagem tem o potencial de criar soluções mais efetivas e equitativas para os desafios enfrentados na agricultura e na relação entre os seres humanos e a natureza. É portadora de conceitos e métodos que criam elos para estabelecer diálogos entre o saber popular e científico, que é condição necessária para a revitalização e a inovação local, tornando-se um dispositivo social ao desenvolvimento de agrossistemas conectados aos ecossistemas naturais (Barros, 2018).

Com todo esse cuidado com o diálogo dos saberes, a Agroecologia, em sua abordagem cultural, envolve a consideração e a sua incorporação nas práticas agrícolas sustentáveis. Estando enraizada em contextos culturais, valores e crenças e práticas locais, essa integração à dimensão cultural é o elo para entender melhor as interações entre as comunidades locais, o meio ambiente e os sistemas alimentares (Gliessman, 2000). Ao considerar essa dimensão, a Agroecologia busca valorizar conhecimentos locais e incorporá-los às estratégias agrícolas, respeitar e preservar a diversidade reconhecendo que diferentes culturas têm abordagens únicas para a agricultura (Silva, 2019).

Sendo assim, o fortalecimento das identidades locais e a sua preservação nas práticas agrícolas se fortalecem na dimensão cultural, promovendo a participação comunitária nas decisões relacionadas à agricultura, permitindo que as práticas agrícolas sejam adaptadas às necessidades e aos desejos locais. Inclui-se, desse modo, a promoção da soberania alimentar, capacitando as comunidades para o controle sobre os sistemas alimentares (Siliprandi, 2015).

Leff (1994), ao considerar as dimensões culturais da Agroecologia, explora e enriquece a busca por práticas agrícolas mais sustentáveis e alinhadas com os valores locais, destacando que a Agroecologia e o saber ambiental são temas de extrema relevância para a conscientização da população sobre a necessidade de se preservar o meio ambiente e garantir a sustentabilidade da produção agrícola. Nessa perspectiva, o autor citado é um dos principais defensores da relação harmoniosa entre atividades humanas e a natureza.

O conceito de "saber ambiental" de Leff (1994) se refere a uma forma de conhecimento que transcende o modelo tradicional de ciência, incorporando saberes ecológicos, conhecimentos indígenas, práticas tradicionais e outras formas de compreender a relação entre seres humanos e natureza. Esse tipo de conhecimento

é fundamental para a conscientização da população sobre a necessidade de preservar o meio ambiente e para alcançar a sustentabilidade ambiental (Siliprandi, 2015).

Cabe salientar que a “Agroecologia apresenta-se como uma proposta que rompe os domínios de uma ciência estanque, e propõe a incorporação de outros sujeitos sociais (que não o “cientista”), como coprodutores de conhecimento a ser gerado” (Siliprandi, 2015, p. 93). Há, com isso, uma aproximação do conhecimento científico ao conhecimento popular por meio do diálogo de saberes que vai além dos limites tradicionais e da ciência convencional.

A Agroecologia é uma abordagem que busca integrar o conhecimento científico com o conhecimento popular por meio do diálogo de saberes. Ela reconhece que o conhecimento não deve ser uma via de mão única, em que apenas os cientistas produzem e detêm o conhecimento, pelo contrário, valoriza a contribuição de outros valores sociais, a sabedoria e a experiência acumulada pelas comunidades locais, agricultores e povos tradicionais ao longo de gerações. Sendo assim, representa uma alternativa sustentável e mais equilibrada de produção agrícola, se tornando a escolha de muitas comunidades rurais em todo o mundo (Siliprandi, 2015).

Siliprandi (2015), traz uma visão colaborativa destacando a importância de ter parcerias entre diferentes grupos de interesse para promover práticas agrícolas mais equitativas e sustentáveis. A Agroecologia, portanto, não é apenas uma abordagem técnica, mas social e política, que busca transformar a maneira como a agricultura é pensada e praticada. É mais do que uma abordagem agrícola específica, é um movimento social que busca redefinir as relações humanas com a terra e a produção de alimentos. A colaboração de diferentes grupos de interesse é fundamental para a promoção de mudanças significativas nos sistemas alimentares e vislumbrar um futuro mais sustentável e equitativo (Siliprandi, 2015).

Nesse contexto, é importante destacar a sua materialidade na vida das mulheres camponesas, que são fundamentais para a preservação da biodiversidade e da segurança alimentar. Desde a produção até a distribuição, as mulheres camponesas desempenham um papel significativo em todas as etapas dessa prática agrícola, garantindo um desenvolvimento mais justo e igualitário para a sociedade (Rodrigues, 2018). De modo peculiar, elas aproximam a Agroecologia da sua materialidade de vida em que, principalmente, a partir de suas práticas cotidianas, contribuem com a promoção da saúde e fortalecem os laços na luta por um mundo mais justo e igualitário nas relações humanas (Rodrigues, 2018).

Conforme Rodrigues (2018, p. 36), “as mulheres camponesas vêm construindo no cotidiano das práticas de produção agroecológica novas formas de se relacionar, de promover a saúde e sua autonomia como mulher”, estão envolvidas na construção de novas formas de relacionamento no contexto das práticas de produção agroecológica.

A Agroecologia é um campo que busca integrar princípios ecológicos, conhecimentos tradicionais e científicos para desenvolver sistemas agrícolas sustentáveis, que minimizem os impactos negativos da agricultura no meio ambiente. Está enraizada nos contextos locais e culturais, considerando as práticas e conhecimentos específicos de cada comunidade (Siliprandi, 2015). Pode-se citar a segurança alimentar como um aspecto crucial abordado por esse modo de produção e uma prática cotidiana em que as mulheres estão próximas e à frente buscando garantir o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, reduzindo a dependência de práticas agrícolas intensivas em insumos químicos (Siliprandi, 2015).

Rodrigues (2018) destaca a Agroecologia como uma abordagem holística e integrada que não apenas lida com questões alimentares, mas também busca equilíbrio das necessidades humanas com a saúde do meio ambiente. Ela é vista como uma alternativa viável e indispensável às comunidades camponesas vulneráveis às mudanças ambientais e socioeconômicas. As mulheres influenciam positivamente as relações sociais, culturais e de gênero dentro das comunidades na construção de novas formas de relacionamento, nas práticas de produção agroecológica, demonstrando como a Agroecologia vai além das questões agrícolas. Se estabelecem como protagonistas em um cenário em que as dimensões dessa abordagem se conectam com as realidades encontradas por elas (Siliprandi, 2015).

Diante dessa perspectiva, Rodrigues (2018, p. 37) aborda a “agroecologia como uma ciência e um conjunto de práticas que instrumentalizam e possibilitam uma verdadeira revolução no contexto da produção de alimentos e na preservação ambiental, considerando a complexidade dos contextos locais e culturais.” Assim, constitui-se uma alternativa viável e indispensável para a garantia da segurança alimentar e da preservação ambiental, especialmente para as comunidades camponesas.

Para as mulheres camponesas, a Agroecologia tem um significado de resistência, pois elas se sentem ameaçadas em seu modo de vida com a expansão

dos agronegócios. Assim, se dedicando à agricultura agroecológica, estão desafiando as normas tradicionais de gênero e assumindo papéis de liderança (Siliprandi, 2015).

Sem dúvida, a Agroecologia é uma concepção, uma prática que busca transformar a produção agrícola em um processo mais sustentável, justo e saudável, com raízes nas lutas pelos direitos dos povos do campo e na defesa da soberania alimentar. Por isso, de acordo com Guhur e Silva (2021, p. 60):

[...] em todos os seus níveis e dimensões a Agroecologia se apresenta como uma contraposição a práticas, enfoques e concepções de agricultura, tendo os camponeses e camponesas como sujeitos desta nova abordagem em construção, atualmente a dimensão política da agroecologia ganha mais notoriedade pela luta dos camponeses e povos tradicionais e originários pelas condições de sua reprodução social.

Sendo assim, a Agroecologia transcende o âmbito puramente agrícola e tem implicações sociais, culturais e políticas profundas. Desafia o modelo dominante da agricultura convencional, coloca os camponeses como sujeitos principais da luta por justiça social, ambiental e alimentar. Essa abordagem, em contraposição às práticas agrícolas convencionais, coloca a dimensão política e o papel central dos camponeses e dos povos tradicionais nesse processo de transformação para sistemas agrícolas mais sustentáveis e socialmente justos.

No Brasil, a Agroecologia torna-se uma abordagem cada vez mais relevante para o desenvolvimento sustentável. Por meio dela é possível promover a diversificação da produção agrícola, aumentar a renda dos agricultores, conservar o solo, reduzir o uso de agrotóxicos e melhorar a qualidade dos alimentos. No contexto brasileiro, a Agroecologia tem se mostrado uma alternativa promissora no enfrentamento de diversos desafios da agricultura, torna-se uma importante ferramenta para a promoção da sustentabilidade socioambiental da produção agrícola no Brasil. Portanto, é fundamental que todos os setores da sociedade se unam em defesa da Agroecologia para que ela seja cada vez mais difundida e aplicada no País, com grande relevância na biodiversidade, com a preservação dos recursos naturais, com a resiliência dos sistemas agrícolas (Rodrigues, 2018).

Petersen *et al.* (2009) aponta o vínculo que a Agroecologia, no Brasil, tem com a defesa da agricultura familiar camponesa com base social na vida e nas práticas agrícolas sustentáveis no desenvolvimento rural. Sendo assim, o movimento ecológico brasileiro destaca-se como um campo social e científico de disputa na

sociedade, na luta por equidade social, junto com os movimentos camponeses e da agricultura familiar na redução do poder e da apropriação das riquezas geradas pelo agronegócio. Essa resistência e busca por autonomia territorial são essenciais para a construção de um modelo de agricultura mais sustentável.

Ressalta-se a importância da Agroecologia como uma abordagem que vai além das práticas agrícolas em si, englobando aspectos sociais, econômicos e políticos. O movimento agroecológico no Brasil busca promover uma transformação no sistema agrícola em que a agricultura familiar e camponesa são base fundamental para desenvolvimento sustentável (Petersen *et al*, 2009).

No Brasil, a Agroecologia oferece avanços inovadores para enfrentar desafios e problemas ambientais, sociais e políticos alinhados aos objetivos que favorecem o desenvolvimento sustentável, a justiça social e o respeito à biodiversidade. O apoio e envolvimento da sociedade são fundamentais para consolidar a Agroecologia como parte crucial do cenário agrícola brasileiro (Siliprandi, 2015).

Com isso, os movimentos feministas e agroecológicos vêm apontando para a construção de estratégias políticas e epistemológicas de proteção e defesa ambiental com a efetiva participação das mulheres, visibilizando a sua intrínseca ligação com o meio natural. Esse tema será abordado na seção seguinte.

## 2.2 MULHERES E NATUREZA: UMA RELAÇÃO PRÓXIMA E AGROECOLÓGICA

Nesta seção, será analisada a relação existente entre as mulheres e o meio ambiente natural, assim como se refletirá sobre o posicionamento e o papel que as mulheres têm diante de todo o processo agroecológico ambiental.

A relação entre as mulheres e a natureza tem sido próxima e agroecológica desde os tempos ancestrais, marcada pela compreensão dos ciclos naturais e pela preservação da biodiversidade. “Uma ligação da figura do feminino com a terra e a vida bem como os fenômenos da natureza que acontecem na natureza e no corpo das mulheres” (Andrioli, 2022, p. 39). Sem entrar na dicotomia das discussões sobre as relações entre natureza e cultura, a perspectiva é trazer reflexões e elementos para auxiliar o entendimento de uma estrita ligação entre as mulheres e o meio ambiente natural (Andrioli, 2022).

Essa perspectiva ressalta a importância do conhecimento tradicional das mulheres e de suas práticas sustentáveis, bem como o papel vital que elas

desempenham na conservação da biodiversidade e na promoção da Agroecologia. Reconhecer e valorizar essa relação é fundamental para a busca da sustentabilidade e da harmonia entre as sociedades humanas e o meio ambiente (Gebara, 2010).

De acordo com descobertas arqueológicas, a primeira evidência de proximidade da mulher com o meio ambiente natural surgiu a partir da figura da Deusa, que representa a Mãe Terra e se refere ao poder da fertilidade e da fonte da vida. Assim, com a cosmovisão, o universo todo está relacionado com a generosidade de uma mãe da qual emerge a vida.

O culto pelo corpo da mulher era constante e esse era considerado como um lugar mágico de vida, relacionando-o com fatos da natureza, como por exemplo, corpos que sangravam de acordo com a lua, ou então, corpos que assim a terra gerava vidas e produziam alimentos a estes seres (Eisler, 2007, p. 39-40).

Ruether (1993) aponta para questões mais centradas na figura feminina nas sociedades primitivas em que “as imagens femininas de estatuetas e figuras encontradas remetem a imagem do divino para o símbolo do útero, espaço este onde são gerados os seres humanos e não humanos deuses, terra, céu, enfim local de origem de todas as coisas” (Ruether, 1993, p. 46). Com isso, é compreensível a relação criada entre as mulheres e a natureza.

De fato, no período neolítico, houve a evolução para as simbologias e rituais por meio da adoração à Deusa. Conforme assevera Eisler (2007, p. 59), há várias simbologias que expressam essa veneração:

O que aparece em todo lugar — santuários e casas, murais, motivos decorativos de vasos, esculturas, estatuetas rotundas de barro e relevos é uma rica coleção de símbolos da natureza. Associados com a adoração da deusa, são testemunho do assombro e admiração diante da beleza e mistério da vida.

Observa-se que as simbologias do corpo da mulher presentes nas sociedades primitivas representam a igualdade de gênero, reforçando, assim, a teoria da preexistência de uma sociedade igualitária em que a mulher ocupava um espaço de destaque (Andrioli, 2022). Sobre esse contexto cultural foi se moldando a identidade dessas mulheres com tentativas de compreender o processo de vida e morte direcionando o olhar à mulher como geradora da vida.

Diante disso, é perceptível que o corpo da mulher era considerado mágico de vida, com o poder da fertilidade. Segundo Andrioli (2022, p. 40), “assumir a vida significa relacionar-se com o outro e com a natureza em uma perspectiva de reciprocidade. De igual forma, reflete essa ligação da figura feminina com a terra e com a vida.” Uma ligação estrita entre o meio natural e a genitora da vida, a mulher, são requisitos que justificam a relação próxima com a natureza.

Percebe-se que as mulheres, por meio de sua diversidade, dos seus modos de vida que interligam com o meio natural e cuidados com a terra, são precursoras de formas alternativas de produção.

A terra como fonte de alimento, de proteção, de poder, de resistência e de mistério aparece assim representada em forma feminina por causa de uma certa semelhança entre os ciclos da terra e sua fertilidade e os ciclos femininos (Gebara, 2010, p. 44).

Ressalta-se, desse modo, a ligação da terra com o feminino, com a fonte de alimento e o poder, uma forte relação da fertilidade da terra com o feminino, levando a uma transformação cultural que agrega diferentes fatores sociais e culturais.

Com efeito, em sua análise a partir da arqueologia, Gebara (2010) destaca que é possível enxergar diferentes expressões da cultura humana. "Estatuetas de mulheres parindo uma criança, ou de mulheres grávidas representando a fertilidade da Terra [...] parecem ser as primeiras manifestações daquilo que se poderia chamar de espírito religioso humano" (Gebara, 2010, p. 44).

Nas sociedades primitivas, as mulheres eram consideradas sagradas pela possibilidade de procriar e colocadas no mesmo patamar da terra fértil, ambas com a mesma missão de dar frutos que garantam a manutenção da sociedade (Siliprandi, 2015).

Dessa maneira, há a necessidade de um olhar cuidadoso para não ter uma visão determinista em relação às mulheres e ao meio ambiente natural, implicando, muitas vezes, em identidades femininas fechadas que naturalizam o papel da mulher junto ao meio em que vivem. Por isso, é primordial ter presente que “as identidades são formadas historicamente, contrapondo o argumento de que são construídas naturalmente” (Andrioli, 2022, p. 31).

Diante disso, em seu livro *Mulheres e Agroecologia*, Siliprandi (2015, p. 81) afirma que:

[...] a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas.

Com isso, há um propósito de instigar a efetivação de novas práticas e valorizar a vida. De acordo com Siliprandi (2015, p. 87):

Esse protagonismo dos agricultores será central no pensamento agroecológico, basicamente, em três aspectos: na construção de suas propostas técnicas, por conta da capacidade da agricultura camponesa de coevoluir respeitando os processos ecológicos; por sua premissa de que o desenvolvimento rural só poderá ser sustentável se for baseado no modo de produção camponês; e pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desse grupo social que foi marginalizado econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade. As propostas agroecológicas têm, portanto, um caráter emancipatório, e os movimentos que se formaram em torno da agroecologia aproximam-se politicamente das lutas por ecojustiça.

Há estudos indicando que são as mulheres que dão início à transição para sistemas mais sustentáveis, tornando-as protagonistas na construção da Agroecologia (Siliprandi, 2015).

As mulheres veem além da produção, olham para a terra como fonte de saúde, cuidado, pertencimento e união. É da terra que provém o sustento e é pela terra que a família luta, se estrutura, se mantém unida, cria vínculos com a comunidade, batalha por ideias, retoma a história e constrói o futuro. (Menegas, 2021, p. 64).

As mulheres camponesas são fundamentais na Agroecologia, têm uma forma de ver a natureza e o mundo distinta dos demais, sua participação nesse sistema representa uma importante forma de emancipação e empoderamento a elas. Com isso, a produção agroecológica vai muito além da produção de alimentos saudáveis, já que possibilita às mulheres maior atuação e participação social (Menegas, 2021).

Por meio de seus trabalhos em hortas e quintais produtivos, nos cuidados com as sementes, a partir desses conhecimentos e bagagens de vida, as mulheres

transformam as realidades em que estão inseridas (Pacheco, 2002). Por isso, elas são fundamentais na construção do conhecimento agroecológico, ou seja:

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de sua base produtiva as bases para a segurança alimentar (Pacheco, 2002, p. 20).

Nesse sentido, se reforça que “a essência do feminino está na vida e as mulheres são guardiãs da vida e da biodiversidade, principalmente, quando falamos em mulheres camponesas” (Hadich, Bastiani, 2017, p. 138). Pode-se dizer que as mulheres têm um papel fundamental na produção de alimentos saudáveis e na promoção da soberania alimentar. Além disso, são responsáveis por preservar as variedades locais de plantas e sementes, que garantem a diversificação genética e a adaptabilidade das espécies aos diferentes ambientes (Hadich; Bastiani, 2017).

Desse modo, muitas mulheres encontram em organizações sociais e movimentos populares parcerias e apoios que buscam a transformação da sociedade rumo à justiça socioambiental por meio de lutas contra a privatização dos recursos naturais, degradação ambiental, violência contra as mulheres e desigualdade social, reivindicando o direito à terra, à água, à comida e à autonomia (Hadich; Bastiani, 2017).

Nesse sentido, a luta das mulheres pela Agroecologia se torna também uma luta pela emancipação feminina e pela construção de um mundo mais justo e sustentável, que proporcione autonomia, emancipação e empoderamento da mulher diante da sociedade e que fortaleça suas ações (Boni, 2017).

Tendo em vista a relação entre as mulheres e a natureza como uma relação de compromisso, de cuidado e de respeito, a Agroecologia surge como um modelo de produção e consumo que valoriza o conhecimento e a cultura das mulheres, que promove a saúde e a diversidade dos ecossistemas e que garante a dignidade e a participação social das comunidades (Siliprandi, 2015).

Boni (2017) aponta para esse modelo alternativo de produção que abre espaço às mulheres que se apresentam como protagonistas na busca da sustentabilidade e

da justiça socioambiental, mobilizando-se em torno de uma nova relação com a natureza e com a vida, no bem comum a todos.

Com isso, há uma aproximação das mulheres dando reconhecimento e valorização à produção agroecológica. Dessa forma “as mulheres, além da participação na produção e do trabalho no contexto privado de casa, estão presentes na comercialização, em capacitações e contextos públicos, possibilitando, a elas, inúmeras experiências e compreensões sobre diversos contextos e atividades” (Schneider *et al.*, 2020, p. 10).

O papel social desempenhado pelas mulheres nos processos de transição do modelo convencional de produção para modelos sustentáveis as torna precursoras, elas assumem desafios, muitas vezes, de introduzir algo novo em suas propriedades, se empenhando com toda a disposição, buscando conhecimentos que favoreçam o bem-estar da família e do meio ambiente. Dessa forma, é possível identificar a sua ligação com a natureza e, por isso, sua proximidade com o cuidado e, por conseguinte, sua predisposição à Agroecologia (Boni, 2017).

As mulheres desempenham um papel crucial na transição para modelos de produção mais sustentáveis, introduzem práticas inovadoras em suas propriedades e buscam conhecimentos que beneficiem suas famílias e o meio ambiente (Siliprandi, 2015). Por meio de movimentos de mulheres no campo e sua relação íntima com a terra, elas se destacam como precursoras e defensoras da Agroecologia na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e cuidadosas com o meio ambiente, tema que será abordado no próximo capítulo.

### 2.2.1 FORTALECENDO REDES E CONSTRUINDO FUTUROS SUSTENTÁVEIS: O PAPEL VITAL DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA

As mulheres camponesas desempenham um papel fundamental na construção de comunidades por meio da prática agroecológica. Além de fornecerem alimentos saudáveis para suas famílias e comunidades, elas promovem valores essenciais de solidariedade e cooperação por meio da realização de feiras em que comercializam seus produtos e compartilham conhecimentos sobre práticas agrícolas sustentáveis e educação alimentar (Boni, 2017).

As feiras são oportunidades econômicas, mas também catalisadoras de mudanças sociais. A participação ativa das mulheres na organização desses eventos

fortalece sua posição econômica e amplifica suas vozes na formulação de políticas públicas que impactam diretamente suas vidas e meios de subsistência (Pacheco, 2002).

Além de garantir a segurança alimentar, as mulheres camponesas desempenham um papel fundamental na preservação da biodiversidade agrícola e da cultura local. A prática da diversificação de culturas e a conservação de sementes crioulas são essenciais para a resiliência dos sistemas agrícolas diante das mudanças climáticas. Essas práticas refletem um profundo conhecimento ecológico e uma sensibilidade aos ciclos naturais, fundamentais para a sustentabilidade em longo prazo (Siliprandi, 2015).

As técnicas agroecológicas, como compostagem, manejo integrado de pragas e rotação de culturas, não são meramente habilidades práticas, são manifestações de sabedoria ancestral que sustentam a agricultura familiar e comunitária. Esse conhecimento é transmitido de geração para geração, preservando as práticas agrícolas sustentáveis e os valores culturais e ambientais fundamentais para a identidade das comunidades rurais (Hadich; Bastiani, 2017).

Apesar dos avanços alcançados, as mulheres enfrentam desafios persistentes, incluindo acesso desigual à terra, recursos financeiros limitados e falta de tecnologias apropriadas. A desigualdade de gênero continua sendo uma barreira significativa para seu pleno potencial como agentes de mudança na agricultura sustentável (Boni, 2017). No entanto, o movimento agroecológico liderado pelas mulheres oferece oportunidades únicas para transformar esses desafios em catalisadores de mudança. Ao fortalecer redes de solidariedade entre as camponesas, é possível criar comunidades mais resilientes capazes de enfrentar os desafios ambientais e econômicos emergentes (Schneider *et al.*, 2020).

A produção agroecológica hoje, embora esteja voltada para um importante nicho de mercado, nem sempre é suficiente para sustentar a família. Entretanto, este aspecto para as mulheres do MMC não é problema, porque são camponesas também aquelas cujos maridos utilizam agrotóxicos nas lavouras, desde que não atinjam a horta familiar. Uma camponesa relatou em um encontro do MMC que seu marido aplicou agrotóxico próximo aos canteiros de tomates que ela cultivava. A reação dela foi encher um balde com os tomates e jogar aos pés dele, dizendo-lhe que comesse os tomates envenenados. Com esta reação, buscou sensibilizar o marido para a produção orgânica, especialmente a da horta. No caso dessa militante, que é uma liderança expressiva na região, sua família se enquadra no que, em alguns de seus discursos aparece, como agricultores familiares de médio porte, ou muito inseridos ao mercado, fato este que a impede de se

autodenominar camponesa, justificando que “camponês é aquele que produz seu próprio alimento” (Boni, 2017, p. 74).

Em suma, as mulheres camponesas desempenham um papel vital na promoção da Agroecologia como uma abordagem essencial para a produção de alimentos. Seus conhecimentos e práticas não apenas garantem a segurança alimentar das comunidades rurais, mas também protegem o meio ambiente e promovem a justiça social. Apoiar e fortalecer o papel das mulheres na Agroecologia não é apenas uma questão de equidade de gênero; é uma estratégia fundamental para enfrentar os desafios globais de sustentabilidade e construir um futuro mais justo e sustentável para todos (Karam, 2004).

A perspectiva dessas mulheres dentro do MMC é central para a produção agrícola e para a construção de comunidades resilientes e sustentáveis (Boni, 2017). Elas fornecem alimentos saudáveis para suas famílias e comunidades e promovem valores essenciais de solidariedade e cooperação (Siliprandi, 2015). Como destacado por Boni (2017), as feiras locais são exemplos tangíveis dessa dinâmica, em que as mulheres, além de comercializarem seus produtos, compartilham conhecimentos sobre práticas agrícolas sustentáveis e educação alimentar.

O MMC destaca-se pela sua resistência e propostas frente ao modelo agroexportador vigente no Brasil centrado no agronegócio. Segundo Delgado (2005), o agronegócio é promovido como o principal modelo agrícola pelo governo, resultando na marginalização do campesinato. A Agroecologia, composta em sua maioria por agricultores familiares não associados ao agronegócio, enfrenta exclusão econômica e social crescente. Delgado ainda observa que essa exclusão é agravada pela política econômica e agrícola que privilegia os grandes proprietários rurais, relegando os camponeses a um papel de subsistência que não se integra ao sistema do agronegócio nem à economia urbana.

Para o MMC, essa realidade demanda alternativas concretas. As práticas de recuperação de sementes tradicionais e o conhecimento sobre ervas medicinais são exemplos significativos de resistência e autonomia. Essas iniciativas não só preservam a cultura local e a segurança alimentar das comunidades camponesas, mas também questionam a hegemonia do mercado sobre a agricultura e a saúde (Schneider *et al.*, 2020).

É importante destacar que muitas mulheres camponesas participam de cadeias produtivas ligadas ao agronegócio, como a criação de animais para agroindústrias.

Contudo, isso não as exclui da identidade camponesa nem implica concordância com o modelo vigente. Pelo contrário, muitas delas veem nessas atividades uma forma de sustentar suas famílias, manter suas propriedades e garantir futuras oportunidades para seus filhos (Delgado, 2005).

Assim, o MMC não se limita a um discurso, mas se concretiza na prática cotidiana das mulheres camponesas que, mesmo dentro de um sistema dominado pelo agronegócio, buscam preservar suas tradições, conhecimentos e modos de vida. A resistência está não só na produção de alimentos de maneira sustentável, mas também na construção de um futuro em que a agricultura seja mais justa e equitativa para todos os envolvidos (Rodrigues, 2018).

### 2.2.2 EMPODERAMENTO E RESILIÊNCIA: IMPACTO DAS MULHERES NA TRANSFORMAÇÃO AGROECOLÓGICA

O empoderamento feminino é influenciado por diversos fatores, incluindo o ambiente em que as mulheres vivem e trabalham, o reconhecimento do valor de seu trabalho e a consciência interna de sua própria importância. Merlino e Mendonça (2011) afirmam que esses elementos são essenciais para promover autonomia, autoestima e capacidade de transformação.

Na Agroecologia, o poder e a autonomia são fundamentais para as mulheres. Segundo Valoura (2006), inspirando-se na *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, o empoderamento pode ser visto como a libertação da dependência econômica, física ou de qualquer outra natureza, conforme discutido na obra do autor citado.

Mulheres camponesas enfrentam desafios significativos ao iniciar práticas agroecológicas provocando o *status quo* da agricultura convencional. Elas aplicam conhecimentos passados por gerações, concentrando-se na produção de alimentos, no manejo de pequenos animais e na conservação de espécies vegetais. Essas atividades, historicamente desvalorizadas socialmente, permitem que as mulheres quebrem estereótipos de gênero, ganhando autonomia, independência e fortalecendo seu empoderamento (Karam, 2004).

Além de desafiar normas estabelecidas na agricultura, as mulheres que adotam práticas agroecológicas não só demonstram resiliência e determinação, mas também promovem um modelo de desenvolvimento rural mais inclusivo e sustentável. Suas atividades não se limitam à produção de alimentos, elas também englobam a

preservação da biodiversidade por meio de bancos de sementes e da adaptação de espécies vegetais às condições locais, práticas que são essenciais para a resiliência climática e a segurança alimentar das comunidades (Guhur; Silva, 2021).

É importante destacar que essas iniciativas empoderam individualmente as mulheres e têm um impacto transformador nas estruturas sociais e econômicas das áreas rurais. Ao assumirem papéis historicamente associados aos homens, como a gestão de propriedades e a participação em cooperativas agrícolas, as mulheres fortalecem sua autonomia financeira e decisória (Paula, 2022).

Karam (2004) ressalta que, ao romperem com estereótipos de gênero, as mulheres camponesas se tornam agentes de mudança em suas comunidades e contribuem para a construção de um movimento mais amplo em direção a uma agricultura mais justa e sustentável. Suas práticas alimentam corpos, fortalecem laços comunitários e promovem o conhecimento local que é crucial para a adaptação às mudanças ambientais e econômicas.

Portanto, caminhar na direção do empoderamento das mulheres por meio da Agroecologia não é só uma questão de equidade de gênero, mas uma estratégia fundamental para enfrentar os desafios globais de segurança alimentar, mudança climática e sustentabilidade ambiental. Ao valorizar e apoiar o papel das mulheres no desenvolvimento rural é possível construir sociedades mais resilientes e inclusivas, onde todos tenham a oportunidade de prosperar de maneira sustentável (Marian Vieira *et al.*, 2019).

Além de alimentarem suas comunidades de maneira sustentável, as mulheres camponesas na Agroecologia lideram uma revolução silenciosa que promove justiça social e ambiental. Suas práticas vão além de técnicas agrícolas, são expressões de sabedoria ancestral e resistência cultural. Ao desafiar estereótipos de gênero e assumir papéis de liderança na gestão de propriedades e cooperativas, elas fortalecem suas próprias vidas e as estruturas econômicas e sociais das comunidades rurais (Ferreira *et al.*, 2021).

O apoio a essas mulheres promove a igualdade de gênero para a construção de um futuro em que a agricultura seja mais justa, inclusiva e capaz de alimentar todas as pessoas de maneira digna e sustentável. O caminho pode ser desafiador, com obstáculos como desigualdades de acesso e resistências culturais, mas é por meio da resiliência e da cooperação que elas estão transformando realidades e inspirando novas gerações (Rodrigues, 2018).

Portanto, celebrar e fortalecer o papel das mulheres na Agroecologia significa reconhecer suas conquistas e investir no futuro de comunidades rurais mais prósperas e equitativas. É hora de reconhecer o poder dessas mulheres não só como produtoras de alimentos, mas como verdadeiras agentes de mudança em busca de um mundo mais justo e sustentável para todos.

No próximo capítulo, será explorado o vínculo profundo entre o MMC e a Mãe Terra. Esse elo vai além de uma conexão física com o solo; é uma relação de respeito e cuidado mútuo, em que as mulheres camponesas extraem os frutos da terra, mas a protegem e preservam com um conhecimento ancestral. Por meio de práticas agroecológicas, como a conservação de sementes crioulas e o manejo sustentável dos recursos naturais, essas mulheres garantem a segurança alimentar de suas famílias e promovem a biodiversidade e a saúde do solo.

### **3 MOVIMENTO DE MULHERES NO CAMPO E SUA RELAÇÃO COM A MÃE TERRA**

Este capítulo dedica-se a explicar e a refletir sobre os movimentos de mulheres no campo, uma expressão significativa de luta e resistência que combina as questões de gênero com as questões relacionadas à terra, ao meio ambiente e à justiça social. Essa movimentação busca não apenas a igualdade de gênero e direitos para as mulheres camponesas, mas também uma relação sustentável e harmoniosa com a natureza, frequentemente simbolizada pela ideia da Mãe Terra. O processo organizativo das mulheres do campo e as teorias ecofeministas<sup>2</sup> que discutem a temática estão presentes e demonstram o cuidado com o ambiente e o meio natural. No geral, os movimentos de mulheres no campo e sua relação com a Mãe Terra representam uma abordagem holística para enfrentar desafios sociais, de gênero e ambientais interligados.

#### **3.1 PONDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NO CAMPO**

Ao se falar da organização de mulheres no campo é preciso buscar compreender o processo histórico e a estruturação na perspectiva aqui mencionada. Por se tratar de um movimento social é necessário entender o seu conceito como formas organizadas de ação coletiva que buscam promover mudanças sociais, políticas, econômicas ou culturais em uma sociedade. Os movimentos sociais surgem quando grupos de pessoas compartilham preocupações, interesses ou demandas comuns e se unem para alcançar seus objetivos por meio de protestos, manifestações, mobilizações e outras formas de ativismo, que são uma expressão vital da democracia e da participação cívica, desempenhando um papel fundamental na construção de sociedades mais justas, equitativas e democráticas (Batista, 2013).

Nessa perspectiva, o movimento de mulheres no campo é essencial para promover igualdade de gênero, direitos para as mulheres rurais e uma relação sustentável com a natureza. Ele representa uma forma de luta e resistência que aborda não apenas questões de gênero, mas também questões ambientais e sociais.

---

<sup>2</sup> O ecofeminismo está ligado à busca por um novo modelo civilizatório, exigindo que se reaprenda o significado do cuidado com a vida.

A ideia da Mãe Terra simboliza essa conexão especial das mulheres com o meio ambiente e a busca por uma convivência harmoniosa (Silva, 2014).

A organização desses movimentos, juntamente com as teorias ecofeministas e a dimensão mística<sup>3</sup>, reflete o cuidado e a preocupação das mulheres com o ambiente natural. Essa abordagem holística visa enfrentar de maneira integrada os desafios sociais, de gênero e ambientais, demonstrando a importância da interligação entre esses aspectos para promover mudanças significativas na sociedade e no meio ambiente (Silva, 2014).

É fundamental compreender a forma como ocorreu o movimento organizado pelas mulheres camponesas para ter claro que se trata de um movimento recente, sendo que, até então, essas mulheres estavam totalmente invisibilizadas no campo, sofrendo violências e preconceitos em que eram estigmatizadas pela sociedade patriarcal (Paula, 2022).

Sem dúvida, entender as ponderações históricas sobre a organização das mulheres no campo é essencial para reconhecer a evolução desse movimento e suas lutas. Até recentemente, as mulheres camponesas enfrentavam uma série de desafios em razão da invisibilidade e da opressão presentes em sociedades patriarcais<sup>4</sup>. Algumas etapas históricas desse processo são necessárias para compreender a evolução e a sua importância para as mulheres do campo (Piovesan, 2021).

Ao longo do tempo, as mulheres têm buscado se organizar para enfrentar os desafios e lutar por seus direitos no meio rural. É preciso ressaltar que essa organização historicamente foi marcada por intensas lutas e enfrentamentos impulsionados pela necessidade de superar as barreiras impostas pela sociedade patriarcal que serviu de parâmetro para direcionar o papel da mulher na sociedade (Saffioti, 2004, p. 8).

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída a través da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade determina com bastante precisão, os campos e que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.

---

<sup>3</sup> “A mística envolve as mulheres de uma maneira profunda, já que propicia uma reflexão pessoal, intrínseca, ao mesmo tempo que traz à memória as vivências e os trabalhos árduos vividos na agricultura pelas gerações que as antecederam” (Andrioli, 2022, p. 127).

<sup>4</sup> Saffioti (2004) aponta para a defesa do uso do conceito de patriarcado, representando uma ordem hierárquica de relações presente em todos os espaços sociais e que é uma relação civil e não privada que se estabelece.

A afirmação de Safiotti (2004) destaca como a sociedade estabelece expectativas e limites para os papéis e espaços que homens e mulheres devem ocupar. Essas normas sociais moldam a identidade de cada gênero, influenciando a maneira como as pessoas se veem e são vistas pela sociedade. A divisão de tarefas e espaços com base no gênero pode reforçar estereótipos e desigualdades, impactando a forma como os indivíduos se relacionam consigo mesmos e com os outros. Portanto, a construção da identidade social de homens e mulheres é fortemente influenciada pelas normas e expectativas sociais em relação aos papéis de gênero e aos espaços de atuação atribuídos a cada um (Caldart, 2008).

Essa ideologia patriarcal e sua relação com a estrutura de poder coloca as mulheres em uma posição de desvantagem em várias áreas da convivência humana e perpetua a dominação masculina em muitas esferas da sociedade. Legitima-se, assim, a discriminação e a subordinação das mulheres e de grupos que compartilham características ou identidades semelhantes, levando a enfrentar desvantagens significativas em áreas como política, economia, educação e cultura (Silva, 2014).

Retomando os primórdios da civilização, Eisler (2007) faz uma análise importante e comenta que, antes mesmo da existência de uma sociedade de dominação, existia a de parceria em que achados da arqueologia e da antropologia dos períodos paleolítico e neolítico evidenciam para relações sociais, culturais e sexuais sem o predomínio da exploração e dominação.

De fato, a visão prevalente ainda é a que a dominância masculina, a propriedade privada e a escravidão são subprodutos da revolução agrícola. Esta visão se mantém apesar das evidências de que pelo contrário a igualdade entre os sexos — e entre todas as pessoas — era a regra geral no período neolítico (Eisler, 2007, p. 52).

A autora destaca que a forma como homens e mulheres constroem suas identidades sociais é influenciada não apenas pelas normas e expectativas sociais em relação aos papéis de gênero e aos espaços designados, mas também pela maneira como interagem com outras pessoas (Eisler, 2007).

As interações sociais desempenham um papel crucial na definição e na consolidação da identidade de gênero de cada indivíduo, pois as percepções e expectativas dos outros podem moldar a autopercepção e a forma como cada pessoa se posiciona na sociedade. Assim, a construção da identidade social de homens e

mulheres é um processo complexo que envolve não apenas fatores sociais e culturais, mas também as interações e relações (Batista, 2013).

Antes da ascensão das sociedades de dominação e da ideologia patriarcal, existiam sociedades baseadas em parceria, nas quais as relações sociais, culturais e sexuais eram caracterizadas por uma maior igualdade e cooperação (Atáides, 2018). Eisler (2007) baseia sua análise em evidências da arqueologia e da antropologia que sugerem a existência de sociedades mais igualitárias em períodos anteriores da história humana, antes da adoção de sistemas de dominação patriarcal. Essa perspectiva destaca a complexidade da evolução das sociedades humanas e a importância de questionar a ideologia patriarcal como um sistema de poder que pode ser superado em busca de sociedades mais igualitárias e justas, evidenciando a importância da mulher nesse contexto.

Eisler (2007) explora em seus escritos as conexões e a maneira como as sociedades antigas interpretavam a relação entre mulheres, seus corpos, a natureza e o divino. Essas interpretações culturais e simbolismos oferecem *insights* valiosos sobre como as sociedades antigas compreendiam o papel das mulheres na ordem cósmica e como viam a interconexão entre seres humanos e o mundo natural ao seu redor.

Explorar as interpretações culturais e os simbolismos relacionados às mulheres, seus corpos e seu papel na ordem cósmica nas sociedades antigas permite compreender melhor como essas culturas percebiam a interconexão entre os seres humanos, a natureza e o divino. Essas crenças e práticas moldaram não só as identidades de gênero, mas as estruturas sociais e religiosas dessas sociedades antigas (Silva, 2014).

De acordo com King (1997, p. 137):

A conexão entre mulheres e natureza levou a uma romantização em que elas são vistas só como virtuosas e separadas de todas as vis realidades dos homens e da cultura. O problema é que a história, o poder, as mulheres e a natureza são todos bem mais complicados do que isso.

A citação de King (1997) destaca que a conexão entre mulheres e natureza, muitas vezes, é romantizada, o que significa que é vista de uma maneira idealizada e simplificada. As mulheres são retratadas como virtuosas e separadas das realidades complexas vividas pelos homens e pela cultura em geral. Isso pode ser problemático,

pois diminui a compreensão da história, do poder, das mulheres e da natureza a uma representação superficial e irreal. Sendo que esses elementos são muito mais complexos do que essa visão simplista sugere, destacando a importância de uma análise mais aprofundada e crítica das interações entre mulheres, natureza, poder e cultura, levando em consideração a diversidade de experiências e realidades envolvidas nessas relações.

As mulheres constituem uma ponte entre a natureza e a cultura, sendo os sujeitos potenciais para promover a superação dessa dicotomia. Tradicionalmente, elas exerceram atividades naturais e sociais, como cuidar e criar os filhos, cozinhar, curar, cultivar, procurar comida. Ressalta-se que a idealização das mulheres como seres virtuosos e separados das complexas realidades dos homens e da cultura não reflete a realidade completa (King, 1997).

Essa simplificação excessiva da realidade aponta para o fato de que as mulheres não se limitam a ser virtuosas e conectadas à natureza, mas também possuem histórias, poderes e experiências complexas que não podem ser reduzidas a estereótipos simplistas (Cinelli, 2014).

A conexão entre mulheres, natureza, história e poder é muito mais complexa do que a romantização sugere. As mulheres têm desempenhado diversos papéis ao longo da história, incluindo comportamentos de liderança, resistência, criatividade e participação ativa na cultura e na sociedade. Há necessidade de enfatizar e reconhecer a diversidade de experiências e identidades femininas e de considerar as complexidades do poder e da história (Cruz, 2013).

Explorar essas questões permite uma compreensão mais ampla da relação entre mulheres, natureza e cultura. A proximidade da mulher com a natureza possibilita compreender a ligação com a terra, sua forma de participação e envolvimento vital no processo de desenvolvimento da sociedade (Cinelli, 2014).

Nas sociedades agrárias antigas e medievais, as mulheres, muitas vezes, tinham papéis ligados às atividades agrícolas, mas sua contribuição raramente era valorizada ou reconhecida. Elas enfrentavam normas sociais rígidas que as relegavam a posições subalternas que vão além de relações de dominação. Uma complexidade em suas relações, que envolvem desigualdades estruturais e resistência e lutas das mulheres (Saffioti, 2004).

Com isso, apesar de dominadas e submissas, as mulheres encontram maneiras de resistir a essa dominação e, mesmo sendo dominadas, constroem

estratégias que lhes permitem anular a relação de dominação. Resistir às diferentes formas de opressão e garantir sua efetiva participação (Betto; Piccin, 2017).

Pode-se observar, de acordo com Shiva (1991), que a diversidade da vida, por meio da produtividade e conexão entre todos os seres, faz com que a compreensão da mulher como um sujeito político se torne uma relação de transformação e promoção da vida.

A recuperação do princípio feminino se baseia na amplitude. Consiste em recuperar na natureza a mulher, o homem e as formas criativas de perceber. No que se refere à natureza, supõe-se vê-la como organismo ao vivo. Com relação à mulher supõe-se considerá-la produtiva e ativa. E no que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio implica em situar de novo a ação e atividade, em função de criar sociedades que promovam a vida e que não a reduzam ou ameçam (Shiva, 1991, p. 77).

A compreensão da mulher como sujeito político tem papel fundamental nessa transformação. Com isso, a recuperação do princípio feminino, conforme descrito na citação, envolve uma abordagem mais ampla que busca reconhecer a natureza como um organismo vivo, considerar as mulheres como produtivas e ativas, e redefinir a ação e atividade dos homens para criar sociedades que promovam a vida em vez de reduzi-la ou ameçá-la (Batista, 2013).

Shiva (1991) aponta para uma reflexão sobre a importância da equidade de gênero, da conexão com a natureza e da promoção da vida em uma perspectiva política e social. Isso evidencia que as mulheres são essenciais para o desenvolvimento de todo o processo cultural, social, político e a importância de abordar essas questões de maneira holística para criar sociedades mais justas e sustentáveis.

Angelin e Schorrenberger (2020) reforçam que, ao situar as mulheres nas relações de gênero, desde os primórdios da história, a cultura exerce um papel fundamental na construção de identidades humanas, transformando as relações culturais por meio de linguagens que respeitam cada um, sendo essa proximidade das mulheres com a natureza vista como um espaço de vivência e manutenção da vida.

Isso significa que as normas, valores, práticas e linguagens culturais influenciam a forma como as pessoas percebem a si mesmas e aos outros com base em seu gênero, reconhecendo a importância das mulheres na relação com a natureza e na manutenção da vida, destacando sua contribuição tanto nas esferas culturais quanto na preservação do meio ambiente (Angelin; Schnorrenberger, 2020).

Nesse viés, pode-se entender que “a cultura estabelece, assim, uma relação com significado que damos às coisas que movem o nosso mundo, a nossa existência, e que nos tornam sujeitos de transformação social” (Andrioli, 2022, p. 30).

Essa transformação cultural foi sendo processada e gerando certas rupturas na sociedade, colocando a mulher em um papel estruturante e destaque nas sociedades remotas. A trajetória das mulheres na sociedade passou por mudanças históricas e as normas culturais moldaram as percepções e os seus papéis na sociedade, tornando as condições de trabalho e as lutas por direitos inevitáveis (Angelin, 2022).

Ao longo da história, a Revolução Industrial traz implicações às mulheres camponesas. Na migração das populações rurais para as cidades, abriu-se novas oportunidades a elas, mas também a exploração e as condições precárias de trabalho ganharam notoriedade nas fábricas. Isso eventualmente levou a movimentos em prol dos direitos das mulheres, mas o foco estava mais nas questões urbanas (Gadelha, 2020).

A introdução massiva de mulheres no mercado de trabalho assalariado em alguns períodos do capitalismo, como o início da Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial, gerou uma mudança de consciência e de atitude nessa população (Barbosa; Lerrer, 2018). Segundo Perrot (2005), elas ocuparam massivamente as fábricas têxteis na primeira Revolução Industrial, que resultou em um profundo impacto na consciência e atitude desse grupo, provocando transformações históricas que teve implicações importantes.

O trabalho assalariado permitiu que as mulheres ganhassem seu próprio dinheiro e, assim, conquistassem uma maior independência econômica. Isso lhes deu a capacidade de tomar decisões financeiras por conta própria, em vez de dependerem inteiramente dos homens da família. Ao trabalhar lado a lado com outras mulheres e homens nas fábricas, elas desenvolveram uma crescente<sup>5</sup> consciência de classe. Começaram a perceber suas condições de trabalho, frequentemente difíceis e mal remuneradas, e se uniram em movimentos de trabalhadores para reivindicar melhores condições de trabalho, salários mais justos e direitos trabalhistas (Batista, 2013).

---

<sup>5</sup> “O que antes existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas e, às vezes, nem sequer era percebido, se “destaca” e assume o caráter de problemas, portanto, de desafio. A partir deste momento, o “percebido destacado” já é objeto da “admiração” dos homens, e, como tal, de sua ação e de seu conhecimento” (Freire, 1987, p. 41).

De acordo com Iasi (2011), o processo de conscientização é o meio pelo qual os seres humanos avançam na busca de sua libertação, colocando fim à sociedade opressora, e enfatizam a importância do processo de conscientização como uma ferramenta fundamental na luta contra a opressão e na busca por uma sociedade mais igualitária e libertadora.

A participação das mulheres no mercado de trabalho também contribuiu para o surgimento do movimento feminista. Elas viram a necessidade de lutar não apenas por melhorias nas condições de trabalho, mas também pelos direitos das mulheres em geral, incluindo o direito ao voto, igualdade salarial e igualdade de oportunidades (Caldart, 2008). Essa participação desafiou as normas tradicionais de gênero, que as viam principalmente como donas de casa e cuidadoras. À medida que mais mulheres trabalhavam fora de casa, a ideia de que elas eram capazes de desempenhar papéis importantes em todos os setores da sociedade começou a ganhar aceitação (Nogueira, 2011).

Esse movimento também influenciou a cultura e a literatura da época. Obras literárias e artísticas refletiram as mudanças sociais em andamento e exploraram questões de gênero e de classe. Essas mudanças históricas tiveram um impacto duradouro na sociedade e contribuíram para a evolução das lutas feministas e dos movimentos trabalhistas, que continuam a moldar as políticas e a cultura contemporâneas (Nogueira, 2011).

Com isso, há um o esforço contínuo para que as mulheres compreendam a existência de uma ideologia que legitima a dominação masculina e passem a criar uma nova imagem de si, com novas crenças de suas potencialidades e direitos, superando qualquer sentimento de inferioridade. Caminha-se, assim, aos poucos, na busca pelo fim da ideologia patriarcal, da transformação das estruturas que reforçam a discriminação de gênero e da desigualdade social, desencadeando no processo de empoderamento multifacetado e que envolve a tomada de consciência e a ação para desafiar e transformar as estruturas e ideologias que perpetuam a opressão de gênero (Iasi, 2011).

Com o empoderamento, as mulheres passam pela transformação de condição de objeto para sujeito da sua história, um processo que ocorre por meio do coletivo, da sua organização enquanto movimento social.

Lagarde (2012) aponta que o ponto principal do empoderamento é a concretização das condições, recursos e bens para o desenvolvimento das mulheres e seu sustento por parte da sociedade, o Estado e a cultura.

A dimensão prática do empoderamento é lograr que as mulheres não fraquejem, não sejam vítimas de chantagem e de hostilidade emocional e ideológica, não se exponham à violência, aprendam a proteger-se e a evitá-la, e que ao enfrentar os desafios não só se mantenham, senão que se aprofundem e avancem em suas convicções e seus novos objetivos (Lagarde, 2012, p. 137).

Pode-se compreender, por meio dessa abordagem, a dimensão do empoderamento das mulheres, destacando a importância de fortalecê-las para que não se tornem vulneráveis às situações de fraqueza, chantagem, hostilidade emocional e ideológica, bem como de violência. Promove-se a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, permitindo que elas se tornem agentes de mudança em suas comunidades (Angelin; Schnorrenberger, 2020).

Nessa perspectiva, as mulheres ganham visibilidade e preservam o conhecimento específico que está enraizado em suas responsabilidades tradicionais, no cultivo de alimentos e nos aspectos do cuidado, adaptando-se às mudanças na sociedade ao longo do tempo, mantendo, ao mesmo tempo, a continuidade cultural e a preservação do conhecimento relacionado a essas atividades (Lagarde, 2012).

Com essa proximidade direta das mulheres do campo com a natureza enraizada em suas atividades intrinsecamente ligadas à vida cotidiana e à sustentabilidade fortalecida, proporciona-se a garantia da sobrevivência das gerações futuras (Barbosa, 2010).

O movimento de mulheres no campo no Brasil tem uma história rica e diversificada, marcada pela luta por direitos, igualdade e reconhecimento das mulheres que vivem e trabalham nas áreas rurais. É possível aqui referenciar vários movimentos sociais do campo, contudo, o foco é o MMC. Cabe mencionar, no entanto, as ações desencadeadas pela Marcha das Margaridas, uma grande mobilização nacional que ocorre a cada 4 anos desde o ano 2000 e reúne mulheres do campo, da floresta e das águas para reivindicar direitos, políticas públicas e igualdade de gênero e da qual o MMC é participante. O evento homenageia Margarida Maria Alves, líder sindical assassinada em 1983 por sua luta pelos direitos trabalhistas no campo. A Marcha é um espaço importante de articulação e visibilidade para as mulheres rurais,

unindo diferentes organizações e movimentos em torno de demandas comuns (Silva, 2014).

### 3.1.1 MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

O MMC é uma organização que surgiu em 1983 buscando articular as lutas das mulheres camponesas por terra, trabalho, justiça social e igualdade de gênero. Desenvolve ações de formação, organização e mobilização das mulheres rurais, enfatizando a importância da Agroecologia, da autonomia econômica e do fortalecimento das mulheres no campo (Tabolkja, 2021).

Embora os movimentos sociais tenham diferentes histórias, estruturas e focos de atuação, eles compartilham algumas semelhanças importantes. Todos buscam promover os direitos das mulheres no campo, incluindo o acesso à terra, trabalho digno, saúde, educação e participação política. Eles enfatizam a importância da organização coletiva e da solidariedade entre as mulheres rurais para enfrentar desafios comuns (Cinelli, 2014).

Os movimentos sociais reconhecem as interseções entre questões de gênero, raça, classe social e meio ambiente, buscando abordagens integradas para a transformação social; no entanto, suas abordagens específicas e estratégias podem variar de acordo com as necessidades e contextos locais das comunidades rurais que representam (Cruz, 2013).

Ao longo da história, os movimentos de mulheres no campo no Brasil têm lutado incansavelmente por diversas demandas, incluindo o acesso à terra, reconhecimento do trabalho rural como trabalho formal, igualdade de gênero, melhores condições de vida e trabalho, entre outros. Sua luta culminou em importantes conquistas, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu os direitos das trabalhadoras rurais e teve um impacto significativo na vida de todas as mulheres brasileiras que vivem no campo (Tabolka, 2021).

Durante décadas, as mulheres rurais enfrentaram discriminação, exploração e marginalização devido às desigualdades de gênero arraigadas na sociedade e nas estruturas econômicas e políticas. No entanto, elas se organizaram em diversos movimentos para reivindicar seus direitos e melhorar suas condições de vida. Esses movimentos pressionaram por mudanças políticas, sociais e econômicas,

promovendo a conscientização sobre as questões enfrentadas pelas mulheres rurais e mobilizando-as para a ação coletiva (Boni, 2017).

Uma das principais demandas desses movimentos foi o reconhecimento do trabalho rural como trabalho formal, garantindo às trabalhadoras rurais acesso aos mesmos direitos trabalhistas e previdenciários que os trabalhadores urbanos. Antes da Constituição de 1988, as mulheres que trabalhavam no campo não tinham proteção social adequada, estando sujeitas a condições precárias de trabalho, baixos salários e falta de benefícios (Barbosa, 2010).

Por meio de sua mobilização, os movimentos de mulheres no campo conseguiram influenciar o processo de redemocratização do Brasil e participaram ativamente da elaboração da Constituição de 1988. Eles pressionaram por disposições específicas que reconhecessem os direitos das trabalhadoras rurais, incluindo a equiparação de seus direitos aos dos trabalhadores urbanos e a garantia de acesso à terra e recursos naturais (Tabolka, 2021).

A Constituição de 1988 representou uma vitória significativa para os movimentos de mulheres no campo, pois reconheceu formalmente seus direitos e contribuições para a sociedade brasileira. Ela estabeleceu bases legais sólidas para a proteção dos direitos das trabalhadoras rurais, incluindo a proteção contra discriminação de gênero, o direito à igualdade de oportunidades e o acesso à educação, saúde e previdência social (Tabolka, 2021).

Assim, os movimentos de mulheres no campo demonstraram sua força, determinação e influência para a mudança histórica, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as mulheres brasileiras que vivem e trabalham no campo. Suas conquistas não apenas beneficiaram diretamente as trabalhadoras rurais, mas também tiveram um impacto positivo na luta geral pela igualdade de gênero e justiça (Cinelli, 2014).

De acordo com Cinelli (2014), os movimentos de mulheres no campo continuam ativos na busca por direitos e justiça social, enfrentando desafios contemporâneos que refletem as mudanças na sociedade e no ambiente. Algumas das demandas atuais desses movimentos são Reforma Agrária e acesso à terra. Muitas mulheres rurais ainda enfrentam dificuldades para acessar a terra e garantir sua segurança alimentar e econômica.

Ao abordar essas demandas, os movimentos de mulheres no campo não apenas buscam melhorar as condições de vida das trabalhadoras rurais, mas também

contribuem para a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e equitativas para todos. Suas lutas refletem a necessidade de uma abordagem integrada que leve em consideração as interconexões entre questões de gênero, raça, classe social e meio ambiente na busca por justiça social e ambiental (Betto; Piccin, 2017).

Os movimentos de mulheres no campo desempenham um papel crucial na luta por reconhecimento, igualdade e justiça para as mulheres que vivem e trabalham nas áreas rurais. Ao longo da história, esses movimentos têm sido agentes de mudança significativos, pressionando por direitos, políticas públicas e transformações sociais que beneficiem as mulheres rurais e suas comunidades (Cinelli, 2014).

Sua importância reside na amplificação das vozes das mulheres rurais, muitas vezes marginalizadas e invisibilizadas, e na defesa de suas demandas por acesso à terra, trabalho digno, igualdade de gênero, segurança alimentar, proteção ambiental e outros direitos fundamentais. Além disso, esses movimentos promovem a conscientização sobre as questões enfrentadas pelas mulheres no campo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Angelin, 2022).

Ao longo dos anos, os movimentos de mulheres no campo conquistaram avanços significativos, como o reconhecimento do trabalho rural como trabalho formal na Constituição de 1988, e continuam a ser uma força motriz na busca por mudanças sociais, econômicas e políticas que melhorem as condições de vida das mulheres rurais e de suas famílias (Tabolka, 2021).

Em suma, os movimentos de mulheres no campo desempenham um papel vital na promoção da igualdade de gênero, na defesa dos direitos das mulheres rurais e na construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis para todos. Eles são agentes de transformação que inspiram ação coletiva e promovem o empoderamento das mulheres rurais em todo o mundo.

### 3.2 RELAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS COM A MÃE TERRA

Este subitem refletirá como o MMC não apenas sobrevive, mas prospera, ao integrar práticas tradicionais com um olhar contemporâneo para a sustentabilidade, honrando, assim, a Mãe Terra como a provedora de vida e sustento para as gerações presentes e futuras.

### 3.2.1 CONCEITO DE ECOFEMINISMO

Nos anos 1960, os movimentos sociais emergiram como resposta à crescente desigualdade e opressão. Pessoas se uniram para reivindicar direitos, impulsionadas pelo idealismo utópico que permitiu a indivíduos e movimentos transcenderem as limitações da realidade atual, lutando por uma vida social melhor (Angelin, 2014).

Nesse contexto, surgiram alguns dos movimentos sociais mais significativos das últimas décadas, entre eles o Movimento Feminista, o Movimento Ecofeminista e a Teologia da Libertação. O Movimento Feminista, por exemplo, busca redefinir a identidade de gênero, promovendo uma perspectiva em que homens e mulheres não precisam se conformar a modelos hierárquicos. Isso implica em reconhecer que qualidades atribuídas como "femininas" ou "masculinas" são parte integrante da humanidade como um todo (Puelo, 2013).

Esses movimentos não apenas reivindicam direitos específicos, mas também desafiam as estruturas de poder e promovem uma visão mais inclusiva e igualitária da sociedade (Scherer-Warren, 2014, p. 29).

[...] o pensamento feminista faz uso de conceitos de utopias libertárias tradicionais, tais como: opressão, liberdade, igualdade, justiça, emancipação, solidariedade, poder e dominação. Mas as feministas inovaram através de uma visão mais radical, ao considerar que a transformação social, (a qual como parte da libertação final da mulher, mudará todas as relações humanas para melhor.

Embora a história do feminismo remonte a períodos muito anteriores, sua proximidade com a ecologia é de extrema importância, especialmente no contexto do Movimento Ecofeminista. Esse movimento exige um reparo justo dos recursos e propõe uma nova métrica para determinar a qualidade de vida, buscando formas alternativas de desenvolvimento que desafiem os padrões controversos do capital patriarcal (Scherer-Warren, 2014, p. 29).

Puelo (2013), ao discutir os estudos de Andrew Dobson, argumenta que é essencial remodelar a concepção de cidadania, passando de uma cidadania ambiental que se concentra apenas no domínio público e reflete perspectivas liberais, para uma cidadania ecológica que reconheça a interseção entre o mundo público e o

privado, promovendo a ideia de uma ecologia sem fronteiras e um compromisso coletivo (Puelo, 2013).

O ecofeminismo teve sua origem no final da década de 1970 a partir da interseção de vários movimentos sociais, incluindo os movimentos de mulheres, pacifistas e ambientalistas. Inicialmente, esses movimentos se uniram na oposição à construção de usinas nucleares. O ecofeminismo destaca a íntima ligação entre a exploração e a submissão da natureza, das mulheres e de povos marginalizados pelo poder patriarcal (Mies; Shiva, 1993, p. 23).

O Movimento da Teologia da Libertação, impulsionado pela Igreja como uma nova expressão de espiritualidade, desempenha um papel significativo nesse contexto. Sua utopia é centrada na opção preferencial pelos pobres e no engajamento nas lutas contra diversas formas de opressão, visando desencadear um processo histórico de libertação dos povos latino-americanos (Gohn, 2010).

Portanto, movimentos sociais são definidos como ações coletivas de natureza sociopolítica e cultural que permitem que diferentes segmentos da população se organizem e expressem suas demandas (Ferreira *et al.*, 2021).

Na prática, esses movimentos adotam uma variedade de estratégias que vão desde denúncias simples até formas mais diretas de pressão, como mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, protestos contra a ordem estabelecida, atos de desobediência civil, negociações, entre outras formas de pressão indireta.

### 3.2.2 MÍSTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E QUESTÕES AMBIENTAIS

A relação da mística com movimentos sociais e questões ambientais representa um campo de estudo e prática que une espiritualidade e engajamento social de maneira profunda e significativa. A mística ecofeminista, em particular, emerge como uma abordagem que transcende as fronteiras tradicionais entre o humano e o natural, buscando reconectar indivíduos e comunidades com a Terra de maneira holística (Andrioli, 2022).

No contexto do ecofeminismo, a mística é vista como uma expressão espiritual que celebra a interconexão entre todos os seres vivos e o meio ambiente. Segundo Ynestra King, ecofeminista renomada, "a mística ecofeminista propõe uma integração

da espiritualidade com a ação política, reconhecendo que nossas práticas espirituais podem fortalecer nossa conexão com a natureza e nossa capacidade de transformar a sociedade" (King, 1997, não paginado).

Essas práticas místicas, com frequência, envolvem rituais, cerimônias e celebrações que honram a terra e seus ciclos e promovem uma ética de cuidado e respeito. Mulheres ecofeministas encontram na mística um espaço para expressar sua espiritualidade de maneira inclusiva, desafiando a visão dualista que separa a humanidade da natureza.

Ao examinar a forma como as identidades femininas foram moldadas ao longo da história, fica evidente que a sociedade patriarcal impôs uma identidade às mulheres marcada pela opressão, submissão e inferioridade em relação aos homens. Esses papéis atribuídos ao sexo feminino foram naturalizados ao longo do tempo, influenciando profundamente suas condutas e ações (Andrioli, 2022). Segundo Lagarde (2012), essa condição de inferioridade teve impactos significativos nas relações de produção e reprodução, moldando as interações sociais e afetando a concepção de mundo e a vida das mulheres.

Gebara (2010) salienta que as maneiras de as mulheres agirem, serem e se comportarem são reflexos dos condicionamentos impostos a elas devido à sua condição de gênero. Historicamente, essa condição esteve associada à assimilação das mulheres ao corpo, enquanto os homens eram valorizados pela razão. Isso estabeleceu uma dicotomia entre corpo e alma que contribuiu significativamente para a construção de identidades femininas inferiorizadas.

Ao longo da história, essa inferiorização foi legitimada, criando uma visão de dominação que Lagarde (2012) alerta como resultado da legitimação das diferenças culturais. Essa concepção, muitas vezes, leva a crer que o mundo social é caracterizado por relações de dominação, perpetuando, assim, estruturas desiguais. Nesse contexto, é claro que as identidades femininas foram construídas a partir dessa lente de inferioridade. O desafio atual reside em desconstruir essas concepções e buscar formas mais igualitárias e justas de entender e valorizar as experiências e contribuições das mulheres na sociedade.

Além de fortalecer a conexão espiritual, a mística ecofeminista serve como uma forma de empoderamento para as mulheres dentro dos movimentos sociais e ambientais. Ela proporciona um espaço para que as mulheres expressem suas visões e valores, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e

sustentável. Como destaca Puleo, "a espiritualidade ecofeminista não é apenas uma questão de crenças individuais, mas uma ferramenta poderosa para a transformação social e ambiental" (Puleo, 2013).

Portanto, a relação da mística com movimentos sociais e questões ambientais enriquece a compreensão espiritual do meio ambiente e inspira ações concretas em prol da justiça ecológica. Ao integrar a espiritualidade com a prática política, a mística ecofeminista oferece uma perspectiva única e vital para enfrentar os desafios contemporâneos relacionados à sustentabilidade e à equidade de gênero (Andrioli, 2022).

A perspectiva de mulher-sujeito abre caminho para a reconstrução de identidades e o fortalecimento do empoderamento feminino, conforme destacado por Lagarde (2012). Esse processo envolve o desenvolvimento da capacidade política das mulheres, permitindo-lhes enfrentar os mecanismos de opressão e dominação e viver em condições de igualdade. Lagarde (2012) também salienta as possibilidades coletivas de empoderamento de gênero, essenciais para desafiar a ordem social estabelecida e influenciar diretamente o reconhecimento das identidades femininas.

Nesse sentido, os movimentos sociais desempenham um papel fundamental ao descentralizar o poder de maneira democrática. É primordial que as mulheres vivenciem a experiência de se assumirem como agentes atuantes e sujeitos da sociedade. Como Paulo Freire (1987) enfatiza, assumir-se como um ser social e histórico implica ser capaz de pensar, comunicar, transformar, criar e realizar sonhos.

A perspectiva de mulher-sujeito também ecoa a afirmação de Gebara (2010) sobre o gênero feminino: "Nosso gênero representa nossa possibilidade social, nossa história, nossa cultura e nossa esperança" (Gebara, 2010, p, 29). Essa esperança se traduz em uma utopia que guia as mulheres na luta contra as situações historicamente impostas a elas, buscando construir novos espaços de identidades sociais e culturais.

Ao aprofundar as simbologias que representam a igualdade de gênero, emergem exemplos que desafiam a narrativa histórica de dominação masculina. Um desses símbolos é o sinal do infinito ( $\infty$ ), originalmente utilizado na iconografia indiana, que, como observado por Eisler (1996), simbolizava a união sexual como dois tornando-se um. Composto por dois círculos próximos, girando em direções opostas, o símbolo refletia a igualdade entre homens e mulheres em direção à totalidade ou ao infinito, sugerindo uma harmonia de dualidades complementares.

Eisler (2007) destaca que, ao longo dos milênios, a sociedade atribuiu aos homens símbolos de guerra, como a espada, enquanto relegava às mulheres a simbologia do cálice, representando a fonte de vida e nutrição. No entanto, ela ressalta que essa atribuição cultural não implica que os homens sejam inerentemente guerreiros nem que as mulheres sejam exclusivamente nutridoras. A associação da masculinidade com a dominação por meio da espada perpetua uma concepção de poder que subordina aqueles que não se conformam com esse ideal, como observado por Eisler (2007).

Ao discutir a relação das mulheres com a terra e o cuidado com a vida, se adentra em um terreno ético. Historicamente, as mulheres foram associadas ao cuidado privado, enquanto o mundo público, ligado ao trabalho e aos negócios, foi dominado pelo masculino. Essa dicotomia foi e ainda é uma fonte de conflito e discussão sobre a ética do cuidado, que envolve atitudes e ações que afirmam a vida em sua totalidade (Ulrich, 2004).

A vinculação das mulheres com a terra é especialmente evidente entre as mulheres camponesas, que não apenas demonstram preocupação com práticas agroecológicas, mas também desempenham um papel fundamental na luta pela soberania alimentar. Puleo (2013) destaca que, historicamente, as mulheres camponesas têm sido capazes de previsões meteorológicas precisas e têm conhecimento profundo sobre medicina alternativa, frequentemente considerada mais eficaz do que a medicina tradicional.

Gebara (2010) argumenta que a terra, representada em forma feminina, é vista como fonte de alimento, proteção, poder e resistência. Essa conexão do feminino com a terra e sua fertilidade remonta às civilizações antigas, como evidenciado por estatuetas arqueológicas de mulheres grávidas que simbolizam a fecundidade e os mistérios da vida (Gebara, 2010; Ruether, 1993).

As simbologias que desafiam a dominação masculina e celebram a igualdade de gênero convidam a repensar as narrativas culturais dominantes e a reconhecer a rica interconexão entre feminino, terra e vida. Essas reflexões não apenas reinterpretam o passado, mas também inspiram uma práxis ética de cuidado e respeito mútuo na construção de um futuro mais inclusivo e equitativo.

### 3.2.3 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS E FEMINISMO POPULAR: O IMPACTO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL

Historicamente, a divisão sexual do trabalho influenciou as diferentes perspectivas sobre o ambiente, condicionando formas de ver o mundo. É necessário compreender tudo isso sendo parte integrante das estruturas sociais e culturais que moldaram a sociedade ao longo da história.

King (1997) destaca o papel fundamental das mulheres como uma ligação entre a natureza e a cultura e aponta que as mulheres, de forma histórica, desempenharam papéis que envolvem tanto atividades naturais quanto sociais, e essa dualidade as coloca em uma posição única para promover a superação da dicotomia entre natureza e cultura.

As mulheres são retratadas como agentes de ligação entre a natureza e a cultura. Isso significa que elas, ao longo do tempo, desempenharam funções que abarcam tanto as atividades relacionadas à natureza, à produção de alimentos, quanto as atividades sociais e culturais, como cuidar das crianças e tratar doenças (Santos, 2018).

Essa dicotomia entre natureza e cultura, muitas vezes, separa o mundo natural do mundo humano, criando divisões artificiais entre essas esferas. As mulheres, por meio de suas atividades que envolvem a natureza e a cultura, têm o potencial de superar essa divisão e promover uma compreensão mais integrada do mundo (Gadelha, 2020).

Nessa perspectiva, se reconhece a importância das contribuições das mulheres para a sociedade, podendo destacar suas atividades cotidianas como fundamentais para a interconexão entre seres humanos, comunidades e o ambiente natural. Além disso, questiona-se a separação tradicional entre natureza e cultura, sugerindo que as mulheres têm uma visão mais holística e integrada das interações humanas com o ambiente (Muraca, 2015).

Como Gadelha (2020, p. 38) aponta:

as mulheres devem participar dos processos e decisões não por conservarem esses conhecimentos, mas por serem sujeitos, assim como os homens. Enquanto essa condição histórica de diferenças de gênero persistir, é possível que as mulheres mantenham essas características peculiares.

A importância das mulheres como sujeitos com autonomia, assim como os homens, que participam dos processos e decisões não apenas por causa de seu conhecimento tradicional, reflete a busca por igualdade de gênero nas esferas econômica, política e social (Santos, 2018).

Com isso, apresenta-se para discussão o ecofeminismo<sup>6</sup>, que busca recuperar e valorizar os ecossistemas naturais e as mulheres na conjuntura social em que “Estas foram relegadas pelo sistema patriarcal e particularmente pela modernidade a serem força de reprodução de mão de obra, ‘ventres benditos’, enquanto a natureza tornou-se objeto de dominação em vista do crescimento do capital” (Gebara, 1997, p. 10).

Sendo assim, as teorias ecofeministas representam uma abordagem interdisciplinar que conecta as questões de gênero e o meio ambiente. Elas argumentam que existe uma ligação intrínseca entre a opressão das mulheres e a degradação do meio ambiente e buscam entender e abordar essas questões de forma integrada (Santos, 2018). Para Maroneze (2021, p. 57), esse movimento “[...] sintetiza duas preocupações: a ecológica e a feminista. Ele pressupõe que existe uma conexão entre a dominação da natureza e a dominação da mulher”.

O patriarcado e o capitalismo estão interligados com a exploração da natureza e das mulheres, o domínio masculino sobre as mulheres e a natureza são sintomas da mesma mentalidade que valoriza o poder, a conquista e a exploração. “Na realidade, as mulheres não são mais natureza não humana tanto quanto os homens, ou, em outras palavras, os homens são outras criaturas tanto quanto as mulheres” (Ruether, 2000, p.13).

A noção de dualidade que, historicamente, colocou as mulheres em uma categoria associada à natureza, enquanto os homens eram associados à cultura ou à humanidade, tem sido usada para justificar a opressão das mulheres e a exploração da natureza. Contudo, ambos os sexos são igualmente parte da humanidade e da natureza e as distinções artificiais que foram criadas para subordinar as mulheres não têm base na realidade (Muraca, 2015). As mulheres, assim como os homens, têm um lugar legítimo na ordem natural e na humanidade e qualquer tentativa de subordiná-las é arbitrária e injusta.

---

<sup>6</sup> “O termo ecofeminismo aparece pela primeira vez na França, nos discursos de Françoise D’Eaubonne, em 1974, surgindo assim os primeiros manifestos do movimento feminista na defesa do meio ecológico e, em 1978, o mesmo fundou o movimento denominado “Ecologia e Feminismo” (Bianchi, 2012, p. 01-26).

Gebara aponta que:

O sujeito é sujeito e objeto não separado, mas interdependente, interconectado com tudo o que se propõe a conhecer. E o conhecimento pessoal é apenas um aspecto dessa relação. Trata-se de articular subjetividade / objetividade, individualidade / coletividade, transcendência / iminência, ternura / compaixão / solidariedade, plantas/ humanidade, animais / humanidade a partir de uma perspectiva englobante (Gebara, 2000, p. 21).

A autora lembra da complexidade e da interconexão inerente ao conhecimento e à relação das mulheres com o mundo. Ela encoraja a adoção de uma perspectiva mais holística e compassiva, reconhecendo a importância de abordar o conhecimento e a vida com sensibilidade, empatia e consciência das interações humanas com o mundo ao redor (Cinelli, 2014).

Portanto, de acordo com essa perspectiva ecofeminista, as mulheres têm o potencial de desempenhar um papel importante na transformação da sociedade em direção a uma compreensão mais profunda e respeitosa da natureza e na promoção de uma cultura de cuidado e sustentabilidade (Gebara, 2000).

A exploração da natureza, como a exploração do corpo feminino, é vista como formas de exploração que estão enraizadas em sistemas patriarcais e capitalistas. São questões complexas interligadas com sistemas de poder, como o patriarcado e o capitalismo. Essas formas de exploração frequentemente perpetuam desigualdades e injustiças, e a busca por soluções requer uma análise crítica desses sistemas e a promoção de mudanças para alcançar uma sociedade mais justa e sustentável (Barbosa, 2010).

As teorias ecofeministas buscam uma abordagem holística que abrace não apenas questões de gênero e meio ambiente, mas também questões de raça, classe e outras formas de desigualdade (Santos, 2018).

Muitas ecofeministas estão envolvidas em ativismo ambiental e feminista, trabalhando para promover a conscientização sobre as conexões entre gênero e meio ambiente e advogando por mudanças políticas e sociais que abordem essas questões. Sendo assim, as teorias ecofeministas oferecem uma perspectiva crítica e interdisciplinar sobre como o patriarcado, o capitalismo e a exploração da natureza estão interligados, e argumentam que a promoção da igualdade de gênero e a proteção do meio ambiente estão intrinsecamente relacionadas. Essas teorias têm contribuído para o debate sobre justiça social e ambiental ao longo do século XX e continuam sendo relevantes no século XXI (Gadelha, 2020).

Com as experiências de vida e a falta de espaço e visibilidade no meio em que as mulheres vivem, surge a necessidade de procurar alternativas que as tornem parte da sociedade, com voz e vez nas decisões e motivadas, se a organizaram em grupos. De acordo com Paulilo (2021, p. 253):

Esse Movimento surgiu em 1983 e, antes de 2004, quando mudou seu nome para o atual, era conhecido, primeiro, por Organização de Mulheres Agricultoras (OMA) e, logo depois, por Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Embora tenha mantido a denominação MMA, estava articulado nacionalmente, desde 1995, com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), presente na grande maioria dos estados brasileiros. Ao longo dos anos, o MMC sempre manteve acesa a luta pelos direitos e bem-estar das mulheres agricultoras, porém suas bandeiras foram se modificando até que o projeto de uma agricultura ecológica tomou vulto.

O final do século XX e o início do século XXI testemunharam a emergência de movimentos específicos de mulheres camponesas como parte do movimento mais amplo pelos direitos das mulheres. Esses movimentos buscavam visibilizar as contribuições dessa população no trabalho agrícola, bem como lutar contra a violência de gênero e as desigualdades rurais (Cinelli, 2014).

Com o MMC, cujo início é considerado recente, as pautas e demandas deixadas para trás por anos começaram a fazer parte do debate. De acordo com Conte (2018, p. 1156),

O Movimento de Mulheres Camponesas surgiu pontuando as questões das mulheres da roça, que não se viam incluídas em setores como sindicatos de trabalhadoras rurais, movimentos populares mistos (com homens e mulheres) e mesmo nas pastorais sociais, das quais elas faziam parte. Por esse motivo, sentiam que havia questões que as atingiam e não eram tratadas com a devida importância nesses coletivos mistos.

Observa-se que as mulheres camponesas não se viam adequadamente incluídas em sindicatos de trabalhadoras rurais, movimentos populares mistos (com homens e mulheres) e até mesmo em pastorais sociais, embora fossem parte desses grupos. Isso levava a uma percepção de que as questões que afetavam diretamente as mulheres do campo não estavam recebendo a devida atenção e importância nesses espaços mistos (Calaça, 2021).

Considera-se primordial a evolução histórica desse Movimento, desde suas origens com foco atual na promoção de uma agricultura ecológica. O envolvimento do MMC com a luta pelos direitos e bem-estar das mulheres camponesas, bem como sua

articulação com outros grupos, demonstram a importância das ações coletivas para alcançar objetivos sociais e políticos (Conte, 2018).

A busca da construção de uma sociedade mais igualitária e justa para as mulheres camponesas ganha força com o MMC. Ele surge com o intuito de que as mulheres camponesas tenham reconhecimento das suas práticas agroecológicas. Muitas mulheres no campo estiveram envolvidas em práticas agroecológicas e de agricultura sustentável por gerações, à medida que a preocupação com a sustentabilidade ambiental aumentou, essas práticas foram reconhecidas como valiosas e, muitas vezes, eram as mulheres líderes nesse campo (Calaça, 2021).

A luta das mulheres camponesas pelo acesso à terra e aos recursos naturais também se intensificou, já que muitas enfrentam barreiras para adquirir terras ou ter igualdade de acesso aos recursos necessários para a produção agrícola. Elas começaram a se organizar em redes, associações e grupos para compartilhar conhecimentos, fortalecer suas vozes e buscar mudanças sociais. Essas organizações, muitas vezes, se concentram na educação, no empoderamento e na defesa dos direitos das mulheres rurais (Cinelli, 2014).

Assim, o MMC surgiu como uma resposta a essa lacuna de representação e como uma maneira de dar voz e visibilidade às preocupações e demandas específicas das mulheres que viviam e trabalhavam no meio rural (Muraca, 2015).

As mulheres camponesas desempenham um papel vital na proteção dos recursos naturais, pois utilizam práticas agrícolas sustentáveis e respeitam os ciclos da natureza. Seu conhecimento tradicional e sua conexão com a terra são fundamentais para o desenvolvimento de sistemas agrícolas que sejam resilientes às mudanças climáticas e que promovam a biodiversidade. Além disso, as práticas da mística das mulheres que, muitas vezes, envolvem rituais e celebrações em harmonia com a natureza, reforçam essa conexão espiritual com o meio ambiente, incentivando a preservação e o respeito pela terra. Esses movimentos e práticas são a base dos processos agroecológicos que as mulheres camponesas desenvolvem, promovendo sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

No próximo capítulo, serão exploradas mais a fundo as atuações agroecológicas do MMC no Brasil sob a ótica do feminismo popular e camponês.

### 3.3 PRINCIPAIS AÇÕES DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

O MMC tem emergido como uma força proeminente na luta pelos direitos das mulheres rurais, demonstrando uma perspectiva abrangente e estratégias inovadoras na promoção da igualdade de gênero e justiça social no contexto rural brasileiro (Cinelli, 2014).

De acordo com estudos, o MMC tem se destacado na organização e mobilização das mulheres camponesas, oferecendo um espaço inclusivo para discussões coletivas e ações efetivas voltadas para questões como a Reforma Agrária, a violência de gênero e a participação política. Santos *et al.*, (2019) destacam a importância desse movimento na conscientização e na mobilização das mulheres camponesas, evidenciando a sua capacidade de articulação e representatividade em diferentes esferas sociais e políticas.

Além disso, a pesquisa conduzida por Silva (2020) ressalta as iniciativas do MMC na promoção da educação e capacitação das mulheres do campo. Essas ações vão desde programas de alfabetização até cursos de formação profissional, visando fortalecer a autonomia e o empoderamento das mulheres camponesas. Esses esforços educacionais são fundamentais para ampliar o acesso das mulheres a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro ponto relevante é a ênfase do MMC na promoção da produção agroecológica e sustentável. Conforme apontado por Oliveira (2018), o Movimento tem desempenhado um papel fundamental na disseminação de práticas mais respeitosas com o meio ambiente, que valorizam a biodiversidade e contribuem para a segurança alimentar das comunidades rurais. Essa abordagem não apenas promove a conservação dos recursos naturais, mas também fortalece a economia local e resgata o papel das mulheres como guardiãs do conhecimento tradicional relacionado à agricultura familiar (Oliveira, 2018).

O MMC surge em consonância com teorias feministas que reconhecem as desigualdades estruturais de gênero no campo e buscam sua transformação. As bases teóricas do Movimento podem ser associadas às perspectivas feministas interseccionais, que destacam a interação complexa entre gênero, classe, raça/etnia e outras formas de opressão (Silva, 2020).

Segundo Collins (2015), a interseccionalidade oferece uma lente analítica para compreender as múltiplas dimensões da desigualdade e suas implicações nas experiências e identidades das mulheres camponesas.

Além disso, o MMC se fundamenta nas teorias da participação política e do ativismo social, que enfatizam o papel das organizações de base na promoção da cidadania e na transformação das estruturas de poder. Autores como Tilly (2007) argumentam que os movimentos sociais, ao mobilizarem grupos marginalizados, podem desafiar as injustiças existentes e promover mudanças significativas nas políticas públicas e na sociedade como um todo (Pinheiro, 2019).

No que diz respeito à agricultura sustentável, o MMC dialoga com teorias agroecológicas que defendem uma abordagem holística e participativa para a produção de alimentos. Segundo Altieri (1995), a Agroecologia busca integrar os princípios ecológicos com os conhecimentos tradicionais dos agricultores, promovendo sistemas agrícolas mais resilientes, biodiversificados e socialmente justos (Santos, 2018).

Nesse sentido, as práticas agroecológicas incentivadas pelo MMC não apenas garantem a segurança alimentar, mas fortalecem a soberania alimentar das comunidades rurais, reduzindo sua dependência de insumos externos e promovendo uma relação mais equilibrada com o meio ambiente (Gadelha, 2022).

O MMC se apoia em uma base teórica diversificada, que inclui desde as análises interseccionais das desigualdades de gênero até as perspectivas da participação política e da agricultura sustentável. Essas teorias fornecem um arcabouço conceitual robusto para compreender e sustentar as ações e estratégias do MMC na busca por uma sociedade mais igualitária e sustentável (Piovesan, 2021).

Em síntese, o Movimento tem se destacado como uma força transformadora na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Suas ações abrangem desde a organização comunitária até a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, evidenciando um compromisso profundo com a defesa dos direitos das mulheres e a construção de um futuro mais inclusivo e sustentável para o meio rural brasileiro (Gadelha, 2022).

O MMC desempenha um papel fundamental na defesa dos direitos das mulheres que vivem e trabalham no campo. Suas ações abrangem uma variedade de áreas, todas com o objetivo de promover a justiça social, a igualdade de gênero e a dignidade para as mulheres camponesas. Uma das principais frentes de atuação do

Movimento é a organização comunitária, em que se promove a criação de espaços de encontro e discussão, onde as mulheres camponesas podem compartilhar experiências, identificar desafios comuns e buscar soluções coletivas para suas demandas específicas. Essa organização comunitária fortalece o vínculo entre as mulheres, proporcionando um ambiente seguro e de apoio mútuo (Santos, 2018).

Além disso, o MMC desempenha um papel fundamental na luta pela terra. As mulheres camponesas enfrentam, com frequência, obstáculos no acesso à terra, seja em razão da concentração fundiária, da grilagem ou da falta de políticas adequadas de distribuição de terras. O Movimento atua ativamente na defesa do direito das mulheres camponesas à terra, seja por meio de campanhas pela reforma agrária, pela promoção de políticas que garantam seus direitos de posse e uso da terra, ou por meio de ações de resistência contra práticas predatórias, como a grilagem e o agronegócio (Piovesan, 2021).

Outra área de atuação importante do MMC é a educação e a formação. O Movimento oferece programas de capacitação e formação para as mulheres rurais, visando fortalecer suas habilidades e conhecimentos em áreas como agricultura sustentável, gestão de recursos naturais e direitos humanos. Essa formação não apenas capacita as mulheres para enfrentar os desafios específicos do trabalho no campo, mas também as empodera, permitindo-lhes assumir papéis de liderança em suas comunidades e na sociedade em geral (Piovesan, 2021).

A promoção da Agroecologia e da segurança alimentar é outra frente de atuação importante do MMC, que incentiva práticas agrícolas sustentáveis e sistemas de produção baseados nos princípios da Agroecologia, que respeitam o meio ambiente, promovem a diversidade biológica e garantem a produção de alimentos saudáveis e nutritivos. Além disso, o MMC trabalha para garantir o acesso das mulheres rurais a alimentos de qualidade e a preços acessíveis, fortalecendo, assim, a segurança alimentar e nutricional das comunidades camponesas (Pinheiro, 2019).

A saúde e o bem-estar das mulheres camponesas também são áreas de preocupação para a organização. O Movimento desenvolve ações voltadas para a promoção da saúde e do bem-estar das mulheres, incluindo campanhas de prevenção de doenças, acesso a serviços de saúde e apoio psicossocial. Essas iniciativas visam garantir que as mulheres rurais tenham acesso a cuidados de saúde adequados e que possam viver vidas dignas e saudáveis em suas comunidades (Pinheiro, 2019).

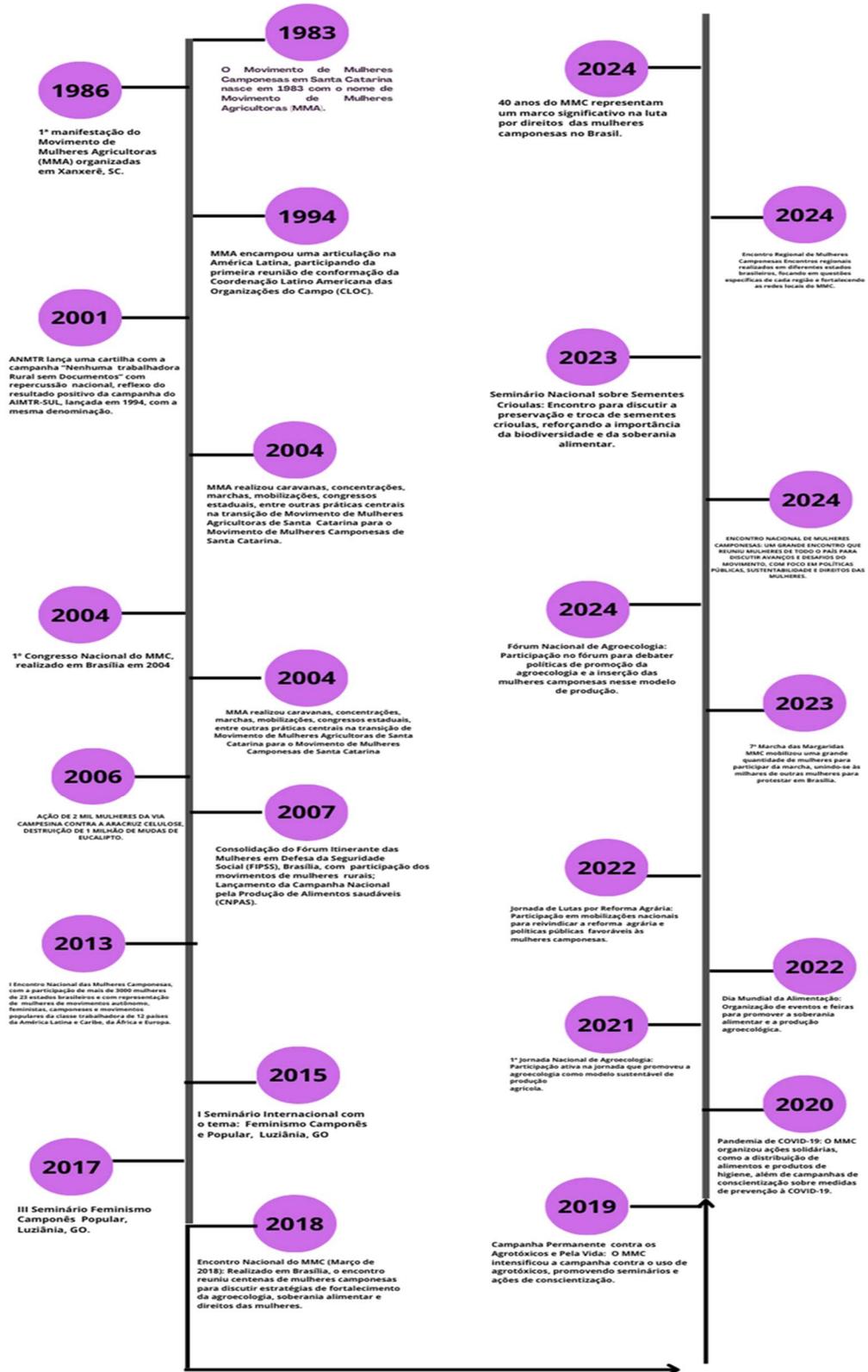
O MMC trabalha ativamente no empoderamento político das mulheres camponesas, estimulando a participação das mulheres rurais na vida política e social, incentivando sua presença em espaços de decisão e representação. Além disso, promove a articulação com outros movimentos sociais e políticos, buscando construir alianças e coalizões que fortaleçam a luta das mulheres rurais por seus direitos e interesses (Piovesan, 2021).

Além de aprofundar as práticas agroecológicas adotadas pelo MMC no Brasil, é essencial investigar os desafios multifacetados enfrentados por essas mulheres no campo. Este estudo se aprofundará nas barreiras estruturais e sociais que as mulheres camponesas encontram, desde o acesso desigual à terra e aos recursos até às questões de representação e participação política. Além disso, examinará as estratégias de resistência e empoderamento que elas desenvolvem para enfrentar esses desafios, destacando como essas práticas não apenas fortalecem a autonomia das mulheres no contexto rural, mas também têm um impacto transformador nas dinâmicas de gênero dentro das comunidades agrárias. Ao longo deste estudo, serão destacados os benefícios sociais, econômicos e ambientais das iniciativas agroecológicas lideradas pelo MMC, oferecendo um panorama abrangente sobre como o feminismo popular e camponês converge para uma agricultura mais justa, sustentável e inclusiva no Brasil.

A seguir, será apontada a trajetória de lutas e conquistas do MMC ao longo dos anos.

Figura 1 — Linha do tempo da trajetória do Movimento de Mulheres Camponesas

## TRAJETÓRIA MMC



Fonte: Autora (2024), adaptado do site do MMC.

O MMC, por meio de um processo contínuo e linear de lutas, nasceu em 1983 com o nome de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Em 1986, no 1º Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais realizado em Barueri, São Paulo, que contou com a presença de representantes de 16 Estados, a antiga Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AMMTR-SUL) passou a ser chamada de Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-SUL), com a participação exclusiva dos Estados da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Figura 2 — 1º Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais



Fonte: Site oficial do MMC (2017).

A primeira manifestação pública do MMA foi realizada em 12 de agosto de 1986, na cidade de Xanxerê, em SC. Reuniu mais de 10 mil pessoas, na maioria mulheres, para reivindicar seus direitos, entre eles a aposentadoria aos 55 anos para mulheres e 60 para homens e o salário-maternidade (Site MMC, 2017).

Em 1994, o MMA encampou uma articulação na América Latina e participou da primeira reunião de conformação da Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (Clod), realizada na cidade de Lima, no Peru. Ambos os movimentos têm participação ativa em todos os encontros realizados até o momento.

A primeira Marcha das Margaridas aconteceu em agosto do ano de 2000 e reuniu cerca de 20 mil trabalhadoras rurais em Brasília/Distrito Federal, em adesão à Marcha Mundial de Mulheres, que mobilizou mulheres no mundo inteiro contra a fome e a violência sexista.

Figura 3 — Marcha das Margaridas no ano de 2000



Fonte: Site MMC/ Brasil, Brasília/DF (2000).

Em 2001, a AMMTR lança uma cartilha com a campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos” com repercussão nacional, reflexo do resultado positivo da campanha do AIMTR-SUL, lançada em 1994, com a mesma denominação. Entre 2003 e 2004, o MMA realizou caravanas, concentrações, marchas, mobilizações, congressos estaduais, entre outras práticas centrais na transição do MMA de SC para o MMC de SC. Em 2004, o Congresso Nacional de Consolidação do MMC foi realizado em Brasília, no período de 5 a 8 de março.

Figura 4 — Congresso Nacional de Consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas



**1º Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil marcou a unificação dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais - Brasília/DF - 2004**

Fonte: Cartilha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos” (MMC, 2004).

Em 2006, 2 mil mulheres da Via Campesina realizaram uma ação contra a Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, destruindo 1 milhão de mudas de eucalipto. Em 2007, o Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social (FIPSS) foi consolidado em Brasília/DF, com a participação de movimentos de mulheres rurais.

Em 2013, ocorreu o I Encontro Nacional das Mulheres Camponesas, em Brasília/DF, com a participação de mais de 3 mil mulheres de 23 Estados brasileiros e com representação de mulheres de movimentos autônomos, feministas, camponeses e movimentos populares da classe trabalhadora de 12 países da América Latina e Caribe, da África e da Europa.

Figura 5 — I Encontro Nacional das Mulheres Camponesas



Fonte: Site MMC/ Brasil, I Encontro Nacional das Mulheres Camponesas em Brasília/DF, 2013.

Em 2015, foi realizado o I Seminário Internacional com o tema "Feminismo Camponês e Popular" em Luziânia, Goiás, e em 2016, o II Seminário Internacional de Feminismo Camponês e Popular, no mesmo local.

Figura 6 — II Seminário Internacional de Feminismo Camponês e Popular



Fonte: Site MMC/ Brasil.

A luta feminista foi crucial para a conquista de direitos básicos para as mulheres, mas é importante destacar que essa luta tem sido predominantemente associada ao contexto urbano. As especificidades das mulheres rurais, muitas vezes, ficam em segundo plano nas narrativas feministas tradicionais. Embora as que vivem

em áreas urbanas tenham conquistado visibilidade e direitos significativos, as mulheres rurais enfrentam desafios distintos, como o acesso limitado a recursos, educação e saúde, além de uma maior vulnerabilidade à violência e à desigualdade econômica. Reconhecer e incluir as realidades das mulheres rurais é essencial para a construção de um movimento feminista verdadeiramente inclusivo e representativo.

Figura 7 — III Seminário Internacional de Feminismo Camponês e Popular



*Fonte: Site MMC/ Brasil.*

O Encontro Nacional do MMC, em março de 2018, aconteceu em Brasília, e reuniu centenas de mulheres camponesas para discutir estratégias de fortalecimento da Agroecologia, soberania alimentar e direitos das mulheres. O evento incluiu palestras, oficinas e debates. Mobilizações ocorreram em diversas regiões, destacando a luta contra a violência de gênero e a defesa da Agroecologia.

Em 2019, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) realizou a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida em 2019, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) realizou a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida em que o MMC esteve envolvido. No mesmo ano, o Movimento intensificou a campanha contra o uso e o MMC intensificou a campanha contra o uso de agrotóxicos, promovendo seminários e ações de conscientização. Também participou de eventos e mobilizações para destacar a importância da interseccionalidade entre as lutas de gênero e raça.

Durante a pandemia de covid-19, em 2020, o MMC organizou ações solidárias, como a distribuição de alimentos e produtos de higiene, além de campanhas de

conscientização sobre medidas de prevenção à doença em questão. O MMC também realizou campanhas de combate à violência contra a mulher, com atividades de conscientização e apoio às vítimas.

Em 2021, foi lançada a Campanha "Mulheres Camponesas sem Violência" para combater a violência doméstica e de gênero, com a criação de centros de referência e apoio jurídico e psicológico. No mesmo ano, foi realizada a 1ª Jornada Nacional de Agroecologia, em Ponta Grossa/PR, que promoveu a Agroecologia como modelo sustentável de produção agrícola.

Já em 2022, aconteceu a Jornada de Lutas por Reforma Agrária, que contou com a participação do MMC em mobilizações nacionais para reivindicar a reforma agrária e políticas públicas favoráveis às mulheres camponesas. Foram organizados eventos e feiras para promover a soberania alimentar e a produção agroecológica.

Em 2023, foram realizados eventos e seminários para discutir questões específicas das mulheres negras no campo. A 7ª Marcha das Margaridas mobilizou um grande número de mulheres, que se juntaram a milhares de outras em Brasília para protestar. As pautas dessa edição focaram na resistência ao desmonte das políticas públicas voltadas para as mulheres, na defesa dos territórios e bens comuns, e no enfrentamento às mudanças climáticas. O MMC destacou a necessidade de políticas de proteção social e a importância do papel das mulheres na preservação ambiental. Além das marchas e protestos, as mulheres do MMC participaram ativamente de debates e fóruns sobre políticas agrícolas, direitos das mulheres e sustentabilidade, e organizaram tendas temáticas para compartilhar conhecimentos sobre Agroecologia e saúde integral.

Em novembro de 2023, foi realizado o Seminário Nacional sobre Sementes Crioulas, em Recife/Pernambuco, um encontro dedicado à discussão da preservação e troca de sementes crioulas, destacando a importância da biodiversidade e da soberania alimentar.

Figura 8 — Seminário Nacional sobre Sementes Crioulas



Fonte: Site MMC/Brasil.

Em 2024, ocorreu o Encontro Nacional de Mulheres Camponesas, em Chapecó/SC, um grande evento que reuniu mulheres de todo o País para discutir os avanços e desafios do Movimento, com foco em políticas públicas, sustentabilidade e direitos das mulheres. No mesmo ano, aconteceu o Fórum Nacional de Agroecologia, em Florianópolis/SC, em que o MMC marcou sua participação no fórum para debater políticas de promoção da Agroecologia e a inclusão das mulheres camponesas nesse modelo de produção.

Esses eventos e datas marcantes refletem o compromisso contínuo do MMC em promover a justiça social, a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental, contribuindo significativamente para o desenvolvimento das comunidades rurais no Brasil.

O MMC completou 40 anos de existência, em 2023, marcando quatro décadas de lutas e conquistas pelas mulheres rurais no Brasil. Esse marco histórico foi comemorado com uma série de eventos e atividades ao longo do ano, celebrando o legado e a importância do Movimento.

Figura 9 — Evento alusivo à comemoração dos 40 anos do Movimento de Mulheres Camponesas realizado em Chapecó/SC/Grupo de mulheres camponesas do Paraná.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Os 40 anos do MMC representam um marco significativo na luta por direitos das mulheres camponesas no Brasil. O Movimento tem sido fundamental na promoção da igualdade de gênero, na defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, e na adoção de práticas agroecológicas sustentáveis. As comemorações de 2024 não apenas celebram essas conquistas, mas também renovam o compromisso do Movimento com as futuras gerações de mulheres rurais.

A comemoração dos 40 anos do MMC também serviu para fortalecer as redes de apoio e colaboração entre as mulheres camponesas e outros movimentos sociais e como um momento de reflexão, celebração e renovação do compromisso com a luta das mulheres camponesas no Brasil.

#### **4 FEMINISMO POPULAR E CAMPONÊS: UM OLHAR SOBRE ATUAÇÕES AGROECOLÓGICAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL**

No contexto do feminismo popular e camponês, o MMC brasileiro desempenha um papel fundamental na promoção de práticas agroecológicas e na luta pela justiça de gênero e ambiental. É uma organização que une mulheres rurais em todo o País, buscando fortalecer sua participação política, econômica e social.

As atuações agroecológicas do MMC são fundamentais para a construção de sistemas alimentares sustentáveis e para a preservação dos recursos naturais. As mulheres camponesas desse movimento utilizam práticas agrícolas que respeitam os ciclos da natureza, promovem a biodiversidade e garantem a segurança alimentar de suas comunidades (Santos; Betto, 2021).

Além disso, o MMC trabalha para empoderar as mulheres rurais, garantindo seu acesso à terra, recursos produtivos e tomada de decisões. Isso não apenas melhora as condições de vida das mulheres no campo, mas também contribui para uma distribuição mais justa do poder e dos recursos (Mesquita; Silva, 2019).

O feminismo popular e camponês defendido pelo MMC reconhece a interseção entre as opressões de gênero, classe e raça e busca transformações sociais profundas e duradouras. Ele reconhece o papel central das mulheres na construção de alternativas aos modelos dominantes de desenvolvimento, colocando o cuidado com as pessoas e com o meio ambiente no centro de suas práticas e lutas (Silva, 2019).

Neste capítulo, serão aprofundadas as reflexões acerca de como o feminismo popular e camponês se manifesta nas atividades e iniciativas agroecológicas do MMC (MMC/BRASIL), concentrando-se nos anos de 2015 a 2022. Este capítulo tem como objetivo investigar de que maneira o feminismo camponês e popular influencia e fortalece as práticas do MMC, destacando sua dedicação em abordar as necessidades e desafios específicos enfrentados pelas mulheres que vivem em áreas rurais. Ao destacar a interseção entre feminismo, Agroecologia e autonomia econômica das mulheres rurais, pretende-se fornecer uma compreensão mais profunda das contribuições do MMC para a promoção da igualdade de gênero, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais.

#### 4.1 FEMINISMO POPULAR E CAMPONÊS: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE

O conteúdo aqui apresentado tem como objetivo introduzir a categoria de análise do "feminismo popular e camponês", fornecendo uma estrutura conceitual para compreender as experiências, perspectivas e ações das mulheres rurais dentro do movimento feminista, destacando sua relevância na abordagem das especificidades, desafios e demandas enfrentados pelas mulheres que vivem em áreas rurais, especialmente no contexto da agricultura de subsistência e do trabalho no campo. Essa categoria busca reconhecer e valorizar as contribuições únicas das mulheres camponesas para a luta pela igualdade de gênero, autonomia econômica, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, enquanto promove uma visão inclusiva e interseccional do feminismo.

Para entender o feminismo, é fundamental contextualizá-lo dentro da conjuntura dos movimentos feministas ao longo da história. Esses movimentos são uma luta contínua pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres, surgiram no século XIX com movimentos como o sufragista, que buscava o direito ao voto para as mulheres. Desde então, o feminismo tem se manifestado em várias "ondas" ao redor do mundo (Calaça, 2019).

A primeira onda feminista, ocorrida no final do século XIX e início do século XX, focava principalmente na conquista de direitos políticos, como o direito ao voto e à participação política. A segunda onda, que se deu nas décadas de 1960 e 1970, expandiu o escopo das reivindicações feministas, abordando questões como igualdade salarial, direitos reprodutivos e combate à discriminação de gênero (Cinelli, 2016).

A terceira onda feminista, que teve início nos anos 1990, trouxe uma perspectiva mais inclusiva e interseccional, reconhecendo as interseções entre gênero, raça, classe e outras formas de opressão. Além disso, destacou a diversidade de experiências das mulheres e de suas lutas ao redor do mundo (Calaça, 2019).

Atualmente, alguns autores afirmam que a humanidade vivencia a "quarta onda" feminista, caracterizada pelo uso das redes sociais e da tecnologia para mobilização e conscientização sobre questões de gênero. Esse movimento continua lutando por igualdade e justiça, abordando questões contemporâneas como o assédio sexual, a violência de gênero, a representação das mulheres na mídia e a equidade no local de trabalho (Cinelli, 2016).

Esses movimentos feministas, ao longo do tempo, têm contribuído para a conscientização e transformação da sociedade em relação às questões de gênero, promovendo a igualdade, a liberdade e os direitos das mulheres em todo o mundo. O surgimento do feminismo entre os movimentos de mulheres rurais data da primeira década dos anos 2000, marcando uma relação entre gênero e classe que não é uma herança direta do feminismo marxista dos anos 1970. Esse feminismo emergiu em meio à integração gradual do MMC com duas outras organizações: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina. A influência do feminismo marxista é perceptível, principalmente por meio da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), que contribuiu para uma concepção marxista de luta de classes presente no MMC (Santos, 2018).

A ênfase na luta de classes, particularmente evidente após o golpe de 2016, reflete a crescente oposição ao capitalismo e ao neoliberalismo, destacada em documentos da MMM e da Sempre Viva Organização Feminista (SOF). A construção do feminismo camponês e popular se baseia nessa oposição ao modo capitalista de produção, evidenciando os efeitos devastadores do agronegócio, como a expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras e a degradação ambiental causada pelo uso de agrotóxicos (Pinheiro, 2019).

Nesse contexto, o feminismo é concebido como uma teoria e prática de resistência e emancipação, representando as experiências das mulheres no enfrentamento da opressão patriarcal, colonial e capitalista. A classe é abordada dentro de uma perspectiva marxista, embora também sejam ressaltadas as particularidades das lutas das mulheres camponesas, especialmente em relação à terra e à sustentabilidade da vida humana (Cruz, 2013).

A teoria do feminismo popular e camponês surge como uma categoria específica dentro do movimento feminista, direcionando-se para compreender as realidades das mulheres que vivem em áreas rurais e populares. Essa teoria reconhece que as mulheres em contextos rurais enfrentam desafios distintos dos vivenciados por mulheres em áreas urbanas, como acesso limitado a recursos, violência de gênero, discriminação étnica e racial, entre outros (Barbosa, 2010).

O desenvolvimento dessa teoria tem suas raízes nas experiências e lutas das mulheres que habitam esses contextos ao redor do mundo. Historicamente, as mulheres rurais têm desempenhado papéis essenciais na produção agrícola, no cuidado da família e na preservação ambiental. No entanto, muitas vezes, enfrentam

condições de trabalho precárias, falta de acesso a serviços básicos e são marginalizadas nas esferas política e econômica (Cinelli, 2016).

O feminismo popular e camponês busca, então, dar voz e visibilidade a essas mulheres, reconhecendo suas demandas específicas e promovendo a igualdade de gênero dentro de um contexto mais amplo de luta por justiça social e ambiental. Essa abordagem também enfatiza a importância da interseccionalidade, reconhecendo que as opressões de gênero estão interligadas com outras formas de opressão, como classe, raça e etnia (Calaça, 2021).

Ao longo do tempo, o feminismo popular e camponês tem evoluído em resposta às mudanças nas condições sociais, políticas e econômicas, adaptando-se às necessidades e demandas das mulheres rurais e populares em diferentes contextos. Essa teoria representa uma contribuição significativa para o movimento feminista, ampliando sua base e promovendo uma visão mais inclusiva e representativa da luta pela igualdade de gênero (Menegas, 2021).

Ao emergir como uma categoria singular de análise dentro do feminismo, o feminismo popular e camponês busca compreender as interseccionalidades e singularidades das mulheres que habitam contextos rurais e populares. Esse feminismo reconhece que as lutas feministas não podem ser uniformes, dada a diversidade de experiências enfrentadas por mulheres em diferentes realidades sociais, econômicas e culturais (Tabolka, 2021).

Assim, essa teoria direciona sua atenção para as desigualdades estruturais vivenciadas por mulheres em áreas rurais, tais como a escassez de recursos naturais, a limitação no acesso à educação, saúde e empregos dignos, além das formas de violência de gênero, discriminação racial e étnica, entre outras questões (Conte, 2018).

Essa análise feminista busca desconstruir a visão homogeneizadora do feminismo tradicional, que frequentemente prioriza as experiências e demandas das mulheres pertencentes a classes sociais mais privilegiadas. Ao centrar-se nas particularidades das mulheres rurais e populares, essa abordagem enfatiza a importância de uma análise interseccional, que leve em conta as opressões ligadas à classe, raça, etnia e outros fatores interconectados (Mesquita; Silva, 2019).

Portanto, o feminismo popular e camponês desempenha um papel crucial na ampliação do escopo do feminismo, promovendo uma visão mais inclusiva e representativa. Ao fortalecer a luta feminista como um todo, essa perspectiva contribui

para avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres.

#### 4.1.1 A PRÁTICA FEMINISTA DAS CAMPONESAS

O entendimento do feminismo camponês e popular é inseparável do contexto histórico e do processo de sua construção ao longo do tempo. Como mencionado por Iasi (2011), compreender algo requer situá-lo dentro de sua formação histórica, no processo pelo qual se tornou o que é. Nesse sentido, o primeiro capítulo desta dissertação se dedicou a contextualizar o surgimento e a evolução da organização e luta das mulheres camponesas, destacando os passos dados na consolidação de um movimento nacional com identidade camponesa e feminista (Iasi, 2011).

A história das mulheres camponesas é frequentemente negada ou omitida, silenciada para obscurecer seus processos de luta e resistência contra a ordem patriarcal e capitalista. No entanto, as mulheres sempre resistiram, lutaram e contestaram as relações desiguais e de dominação impostas pelos homens. Esse apagamento histórico serve aos interesses do patriarcado e do capitalismo, visando impedir a tomada de consciência da possibilidade de transformação da ordem estabelecida, que não é natural nem imutável, mas sim, sujeita a constantes movimentos (Mesquita; Silva, 2019).

A negação da história das mulheres e de seu papel em diversos processos de resistência e transformação social é uma estratégia para manter a dominação e exploração. No entanto, reconhecer e visibilizar essas narrativas históricas é fundamental para promover uma compreensão mais ampla e crítica da sociedade e para impulsionar mudanças significativas em direção a um sistema mais justo e igualitário (Cinelli, 2016).

Ao longo da história humana, as mulheres desempenharam papéis fundamentais em processos de transformação social, embora muitas vezes essas contribuições tenham sido obscurecidas. O feminismo camponês e popular busca dar visibilidade a essa história construída pelas mulheres do campo, reconhecendo-as como protagonistas de grandes feitos, ainda que, muitas vezes, suas narrativas permaneçam ocultas. O desafio das mulheres que lutam é revelar essas histórias, unir fragmentos e costurar relatos conjuntos (Calaça, 2018).

Essa forma de feminismo parte da compreensão de que a identidade como movimento social, popular, de classe e feminista surge a partir das experiências vividas pelas mulheres no campo, especialmente aquelas organizadas pelo MMC. Não se trata de criar algo novo, mas de reafirmar e aprofundar um caminho já percorrido, enraizado nas realidades e nas lutas diárias das mulheres camponesas (Muraca, 2015).

O feminismo camponês e popular é resultado de um longo processo de formação da consciência militante das mulheres, desenvolvido por meio de sua participação ativa na política e na luta cotidiana. Ele representa a expressão da história vivenciada pelas mulheres do campo, reconhecendo-as como sujeitos detentores de direitos e agentes de transformação da realidade (Görgen, 2004).

Portanto, esse movimento nasce da necessidade de construir uma luta feminista e de classes a partir da perspectiva e da voz das mulheres organizadas no MMC. Ele é fundamentado na resistência histórica das mulheres do campo e busca contribuir para a proposição de perspectivas de transformação global da sociedade, tendo como base as experiências e os desafios enfrentados por essas mulheres em suas vidas e trabalhos cotidianos (Muraca, 2015).

[...] o feminismo é um projeto de emancipação das mulheres. É um movimento, uma forma de reconhecer as lutas históricas das mulheres pelo seu direito, pela sua emancipação e ele é um processo fundamental para a gente se entender enquanto mulher, enquanto pessoa, e enquanto sujeito com capacidade de transformar essa realidade que está aí e de construir uma sociedade diferente (Görgen, 2004, p. 190).

Observa-se, desde o MMC, que o feminismo não é apenas uma estratégia de emancipação das mulheres, mas uma ferramenta para a transformação estrutural da sociedade, que visa libertar os povos, especialmente os do campo, das desigualdades impostas pelo sistema capitalista, patriarcal e racista. Essa análise é refletida nas declarações coletivas do Movimento, que destacam a luta popular, feminista e camponesa em prol de um modelo de agricultura centrado na produção de alimentos saudáveis e na Agroecologia, além da libertação das mulheres e da classe trabalhadora (Caldart, 2008).

A perspectiva feminista das mulheres camponesas se materializa nas suas ações e lutas diárias, que giram em torno de elementos fundamentais do seu cotidiano, como a terra, as sementes, a produção de alimentos saudáveis, a água e

sua cultura. Ao se organizarem a partir desses elementos, as mulheres camponesas ressignificam o seu cotidiano, tornando-se referências na construção da Agroecologia e conquistando autonomia econômica (Betto; Piccin, 2017).

O feminismo camponês e popular busca transformar as relações sociais cotidianas de produção, promovendo relações de igualdade de gênero e combatendo a exploração do trabalho e a destruição da natureza. Valorizar o trabalho e a produção das mulheres camponesas não significa reforçar o seu papel no espaço privado, mas sim, reconhecer seu protagonismo na construção de um movimento popular de luta que as vincula e as identifica como agentes de transformação social (Cruz, 2013).

Politizar os fazeres cotidianos das camponesas é um objetivo central do feminismo camponês e popular. Isso envolve reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres no campo, assim como todo o conhecimento que elas possuem, essenciais para a sobrevivência e resistência do campesinato e para a manutenção da vida humana. Uma das contribuições fundamentais do feminismo é desafiar as barreiras que separam os espaços público e privado, buscando questionar o papel tradicionalmente atribuído às mulheres na esfera doméstica (Muraca, 2015).

Ao politizar as relações do âmbito privado e trazê-las para a discussão pública, o feminismo camponês e popular visa promover uma verdadeira revolução na organização da vida cotidiana. Rediscutir tanto a produção quanto a reprodução social do campesinato a partir da vida das mulheres e das famílias camponesas é crucial para transformar as relações sociais e desafiar as bases do patriarcado no campo (Iasi, 2011).

É essencial entender que qualquer processo de luta que não se reflita no cotidiano das pessoas envolvidas nele é superficial e corre o risco de ser ineficaz. Por isso, o feminismo camponês e popular busca atuar em processos de transformação concretos, relacionando as lutas globais com as realidades locais e cotidianas, de forma a desafiar a ordem dominante, que é capitalista, patriarcal e racista (Santos, 2018).

A compreensão das ações das mulheres camponesas é fundamental para uma visão mais abrangente e inclusiva da agricultura e da sustentabilidade rural. Teorias que exploram as dinâmicas de gênero, como a teoria feminista, desempenham um papel crucial nesse contexto (Betto; Piccin, 2017).

A teoria feminista oferece uma lente através da qual é possível examinar as relações de poder, acesso a recursos e a divisão do trabalho dentro das comunidades

rurais. Ela destaca as experiências únicas das mulheres, muitas vezes marginalizadas e sub-representadas, e como suas atividades, estratégias e resistências moldam a agricultura e a vida rural de maneiras significativas (Cinelli, 2014).

Ao compreender as ações das mulheres camponesas por meio da teoria feminista, é possível reconhecer e valorizar suas contribuições para a segurança alimentar, a conservação ambiental, a diversidade agrícola e a resiliência das comunidades rurais. Além disso, pode-se identificar e abordar desafios específicos que enfrentam, como acesso desigual a terras, recursos e educação, bem como questões de saúde e bem-estar (Gadelha, 2020).

Na próxima seção, serão exploradas práticas agroecológicas que estão intrinsecamente ligadas à teoria feminista. Essas práticas refletem os princípios de igualdade de gênero e justiça social e destacam o papel vital das mulheres na promoção de sistemas agrícolas mais sustentáveis e resilientes.

#### 4.1.2 BEM-VIVER, ECOFEMINISMO E MÃE TERRA

Alternativas sistêmicas como bem-viver, decrescimento, comuns e ecofeminismo representam abordagens transformadoras para os desafios socioambientais contemporâneos, pois questionam e propõem novos paradigmas além do modelo econômico dominante (Cisne, 2015).

O conceito de bem-viver, originário das cosmovisões indígenas da América Latina, enfatiza a harmonia entre seres humanos e natureza, promovendo um desenvolvimento que respeita os limites ecológicos e valoriza a qualidade de vida coletiva sobre o crescimento econômico incessante. Ele propõe uma abordagem holística que integra saberes tradicionais, sustentabilidade e equidade social, inspirando práticas de convivência comunitária e respeito pelos ciclos naturais (Solón, 2019).

Já o decrescimento desafia a ideia de crescimento econômico infinito em um planeta finito, defendendo uma redução deliberada do consumo material e da produção, buscando um equilíbrio mais justo entre as necessidades humanas e os limites ambientais. Essa abordagem, promovida por pensadores como Serge Latouche e Tim Jackson, propõe uma reavaliação dos objetivos econômicos para além do Produto Interno Bruto (PIB), priorizando a prosperidade sustentável e a equidade social sobre a acumulação desenfreada de riqueza (Solón, 2019).

Os comuns representam uma forma de governança compartilhada de recursos naturais e culturais, desafiam a privatização e promovem práticas colaborativas de gestão comunitária. Elinor Ostrom, pioneira nesse campo, demonstrou como sistemas baseados nos comuns podem ser eficazes na conservação e no uso sustentável de recursos, fomentando a autonomia local e a resiliência comunitária (Táboas, 2015).

O ecofeminismo estabelece conexões entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres, destacando como sistemas patriarcais frequentemente marginalizam tanto mulheres quanto o ambiente natural. Defensores como Vandana Shiva enfatizam a importância de uma ética de cuidado e sustentabilidade que reconheça e valorize as interseções entre gênero, justiça ambiental e direitos humanos (Solón, 2019).

Essas abordagens representam perspectivas inovadoras e críticas em relação ao paradigma predominante de desenvolvimento econômico, propondo modelos alternativos que promovem a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a justiça de gênero.

Segundo Solón, (2019) o conceito de bem-viver surge das cosmovisões profundamente enraizadas nas tradições indígenas da América Latina, particularmente entre os povos Andinos. Para essas culturas ancestrais, viver bem não se resume simplesmente ao bem-estar individual, mas reflete uma compreensão holística e comunitária da existência. É um modo de vida que valoriza a interconexão entre os seres humanos e o ambiente natural que os sustenta. Em contraste com a visão ocidental centrada no crescimento econômico, o bem-viver preconiza um equilíbrio entre desenvolvimento e conservação, enfatizando a importância de respeitar os ciclos naturais e a diversidade biocultural (Ataídes, 2018).

Alberto Acosta, ex-ministro do Equador e um dos principais defensores do bem-viver, o articula como uma forma de vida que reconhece e honra a natureza como um parceiro essencial na jornada humana. Para Acosta, a essência desse conceito reside na complementaridade entre os seres humanos e a natureza, em que cada um contribui para o bem-estar do outro em um intercâmbio contínuo de sustento mútuo e respeito mútuo (Solón, 2019).

Nesse contexto, o bem-viver não é apenas uma filosofia abstrata, mas um guia prático para a organização social e econômica. Ele inspira práticas sustentáveis de uso da terra, gestão dos recursos naturais e governança comunitária, baseadas em princípios de solidariedade, reciprocidade e cuidado coletivo. Essa abordagem

preserva os ecossistemas vitais para a sobrevivência humana e fortalece os laços sociais dentro das comunidades, promovendo uma vida digna e plena para todos os seus membros (Acosta, 2019).

Para Cisne, (2015) o bem-viver representa uma alternativa valiosa ao paradigma dominante de desenvolvimento, oferecendo um caminho para as sociedades contemporâneas se reconectarem com suas raízes culturais e ambientais. Ao reconhecer e valorizar a sabedoria das tradições indígenas, é possível encontrar inspiração para construir um futuro mais sustentável e equitativo, em que a prosperidade humana esteja verdadeiramente integrada à saúde e vitalidade da Terra.

Essa abordagem não se limita apenas a uma redução no consumo material e na produção econômica, mas busca promover a sustentabilidade ambiental e a justiça social. Tim Jackson, em seu trabalho *Prosperidade sem Crescimento*, argumenta que o decrescimento é fundamental para enfrentar as crises ambientais e sociais contemporâneas, promovendo um equilíbrio mais equitativo entre as necessidades humanas e os limites ecológicos do Planeta. Ele enfatiza que a verdadeira prosperidade deve ser medida pela qualidade de vida, pela saúde das comunidades e pela capacidade de resiliência frente às mudanças climáticas e à degradação ambiental (Conti, 2018).

De acordo com Ataídes, (2018) o MMC representa uma voz vital na luta pela justiça social e ambiental no contexto rural. Esse Movimento defende os direitos das mulheres camponesas e promove práticas agroecológicas fundamentais para a sustentabilidade agrícola e a soberania alimentar. No Brasil, o MMC desempenha um papel crucial ao empoderar as mulheres rurais, fortalecendo sua participação na tomada de decisões e reconhecendo seu papel essencial na conservação dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade.

O MMC se baseia em princípios de solidariedade, cooperação e respeito pela natureza, alinhando-se naturalmente com os ideais do decrescimento ao valorizar a produção local, o consumo consciente e a gestão sustentável dos recursos agrícolas. Ao defender uma agricultura que respeita os ciclos naturais e promove o bem-estar das comunidades, o MMC oferece um modelo alternativo e sustentável para o desenvolvimento rural, em que as mulheres camponesas desempenham um papel central na construção de sistemas alimentares mais justos e equitativos (Calaça, 2018).

Assim, tanto o movimento pelo decrescimento quanto o MMC exemplificam abordagens que buscam transformar o relacionamento humano com o meio ambiente e promover um futuro mais resiliente e inclusivo para todos. Ao integrar princípios de sustentabilidade, equidade e respeito pela natureza, esses movimentos desafiam as normas econômicas vigentes e oferecem esperança e inspiração para um mundo em que o crescimento verdadeiramente significa prosperidade compartilhada e bem-estar coletivo (Solón, 2019).

Para Conti (2018) o conceito de bem-viver surge como uma alternativa radical ao paradigma dominante do desenvolvimento, questionando suas práticas e suas premissas fundamentais. Boaventura de Sousa Santos destaca a necessidade de não apenas criticar o desenvolvimento, mas de transformá-lo completamente, ele argumenta que "não se pode fazer uma crítica ao desenvolvimento sem cair em sua repetição", enfatizando a importância de romper com os fundamentos que permitem sua persistência. O bem-viver, portanto, não só critica, mas propõe uma reconstrução a partir da realidade atual, buscando uma coerência entre teoria e prática que possa subverter a ordem conceitual predominante.

Essa abordagem não se limita a uma mera rejeição do desenvolvimento, busca criar possibilidades por meio do diálogo inclusivo entre conhecimentos ancestrais e modernos. A construção de conhecimento é um processo social contínuo, em que a interação entre diferentes perspectivas pode abrir caminho para transformações significativas. Ele destaca, ainda, a necessidade de superar as divisões entre passado e futuro, integrando aprendizados históricos com visões prospectivas menos idealizadas (Solón, 2019).

Todos os seres humanos têm o direito inalienável a uma vida digna, que inclui acesso garantido à saúde, alimentação adequada, água potável, moradia digna, saneamento básico, educação, trabalho digno, descanso, cultura física, vestimenta apropriada, seguridade social e outros serviços sociais essenciais. Esses direitos não podem ser condicionados à disponibilidade de excedentes financeiros, exigindo ajustes significativos na distribuição de riqueza e renda para sua efetivação plena. Como afirmado por diversos defensores dos direitos humanos, os direitos devem ser garantidos a todos, em qualquer tempo ou circunstância (Táboas, 2015).

É fundamental reconhecer que a realização desses direitos requer medidas concretas, como reformas tributárias que redistribuam recursos dos segmentos mais privilegiados para aqueles que mais necessitam, como donas de casa e pessoas com

necessidades especiais. Essa abordagem do bem-viver assegura uma distribuição mais equitativa de recursos e promove uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos possam viver com dignidade e segurança (Altieri, 2004).

Além disso, investimentos prioritários em educação e saúde são cruciais para construir uma sociedade baseada nos princípios do bem-viver, distante da competição desenfreada e da acumulação sem limites. Nesse contexto, a gratuidade na educação, saúde e acesso à justiça desempenha um papel central, garantindo que esses serviços essenciais estejam disponíveis para todos, independentemente de sua capacidade de pagamento (Cisne, 2015).

Por fim, para alcançar uma verdadeira justiça social, é necessário enfrentar o machismo, o racismo e todas as formas de exclusão social. Esses esforços são fundamentais para construir uma sociedade em que todos tenham oportunidades iguais de desenvolvimento e realização pessoal, promovendo, assim, um ambiente em que a diversidade seja valorizada e respeitada em todos os aspectos da vida social e econômica (Táboas, 2015).

O bem-viver, portanto, não é apenas uma crítica teórica, mas uma oportunidade prática para construir coletivamente uma nova forma de vida. Ao desafiar o conceito hegemônico de desenvolvimento, essa abordagem promove a diversidade cultural, a interculturalidade e a plurinacionalidade, valorizando a sustentabilidade ambiental e a justiça social (Solón, 2019).

Essa transformação não acontecerá rapidamente, exige persistência, vontade e humildade para aprender e reaprender ao longo do caminho. A humanidade não é intrinsecamente uma comunidade de seres agressivos e competitivos, esses valores foram amplificados por civilizações que promoveram o individualismo, o consumismo e a acumulação material excessiva, características enraizadas no gene da civilização capitalista (Acosta, 2019). Estudos científicos têm demonstrado a tendência natural dos seres humanos para a cooperação. Portanto, é crucial recuperar e fortalecer esses valores e suas instituições ancestrais, complementando-os com novas práticas baseadas em princípios de reciprocidade, redistribuição e solidariedade.

Nesse sentido, é essencial fortalecer esquemas de autogestão e cogestão de empresas em todas as formas, garantindo que trabalhadores e trabalhadoras sejam participantes ativos nas decisões relacionadas às suas unidades produtivas. Além disso, os princípios feministas de uma economia centrada no cuidado da vida,

fundamentada na cooperação, complementaridade, reciprocidade e solidariedade, ganham cada vez mais relevância (Cisne, 2015).

Essas concepções não são apenas importantes para as mulheres, mas para toda a sociedade. Como parte do processo de construção coletiva do bem-viver, elas demandam novas abordagens feministas que articulem e solidifiquem os conceitos de autonomia, soberania, interdependência, reciprocidade e equidade (Solón, 2019).

Ao promover esses valores e práticas, estamos desafiando os paradigmas dominantes de competição e acumulação e, ao mesmo tempo, construindo uma sociedade mais justa, solidária e sustentável, em que o bem-estar coletivo e o respeito mútuo são fundamentais para o desenvolvimento humano e social. Assim, o bem-viver contesta e oferece uma visão integradora que pode catalisar mudanças significativas em debates globais sobre o futuro da humanidade e do Planeta.

#### 4.2 RELAÇÃO ENTRE FEMINISMO POPULAR E CAMPONÊS COM ATUAÇÕES AGROECOLÓGICAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL

O objetivo desse conteúdo é explorar a intersecção entre o feminismo popular e camponês com as atuações agroecológicas do MMC no Brasil. As reflexões estão embasadas na pesquisa bibliográfica realizada com base nas ações do MMC no período de 2015 a 2022 e que embasam a fundamentação teórica desta pesquisa. O feminismo popular e camponês se refere às lutas e demandas das mulheres que vivem no campo, enfrentando desafios específicos relacionados à desigualdade de gênero, acesso à terra, trabalho digno e autonomia, e a Agroecologia é uma abordagem sustentável que valoriza a preservação ambiental, a diversidade biológica e cultural e a justiça social.

No contexto do MMC, essas mulheres buscam a igualdade de gênero e promovem práticas agrícolas que são ambientalmente amigáveis e socialmente justas. A relação entre esses elementos mostra como o feminismo, aliado à Agroecologia, pode ser uma força transformadora na construção de um modelo agrícola mais justo e sustentável no Brasil, empoderando as mulheres camponesas e promovendo a soberania alimentar (Pereira, 2015).

O MMC é reconhecido por sua abordagem feminista de caráter classista e socialista, que coloca as mulheres trabalhadoras rurais como protagonistas da luta

revolucionária. A missão do movimento é a libertação das mulheres trabalhadoras de todas as formas de opressão e discriminação, alcançada por meio de lutas, organização, formação e implementação de experiências de resistência popular, em que as mulheres são as principais agentes de sua própria história. O MMC se destaca por ser autônomo, democrático, popular e classista, buscando novas relações de igualdade entre as pessoas, com a natureza e a vida em geral, por meio de lutas transformadoras e socialistas, visando uma sociedade baseada em dignidade e igualdade para todos (Calaça, 2018).

Uma das principais ações e bandeiras de reivindicação do MMC é a luta contra o modelo capitalista e patriarcal, em favor da construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos. O Movimento defende o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico, com uma abordagem feminista, baseado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais, e na conquista de direitos. Esse projeto inclui a Reforma Agrária no Brasil, a implementação de políticas públicas que favoreçam a agricultura camponesa e a produção de alimentos saudáveis, a produção agroecológica de alimentos com controle das famílias camponesas, e a preservação do meio ambiente e da biodiversidade (Betto; Piccin, 2017).

Esse projeto de agricultura camponesa está inserido em um mais amplo, o Projeto Popular para o Brasil, que é apoiado por diversos movimentos sociais, principalmente pela Via Campesina e seus membros. Essa ação visa reformas estruturais na sociedade em favor das majorias, incluindo a classe trabalhadora. As principais bandeiras incluem a luta pela reforma agrária, urbana e tributária, contra privatizações e transgênicos, e pela qualidade e universalização da saúde e educação (Pinheiro, 2019).

No entanto, é importante destacar que a implementação dessas reformas vai de encontro aos interesses da burguesia nacional, que busca operar movimentos de “contrarrevolução” e “revolução passiva” para manter seus interesses particulares e conter os conflitos sociais. Diante disso, a luta pelo Projeto Popular para o Brasil exige clareza da dimensão da luta classista em antagonismo ao projeto e interesses burgueses (Cinelli, 2016).

Algumas medidas necessárias para a construção desse projeto são a democratização da terra, dos meios de comunicação, da riqueza e da cultura. Essas medidas visam alterar o atual sistema de poder, que é controlado por minorias

descompromissadas com o povo e a nação, para favorecer a organização social baseada em relações igualitárias e democráticas (Santos; Betto, 2021).

O essencialismo é a ideia de que todas as mulheres são "a mulher" e todos os homens são "o homem", ou seja, que os seres humanos são determinados por uma essência feminina e masculina atemporal, universal e imutável, que se manifesta neles independentemente de sua história, cultura ou sociedade. Essa visão se opõe à ideia de que as pessoas são construídas historicamente, culturalmente e socialmente, sendo produtos de relações de poder, contextos históricos, sociais e culturais específicos (Santos; Betto, 2021).

Criticado pelo MMC, o essencialismo defende que características consideradas "naturais" das mulheres, como o papel de mãe, devem ser perpetuadas. O Movimento se opõe a essa visão, destacando que os estudos realizados mostram a natureza social, histórica, cultural e econômica dos papéis atribuídos às mulheres e às relações de gênero (Barbosa, 2010)

O MMC promove a Campanha Nacional de Alimentos Saudáveis para estimular a produção de alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos, enfatizando a diversidade na produção. Essa iniciativa visa não apenas a uma nova forma de produção agrícola, mas também promoção do diálogo com o meio urbano sobre a produção e o consumo de alimentos (Tabolka, 2021). O Movimento critica o modo de produção capitalista, especialmente o agronegócio, que, segundo ele, leva as pessoas apenas a sobreviverem no campo, em vez de viverem com dignidade. O MMC também questiona o papel da ciência na sociedade atual, argumentando que esta deve servir à humanidade e não apenas gerar lucro para algumas empresas (Cruz, 2013).

A organização também faz análise marxista da realidade, incluindo as relações sociais de gênero, e critica a sociedade patriarcal-capitalista. As mulheres camponesas reconhecem avanços na conquista de direitos, mas ressaltam que ainda existem muitas contradições e desafios, como a desigualdade de gênero e a concentração de terra. A luta por uma sociedade mais justa e igualitária continua sendo uma prioridade para o Movimento (Tabolka, 2021).

Cruz (2013) reconhece que a libertação das mulheres não é uma realidade na sociedade atual, caracterizada como "patriarcal e capitalista". Por isso, defende a construção de um projeto popular feminista, expresso na palavra de ordem "Sem feminismo não há socialismo".

Uma bandeira importante do MMC é a luta pelo fim da violência contra as mulheres, por isso analisa a violência como fruto do modelo patriarcal de sociedade, com base no domínio e controle da mulher. Além disso, o MMC destaca a importância de abordar a violência de gênero sob uma perspectiva classista, considerando as diferenças socioeconômicas das mulheres e a forma como isso influencia sua reação com a violência. A organização critica a culpabilização da mulher que sofre violência e a justificção do agressor, enfatiza que não há desculpas para a violência e que a culpa atribuída à mulher é construída pela ideologia patriarcal. Romper com essas justificativas é visto como um passo importante para enfrentar a violência e o patriarcado (Cinelli, 2014).

Para informar sua base sobre os diferentes tipos de violência contra a mulher, o MMC destaca as formas de violência presentes na Lei Maria da Penha, que são violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Esse esclarecimento é importante para que as mulheres reconheçam essas situações em seu cotidiano e ajam para pôr fim à violência que enfrentam (Santos, 2018). Para Calaça, Conte e Cinelli (2018) o Movimento reconhece que, embora as conquistas individuais sejam essenciais para o processo de emancipação das mulheres, o fim da violência contra a mulher só será possível com a extinção da ordem patriarcal.

A produção de alimentos saudáveis é um tema fundamental nos dias de hoje, diante dos desafios globais relacionados à segurança alimentar, à saúde humana e à preservação ambiental. O MMC destaca-se ao promover essa prática, valorizando a agricultura camponesa e seu potencial produtivo e tem desenvolvido ações voltadas para a Agroecologia, que estão em consonância com a teoria estudada. Esta é uma abordagem que busca integrar práticas agrícolas sustentáveis, respeitando os ciclos naturais, promovendo a biodiversidade e garantindo a soberania alimentar das comunidades.

Uma das ações mais significativas promovidas pelo MMC é a crítica contundente ao modelo do agronegócio. Essa crítica se fundamenta na oposição ao modelo baseado na monocultura, no uso intensivo de agrotóxicos e na exploração dos trabalhadores rurais (Silva, 2014). O Movimento denuncia os impactos socioambientais negativos desse modelo dominante de produção agrícola, alinhando-se com a perspectiva crítica da Agroecologia. Essa postura não apenas evidencia os problemas do agronegócio, mas também reforça a importância da adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e socialmente justas (Cruz, 2013).

A organização desenvolve uma crítica profunda ao modelo do agronegócio, destacando diversos aspectos negativos associados a essa prática agrícola dominante. Em primeiro lugar, o MMC ressalta a questão da monocultura, que é uma característica central do agronegócio (Muraca, 2015). A monocultura consiste no cultivo extensivo de uma única cultura em grandes áreas de terra, o que ocasiona diversos problemas ambientais e sociais. Essa prática reduz a diversidade de cultivos, aumentando a vulnerabilidade das lavouras a pragas e doenças, além de contribuir para a perda da biodiversidade agrícola (Sá, 2016).

Além disso, o modelo do agronegócio é fortemente baseado no uso intensivo de agrotóxicos, que são substâncias químicas utilizadas para combater pragas e doenças nas plantações. O uso indiscriminado desses produtos causa danos ambientais significativos, contaminando o solo, a água e os alimentos, além de representar um risco para a saúde dos trabalhadores rurais e das comunidades próximas às áreas de cultivo (Queiroz, 2014).

Outro aspecto criticado pelo MMC é a exploração dos trabalhadores rurais no contexto do agronegócio. Muitas vezes, eles são submetidos a condições precárias de trabalho, com baixos salários, jornadas exaustivas e falta de acesso a direitos trabalhistas básicos. Além disso, o modelo do agronegócio tende a concentrar a posse da terra e dos meios de produção nas mãos de poucos proprietários, contribuindo para a exclusão e marginalização de pequenos agricultores e comunidades camponesas (Sá, 2016).

Ao criticar esse modelo de produção, o MMC reafirma a importância da adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e socialmente justas, como a Agroecologia. A agricultura sem agrotóxicos é essencial para reduzir os impactos negativos sobre o meio ambiente, como a contaminação do solo, da água e a perda da biodiversidade. Além disso, ela contribui para a saúde dos agricultores e consumidores, evitando a exposição a substâncias tóxicas presentes nos agrotóxicos.

A valorização da agricultura camponesa pelo MMC vai além da produção de alimentos saudáveis. Ela também resgata e fortalece práticas tradicionais de cultivo, como o uso de sementes crioulas e técnicas agroecológicas, que são fundamentais para a conservação da biodiversidade agrícola e para a adaptação às mudanças climáticas (Calaça; Conte; Cinelli, 2018). Essa prática não apenas beneficia a saúde das pessoas e do ambiente, mas também contribui para a autonomia e a soberania alimentar das comunidades, pois reduz a dependência de insumos externos e de



Ao estabelecer essa ponte entre campo e cidade, o MMC busca desconstruir a visão tradicional de que a produção de alimentos é uma atividade distante e desconhecida para quem vive nas áreas urbanas. Pelo contrário, as escolhas alimentares feitas nas cidades têm um impacto direto nas comunidades rurais, especialmente nas mulheres que são responsáveis por grande parte da produção agrícola familiar (Menegas, 2021).

Nesse sentido, o diálogo proposto pelo MMC busca criar laços de solidariedade entre os diversos contextos sociais, destacando a importância da cooperação e do apoio mútuo para o desenvolvimento de um sistema alimentar mais justo e sustentável para todos. Por meio desse diálogo, o Movimento espera sensibilizar a população urbana para a valorização da agricultura familiar, contribuindo, assim, para a construção de um futuro mais sustentável e equitativo para o campo e a cidade (Boni, 2017).

Serão elencadas, a seguir, as principais práticas e ações do MMC que contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a Agroecologia.

Figura 11 — Nuvem de palavras com as principais práticas e ações do Movimento de Mulheres Camponesas



Fonte: Autora (2024).

Figura 12 — Quintais produtivos



Fonte: Site MMC Brasil.

Compreende-se por quintal produtivo os pequenos pedaços de terra que comportam o entorno da casa em que se efetiva o permanente trabalho de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas, plantas e ervas medicinais, frutíferas, nativas, flores e animais para o autossustento. É nesse trabalho feito e coordenado pela mulher é que se encontra grande diversidade de alimentos, saberes, conhecimentos de combinar e consorciar com arte e beleza o cultivo da biodiversidade.

Em suas publicações, o MMC compreende quintal produtivo como um

complexo sistema que combina espaços de produção, geralmente nos arredores da casa, como horta, pomar, horto medicinal, jardins, reforestamento para lenha, podendo envolver, ainda, a criação e reprodução de animais de pequeno porte (aves, caprinos, ovinos, porcos) (MMC, 2017; Collet; Cima, 2015).

O Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais, instituído por meio do Decreto n.º 11.642, de 16 de agosto de 2023, tem por objetivo promover a autonomia econômica das mulheres e propõe a estruturação dos quintais produtivos, a articulação das mulheres em grupos ou organizações coletivas. Objetiva o auxílio no

acesso a políticas públicas de apoio à produção e comercialização de alimentos, acesso a equipamentos para estruturação e ou ampliação dos quintais, bem como a implantação de tecnologias sociais de acesso à água.

O Programa vai ao encontro da luta das mulheres camponesas, no entanto segue tendo os limites da burocratização para que possa ser acessado. Os recursos disponibilizados também seguem sendo insuficientes para atender a demanda das mulheres do campo, das florestas e das águas desse País e, nesse momento, tem exigido a articulação das organizações para a garantia do acesso às mulheres. Conforme é possível perceber, a luta somada à organização e à formação foi e continua sendo fundamental para a conquista de direitos, mas ela não pode parar.

Figura 13 — Sementes crioulas



Fonte: Site MMC Brasil.





Fonte: Barros (2018).

De acordo com Andrioli (2022), a mística traz um significado na vida das mulheres camponesas. Esse conceito se relaciona com o mistério do sentido da vida, e, por isso, ela impulsiona a luta das mulheres. É a arte de refletir sobre as dificuldades e a força nas lutas diárias. De acordo com Gebara (1989, p. 916), a mística é:

[...] uma espécie de energia vital que leva a agir a partir de uma motivação fundamental, a partir de um certo número de valores dos quais não se pode abrir mão sem o risco de perder a própria vida. Não tem necessariamente caráter institucional, não tem escola nem mestre e nem discípulo eleito. Expressa a transcendência da vida, existencialmente e independentemente da pressão de conceitos.

A mística envolve as mulheres camponesas de uma maneira profunda, pois proporciona uma reflexão pessoal e intrínseca. Essa introspecção não apenas conecta as mulheres com suas próprias experiências, mas também traz à tona as memórias das vivências e dos trabalhos árduos que suas antecessoras enfrentaram na agricultura. Esse processo de reflexão e lembrança destaca a continuidade e a resiliência das mulheres ao longo das gerações, reforçando a importância das tradições e dos valores transmitidos ao longo do tempo (Andrioli 2022).

Assim, a mística pode ser entendida como uma expressão coletiva de transcendência espiritual que motiva, une e fortalece o Movimento. É nos momentos de celebração e de encontros que essa atividade revela a sua importância e os seus propósitos. Essas ocasiões proporcionam um espaço para que as mulheres

compartilhem suas experiências, fortaleçam seus laços e renovem seu compromisso com a luta, permitindo que a mística cumpra seu papel vital na coesão e na perseverança do grupo e possa expressar, assim, modos de vida e de cultura que passam a ser preservados pelas gerações. É um constante processo de formação, uma vivência, reflexão e energia que fortalece a luta. Por meio dessa atividade, tradições e valores culturais são mantidos vivos, e a sabedoria acumulada é transmitida, reforçando a identidade e a resistência coletiva ao longo do tempo.

No MMC, essa expressão coletiva valoriza as mulheres e o que elas fazem, transformando suas vidas. Mostra a elas um novo jeito de viver e ver a vida, desafiando-as a romper barreiras, construir e transformar a história e suas próprias trajetórias. A mística, nesse contexto, é uma força que inspira e impulsiona as mulheres a reimaginarem suas possibilidades e a se engajarem ativamente na criação de um futuro melhor.

Figura 16 — Feira de orgânicos no passeio público de Curitiba/PR



Fonte: Site MMC Brasil 2022.

Historicamente, as mulheres camponesas desempenham um papel vital na produção de alimentos diversificados e saudáveis, contribuindo significativamente para a soberania alimentar e nutricional das famílias. Além disso, seu trabalho abrange uma série de atividades essenciais para a sustentabilidade e a preservação ambiental.

A economia feminista, em sua essência, visa reconhecer e destacar o papel crucial das mulheres como agentes econômicos. Um dos principais focos dessa abordagem é a visibilização do trabalho doméstico e de cuidados, amplamente realizado por mulheres e, muitas vezes, negligenciado nas análises econômicas tradicionais.

A economia tradicional tende a ignorar ou subestimar a contribuição das mulheres na economia, especialmente no que diz respeito ao trabalho não remunerado, já a economia feminista desafia essa perspectiva ao reconhecer a importância do trabalho doméstico e dos cuidados, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, políticas públicas e econômicas redefinindo as bases das análises econômicas ao incluir aspectos antes ignorados, promovendo uma visão mais inclusiva e equitativa da economia.

A autora Cristina Carrasco (2018, p. 32) afirma que “[...] ao longo do caminho percorrido nas últimas décadas, a economia feminista se caracterizou por propor rupturas com uma série de conceitos definidos a partir da economia oficial dominante; rupturas que não respondem a uma inquietação conceitual, mas sim a um posicionamento político”.

As contribuições da autora citada são fundamentais para compreender o desenvolvimento do MMC e sua trajetória na construção de uma economia que integra os princípios da luta feminista, camponesa e da Agroecologia que se entrelaçam e sustentam a visão do Movimento. Ela destaca a importância de visibilizar as mulheres camponesas como agentes econômicos e sociais, desafiando as estruturas patriarcais que tradicionalmente relegam as mulheres ao papel secundário.

Compreender como o MMC tem construído uma economia que integra os princípios da luta feminista, da agricultura camponesa e da Agroecologia é essencial para todo esse processo de construção de uma economia feminina que contribui efetivamente para o sistema agrícola e ecológico. Esse processo não apenas promove a igualdade de gênero e a justiça social, mas também fortalece a sustentabilidade ambiental e a soberania alimentar. Por meio da visibilidade e valorização do trabalho das mulheres camponesas, da promoção de práticas agroecológicas e da construção de redes solidárias, o MMC pavimentando o caminho para uma economia mais justa e sustentável.

Figura 17 — Agricultura feminina



Fonte: Site do MMC Brasil (2024).

De acordo com o MMC, a construção do projeto popular de agricultura camponesa faz parte de um processo de resistência à ofensiva capitalista que impõe uma agricultura de mercado. Entre suas estratégias e lutas, o Movimento busca recuperar conhecimentos da agricultura camponesa, a diversidade da cultura alimentar desenvolvida pelos povos, além de resgatar e visibilizar o protagonismo das mulheres camponesas como produtoras de alimentos saudáveis e diversificados.

Nessa mesma perspectiva, o projeto de agricultura agroecológica que o MMC defende caminha junto com a luta feminista para que, de fato, o trabalho e as contribuições econômicas das mulheres camponesas possam ser reconhecidas, valorizadas e visibilizadas.

A agricultura camponesa no MMC é uma prática fundamentada em princípios de autonomia, sustentabilidade e justiça social. Esse Movimento não se limita apenas à produção de alimentos, mas engloba uma visão holística que considera aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Promove a soberania alimentar, que é o direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, sem a imposição de sistemas externos. Isso inclui o direito das mulheres camponesas de escolherem quais alimentos cultivar, como produzi-los e como distribuí-los.

Esse tipo de agricultura valoriza práticas agroecológicas que preservam a biodiversidade, protegem os recursos naturais (como solo e água) e promovem a saúde dos ecossistemas locais. Isso inclui, em geral, o uso de sementes crioulas, rotação de culturas, compostagem, manejo integrado de pragas, entre outras técnicas. As mulheres camponesas do MMC possuem um vasto conhecimento tradicional sobre plantas, técnicas de cultivo e gestão dos recursos naturais. Esse conhecimento é valorizado e transmitido de geração em geração, contribuindo para a adaptação às condições locais e para a resiliência dos sistemas agrícolas.

O MMC promove a organização comunitária e a formação de redes de solidariedade entre mulheres camponesas. Isso não apenas fortalece a capacidade de enfrentamento de desafios, como também aumenta a representatividade e a voz das mulheres em decisões políticas e econômicas. Muitas vezes, as mulheres camponesas do MMC participam de cooperativas agrícolas ou de redes de comercialização que seguem princípios de comércio justo, o que permite melhores condições de comercialização de seus produtos, reduzindo a dependência de intermediários e garantindo preços mais justos.

No entanto, essas ações não impedem que as mulheres camponesas do Movimento, com frequência, enfrentem pressões externas, como a expansão agrícola de grandes corporações, políticas agrícolas desfavoráveis e mudanças climáticas, mas, por meio da organização coletiva e da adoção de práticas resilientes, elas buscam proteger seus territórios e manter seus modos de vida sustentáveis.

A agricultura camponesa no MMC desempenha um papel crucial na garantia de segurança alimentar para as comunidades locais, fornecendo alimentos diversificados e saudáveis. Não se limita apenas à produção de alimentos, mas representa um modelo de resistência, autonomia e sustentabilidade que respeita os saberes locais, promove a justiça social e contribui para a construção de um sistema alimentar mais justo e resiliente. Ao valorizar as sementes crioulas e as práticas agroecológicas, as mulheres camponesas contribuem para a preservação da biodiversidade agrícola e para a adaptação às mudanças climáticas. Dessa forma, o MMC fortalece o papel das mulheres como agentes de mudança na agricultura e na sociedade em geral, promovendo a igualdade de gênero e melhorando as condições de vida das famílias rurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações do MMC contribuíram e fortaleceram a Agroecologia, sendo o feminismo camponês e popular, essencial ao meio ambiente e à sociedade, um impulsionador dessa prática produtiva que coloca em evidência as mulheres dando visibilidade ao seu trabalho como protagonistas efetivas do processo de construção social agroecológico.

Durante as últimas décadas, o MMC desenvolveu iniciativas que contribuíram para a valorização dos saberes e práticas das mulheres camponesas, promovendo a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis e questionando as estruturas de poder patriarcais que historicamente marginalizaram as mulheres no campo. A relação das mulheres com a natureza, baseada em uma visão agroecológica, foi um dos pontos-chave do trabalho do MMC, que reconhece na natureza uma parceira na construção de um mundo mais justo e equilibrado.

O feminismo popular e camponês também desempenha um papel fundamental no trabalho do MMC. Ao analisar as atuações agroecológicas do Movimento sob essa perspectiva, foi possível compreender essas ações como parte de uma luta mais ampla por justiça social e igualdade de gênero. A mística, presente nas práticas do Movimento, fortaleceu a relação das mulheres camponesas com a Mãe Terra, reforçando o vínculo entre feminismo, espiritualidade e ecologia.

O MMC tem desenvolvido diversas ações que dialogam com o feminismo camponês e popular, integrando conceitos de Agroecologia mística, ecofeminismo e a relação com a Mãe Terra. Como exemplo, foram citadas capacitações e formações com programas de formação, com foco na conscientização sobre direitos, igualdade de gênero e soberania alimentar, capacitações em práticas agroecológicas, preservação de sementes crioulas e produção sustentável. Na produção agroecológica, as ações compreenderam a implementação de hortas comunitárias, que seguem princípios agroecológicos, que promovem a diversidade de culturas e a sustentabilidade; o desenvolvimento de feiras agroecológicas, espaços onde as camponesas podem vender seus produtos diretamente ao consumidor, valorizando a produção local e orgânica; a criação e implementação de políticas que apoiem a agricultura familiar e camponesa, com a participação em conselhos e fóruns com a inserção das mulheres camponesas em espaços de decisão política para garantir a voz e os interesses do campo; a organização de grupos produtivos baseados na

cooperação e solidariedade, fortalecendo a autonomia econômica das mulheres com preservação; e a troca de sementes tradicionais como forma de resistência ao agronegócio e à biopirataria.

Essas ações integram a Agroecologia, a mística e o MMC, combinando espiritualidade e cultura com práticas agroecológicas. Essas práticas respeitam os ciclos naturais e incorporam conhecimentos tradicionais, fortalecendo a conexão espiritual com a terra. Festividades que celebram as colheitas e os ciclos da natureza reforçam essa ligação espiritual.

No ecofeminismo, o MMC discute a relação entre gênero e meio ambiente, oferecendo uma análise crítica de como a opressão das mulheres e a degradação ambiental estão interligadas. O Movimento valoriza o trabalho das mulheres, reconhecendo seu papel central na preservação ambiental e na agricultura sustentável. Para as mulheres camponesas, a Mãe Terra representa uma visão holística da natureza como um ser vivo que precisa ser respeitado e cuidado, promovendo práticas que preservam os recursos naturais. O MMC defende a ideia de que a natureza possui direitos intrínsecos e deve ser protegida contra a exploração desenfreada.

No entanto, o MMC enfrentou e ainda enfrenta diversos desafios. A resistência de setores conservadores, a falta de recursos financeiros e o reconhecimento pleno das mulheres como produtoras de alimentos e agentes de transformação social são apenas alguns dos obstáculos que o Movimento precisa superar. A desigualdade de gênero no campo e a violência contra as mulheres também são questões urgentes que demandam ações da organização e da sociedade como um todo.

Para o futuro, é fundamental que o MMC e outros movimentos sociais continuem a luta pela promoção da Agroecologia e do feminismo camponês e popular. A união de forças e parcerias estratégicas são essenciais para ampliar o impacto das ações do Movimento e enfrentar os desafios que ainda persistem. O fortalecimento das redes de solidariedade e apoio mútuo entre as mulheres camponesas também é fundamental para garantir a continuidade do trabalho da organização.

Em suma, o trabalho desenvolvido pelo MMC demonstra a importância da articulação entre Agroecologia e feminismo na construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e igualitário. O MMC é um exemplo de resistência e de esperança e deve servir de inspiração para todas as pessoas que acreditam em um mundo melhor e mais justo para todas e todos.

Considerando que não existe um conhecimento definitivo ou uma resposta única e concreta para essas questões, conclui-se este trabalho com a proposição de alguns questionamentos que surgiram durante o processo e que ajudam a continuar a pesquisa. O primeiro deles esteve relacionado ao feminismo camponês e popular: como difundir esse conceito relativamente novo na perspectiva da luta e por mais direitos para as mulheres camponesas? O segundo se refere ao ecofeminismo: de que forma os ecofeminismos ajudam a entender o mundo, principalmente em tempos de negacionismos climáticos? O terceiro tem a ver com as conexões entre o feminismo, o meio ambiente e a Agroecologia: como desacelerar o excesso de dominação dos seres humanos com a natureza? Como avançar na perspectiva de uma práxis ética do cuidado?

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 2019.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. – 4.ed. 2004.
- ALTIERI, M. **Agroecología: Bases científicas para una agricultura alternativa**. West View Press, Boulder. 1995.
- ANDRIOLI, L. A.; SOARES, M. A. S. **A utopia de um outro mundo possível nas relações humanas**. In: ANDRADE, E.; ANDRIOLI, L. Â.; FRANTZ, W. (Orgs.). **Educação no contexto da globalização**: reflexões a partir de diferentes olhares. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. 168 p. (Coleção educação popular e movimentos sociais).
- ANDRIOLI, L. A. **Religiosidade e mística no movimento de mulheres agricultoras**: um processo de constituição de identidades por meio da educação popular. Curitiba, Appris. 2022.
- ANGELIN, R. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014.
- ANGELIN, R.; SCHNORRENBERGER, Neusa. (Eco) Feminismo camponês e os elementos inseridos em Mad Max: A estrada da fúria (2015). **Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião**, v. 6, n. 1, p. 124-139, 2020.
- ANGELIN, R. Mulheres e ecofeminismo: Uma abordagem voltada ao desenvolvimento sustentável. **Universidad en Diálogo: Revista de Extensión**, v. 7, n. 1, p. 51-68, 2022.
- ATAÍDES, M. C. C. **A Atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)**: uma perspectiva de suas estratégias e especificidades. 2018.
- BARBOSA, I. S. **Auto-organização das mulheres para unificação da classe trabalhadora**. CONSULTA POPULAR. Cadernos de Debates: rumo à IV Assembléia Nacional, v. 2. 2010.
- BARBOSA, Y. R. S.; LERRER, Débora F. Organização, trabalho e cuidado: uma trajetória de mulheres camponesas no oeste de Santa Catarina. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 38(2), 88–101.  
<https://doi.org/10.37370/raizes.2018>. v38.12.
- BARROS, E. A. de Almeida. **Mulheres camponesas e seus quintais agroecológicos**: diálogo de saberes em defesa da vida. Tese de Doutorado. Unicamp, 2018.

BATISTA, A. F. **Consciência e territorialização contra-hegemônica**: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2013.

BETTO, J.; PICCIN, M. Botton. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) e o percurso de sua luta feminista. **Amerika. Mémoires, identités, territoires**, n. 16, 2017.

BIANCHI, B. Introduzione Ecofemminismo: il pensiero, i dibattiti, le prospettive. *In: Dep. Deportate, Esuli, Profughe*, n. 20, v. I-XXVI, Jul. 2012. Disponível em: . Acesso em: 12 Set. 2023

BONI, V. MMC um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, v. 22, n. 34/35, p. 67-88, 2017.

CALAÇA, M. Feminismo camponês popular: contribuições à história do feminismo. **RURIS (Campinas, Online)**, v. 13, n. 1, p. 29-66, 2021.

CALAÇA, M. Teoria e movimento—do movimento estudantil ao feminismo camponês e popular: encontros com Saffioti. **Lutas Sociais**, v. 23, n. 43, p. 296-310, 2019.

CALAÇA, M. K. A. dos S., CONTE, I. I., & CINELLI, C. (2018). Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira De Educação Do Campo**, 3(4), 1156–1183. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1156>.

CALDART, R. Sobre Educação do Campo. In: FERNANDES, B. M. et al., **Por uma Educação do Campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA/MDA: 2008.

CARRASCO, L. K. **Por que casamos com quem casamos?**. Edipucrs, 2003.

CARRASCO, A. O. Torres et al. Limites e contradições do planejamento urbano: a construção de perspectivas superadoras a partir da elaboração do Plano Popular da Estrada do Engenho| Limits and contradictions of urban planning: The construction of overcoming perspectives from the elaboration of the Estrada do Engenho's Popular Plan. **Oculum Ensaios**, v. 15, n. 3, p. 557-579, 2018.

CHEHAB, I. M. C. V.; CARVALHO, G. N. Feminismo camponês e popular: a voz que vem do campo. **Revista Ártemis**, vol. XXIX nº 1; jan-jun, 2020. pp. 157-171.

CAPORAL, F. R.; **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis./ Francisco Roberto Caporal – Brasília: 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CINELLI, C. Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história na construção de novas relações. **Grifos**, v. 22, n. 34/35, p. 37-49, 2014.

CINELLI, C. **O educativo na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas**: resistência, enfrentamento e libertação. Tese de Doutorado UFRGS, 2016.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Cortez Editora, 2015.

CHÃ, A. M. **Agronegócio e indústria cultura**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COLLINS, P. H. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

COLLET, Zenaide. CIMA, Justina I. Produção de auto sustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa. In: BONI, Valdete (Org.). Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica. Tubarão: Gráfica Copiart, 2015.

CONTE, I. I. **Aprendizados da luta**: mulheres camponesas do Brasil e indígenas do México. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

CRUZ, T. A. A caminhada de organização do movimento de mulheres camponesas do Brasil na luta em defesa da vida. **Anais...** Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 10, 2013.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo / Luciana Jaccoud, organizadora; Frederico Barbosa da Silva ... [et al.]. Brasília : **IPEA**, 2005

DUARTE, Valdir Pereira. **A ecologia como ideologia**: os pequenos agricultores no sudoeste do Paraná. 1º ed. Jundiaí- SP. Paco Editorial, 2019.

EISLER, R. O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: **Rocco**, 1996.

EISLER, R. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro. São Paulo: Palas Athena, 2007.

FERREIRA, A. P. L.; PIRES, L. M. L.; GOMES, R. A. Mulheres agricultoras e sistemas agroalimentares pautados na agroecologia: vozes e inspirações do Sertão do Pajeú. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 280-300, 2021.

FONSECA, C. Cavalo amarrado também pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Nº 15. (27-39). 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADELHA, R. R. Agroecologia e ecofeminismos: interfaces para o desenvolvimento sustentável. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 8, n. 3, p. 207-220, 2020.

GADELHA, R. R. Movimento de mulheres camponesas e a construção dos conhecimentos: histórias de vida em Palma Sola e Anchieta, SC. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 16, n. 43 Dez., p. 259–288, 2022. DOI: 10.14393/RCT164311. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/59575>. Acesso em: 19 maio. 2024.

GEBARA, A. E. L. O bolo e o poema: gosto não se discute, realidades, sim. **Linha D'Água**, n. 12, p. 51-56, 1997.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o Silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2000.

GEBARA, Ivone. **Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos**. Antologia de Textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2022.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecosystem sustainability: developing practical strategies**. CRC Press, 2000.

GOHN, M. G. “**Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas**”. In: GOHN, Maria da Glória [Org.]. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

GÖRGEN, F. S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. Vozes, 2004.

GUHUR, D.; SILVA, N. R. Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina. (orgs). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1º Ed. São Paulo e Rio de Janeiro. Ed. Expressão Popular, setembro de 2021.

HADICH, C. L. A.; BASTIANI, T. M. As mulheres assentadas e a construção da agroecologia no Oeste catarinense. In: MARQUES, S. A. *et al.*, (Orgs.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017.

HECHT, S. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 21-51.

IASI, M.L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12 n. 1, p. 303-320, jan./abr. 2004.

KING, Y. Managerial Environmentalism. **Population Control and the New National Insecurity**, 1997.

LAGARDE, M. How to do (or not to do)... Assessing the impact of a policy change with routine longitudinal data. **Health policy and planning**, v. 27, n. 1, p. 76-83, 2012.

LEFF, E. W.; JEFFERIS, S. C.; GAGNE, M. P. The development of the maternal breastfeeding evaluation scale. **Journal of Human Lactation**, v. 10, n. 2, p. 105-111, 1994.

MARIAN VIEIRA, M. G. *et al.* Agricultura sustentável: favorecendo ambientes saudáveis e o empoderamento feminino. **Em Extensão**, v. 18, n. 2, 2019.

MARONEZE, A. R. Gênero e meio ambiente: o cuidado ambiental (não) inerente à mulher. **VERUM: Revista de Iniciação Científica**, v. 1, n. 2, p. 92-106, 2021.

MENEGAS, C. K. R. **Mulheres camponesas, agroecologia e cotidiano**: um estudo de caso do Assentamento Oito de Junho de Laranjeiras do Sul/PR sob o aspecto do desenvolvimento rural sustentável. Dissertação de Mestrado UFFS, 2021.

MESQUITA, R. N.; SILVA, M. G. S. N.; Feminismo (S) rural (IS) em Tela—contribuições do movimento de mulheres camponesas do ACRE para o empoderamento feminino nos pas rurais Antônio de Holanda e Espinhara II no município de Bujari—ACRE. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)**, n. 6, p. 91, 2019.

MERLINO, T.; MENDONÇA, M. L. (Ed.). **Direitos humanos no Brasil 2011: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011.

MIES, M.; SHIVA, V. Ecofeminismo. Título original: **Ecofeminism Trad.** Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, p. 23.

MMC. **Site do MMC**. 2022, 2023, 2024.

MURACA, M. **Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do Movimento de Mulheres camponesas em Santa Catarina**. Uma etnografia colaborativa. Tese de Doutorado. UFSC. 2015.

MURACA, M.T. "É a partir dessa sementinha que nós vamos avançando". As práticas agroecológicas do movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina (MMC/SC). <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2018v15n1p75R>. **Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.15, n.1, p.75-91 Jan.-Abr. 2018.

NOGUEIRA, C. M. Anotações sobre a auto-organização das mulheres: o exemplo da Via Campesina no Brasil e do MST. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 12, n. 1, 2011.

OLIVEIRA, E. Gênero e Educação do Campo: a importância do debate e espaços possíveis. **Revista InterAtividade**, Andradina, SP, v.3, n.2, 2º sem. 2018.

PAULA, F. F. de. O movimento de mulheres camponesas em movimento: Relações e trajetórias em Santa Catarina. **Política & Sociedade**, v. 21, n. 51, p. 192-221, 2022.

PAULA, F. F. de. **Luta anti-patriarcal e disputa dos sentidos da terra pelo Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina**. Tese de Doutorado. Unicamp, 2020.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. GT Gênero–Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: **Gênero e Cidadania**, p. 153, 2002.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PEREIRA, D. M. **Sem porta-voz na rua, sem dono em casa: as lutas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil) pelo direito a uma vida sem violência**. 2015.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PETERSEN, Paulo. **Agroecologia: um antídoto contra a amnésia biocultural**. In: Memória Biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais. 1a ed. São Paulo: Expressão Popular (2015): 272.

PINHEIRO, L. S. Movimento de mulheres camponesas: uma análise das relações de classe, raça e sexo na construção do feminismo camponês popular. In: **Anais...** Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019.

PIOVESAN, B. F. **Insurgências jurídicas no Movimento de Mulheres Camponesas: o feminismo camponês e popular e a reprodução social**. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2021.

PULEO, A. H. Ecofeminismo: para otro mundo posible. Segunda Edición. Valência (Espanha): Ediciones Cátedra Universitat de València – **Instituto de la Mujer**, 2013, p. 08.

QUEIROZ, M. A. C. **A difusão da agricultura orgânica de base agroecológica: uma discussão sobre as experiências de Río Cuarto (Argentina) e Seropédica (Brasil)**. Tese de Doutorado, UFRRJ, 2014.

ROCHA, V. O. **O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus-Amazonas**. 2019.

RODRIGUES, S. M. R. Agroecologia e sua materialidade na vida das mulheres camponesas. *In*: Pulga, Vanderléia Laodete; et al. (Orgs.) Mulheres camponesas: **semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018.

RUETHER, R. R. Ecofeminismo: mulheres do primeiro e do terceiro mundo. **Estudos teológicos**, v. 36, n. 2, p. 129-139, 2000.

RUETHER, R. R. **Sexismo e religião**: rumo a uma teologia feminista. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

SÁ, G. F. C. **Agroecologia integrando elementos para recriação da agrobiodiversidade**: o estudo de caso do sítio Agatha. 2016.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

SAMPER-ERICE, A.; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**. 25 (2) • May-Aug 2017 • <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p683>.

SANTOS, D. F. dos; **O feminismo e os movimentos autônomos de mulheres rurais**: o Movimento de Mulheres Camponesas MMC e suas práticas feministas. Trabalho de Conclusão de Curso, Unila, 2018.

SANTOS, I. A. F.; BETTO, J. Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021007, 2021.

SANTOS, G. R.; MARQUES, S. A.; LEANDRINI, J. A. Sementes de uma economia camponesa, feminista e agroecológica presentes na prática dos quintais produtivos das mulheres camponesas do MMC/SC. **Revista Grifos**, v. 32, n. 60, p. 01-20, 2023.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, L. R. S. **A espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe**: feminismo e resistência. Tese de Doutorado, UFS, 2019.

SANTOS, D. F.; ZIMMERMANN, S. A. O movimento de mulheres camponesas na construção do feminismo camponês popular: protagonismo feminino, práticas feministas e história de luta. **NORUS** | vol. 7, nº 11 | p. 269-299 | Jan/Jul/2019 270.

SCHNEIDER, C. O. *et al.*, Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 2, p. 245-258, abr./jun. 2020.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 6 ed. São Paulo: edições

Loyola, 2014, p. 35.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Editora Ufrj, 2015.

SILVA, A. O. *et al.* **Agroecologia e resistência**: os significados das práticas agroecológicas no Assentamento Padre Gino. 2019.

SILVA, B. G. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. 2008.

SILVA, F. R. F. Gênero, agroecologia e economia solidária: estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul-PR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 39, 2016.

SILVA, V. I. **Classe camponesa**: modo de ser, de viver e de produzir. Porto Alegre: Padre Jósimo, 2014.

SILVA, R. B. Sistema inteligente para classificação de mel tipo Aroeira. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 2, p. 5383–5392, 3 fev. 2021.

SILVA, M. M. C. **O desenvolvimento de componentes socioemocionais como forma de prevenção ao bullying na escola**: uma análise das competências gerais da BNCC. 2020.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida**: mujer, ecología y supervivência. Montevideo: Instituto del tercer Mundo, 1991.

SOLÓN, P. **Alternativas sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. Editora Elefante, 2019.

TÁBOAS, Í. D. M. Z. **Viver sem violência doméstica e familiar**: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas. 2015.

TILLY, C. **Democracy**. Cambridge University Press. 2007.

ULRICH, B. A Sociedade do Risco Mundial: Rumo a uma Modernidade Reflexiva. **Siglo XXI Editores**. 2004.

VALOURA, L. de C. o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador. **Programa Comunicarte de Residência Social**, p. 2, 2006.